

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lourenço Marques, 158 - 14º. andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
3 - CEP 04547-100	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 2195-2306	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX	11 - DDD 011	12 - FAX 2195-2291	13 - FAX -
14 - FAX -			
15 - E-MAIL presidencia@eletropaulo.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Alexandre César Innecco			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lourenço Marques, 158 - 14º. andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
4 - CEP 04547-100	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2195-2352	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 011	13 - FAX 2195-2504	14 - FAX -
15 - FAX -			
16 - E-MAIL alixandre.innecco@aes.com			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2007	31/12/2007
2 - Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006
3 - Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S.S.		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Marcos Antonio Quintanilha		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 006.840.298-80

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2007	2 31/12/2006	3 31/12/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	16.651.204	16.651.204	16.651.204
2 - Preferenciais	25.184.768	25.184.768	25.184.768
3 - Total	41.835.972	41.835.972	41.835.972
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Prestação de Serviço Público
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	10/08/2007	Dividendo	03/09/2007	ON	0,0109987899
02	RCA	10/08/2007	Dividendo	03/09/2007	PNA	0,0120986683
03	RCA	10/08/2007	Dividendo	03/09/2007	PNB	0,0120986683
04	RCA	18/03/2008	Juros Sobre Capital Próprio	08/05/2008	ON	0,0015283644
05	RCA	18/03/2008	Juros Sobre Capital Próprio	08/05/2008	PNA	0,0016812008
06	RCA	18/03/2008	Juros Sobre Capital Próprio	08/05/2008	PNB	0,0016812008
07	RCA	18/03/2008	Dividendo	08/05/2008	ON	0,0035937331
08	RCA	18/03/2008	Dividendo	08/05/2008	PNA	0,0039531064
09	RCA	18/02/2008	Dividendo	08/05/2008	PNB	0,0039531064

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 19/02/2008	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	12.152.542	12.451.381	12.372.387
1.01	Ativo Circulante	3.643.990	3.910.745	3.251.979
1.01.01	Disponibilidades	1.039.087	500.762	259.234
1.01.02	Créditos	2.119.350	3.037.849	2.522.001
1.01.02.01	Clientes	2.119.350	3.037.849	2.522.001
1.01.02.01.01	Consumidores, conc. e permissionárias	1.307.312	1.900.867	1.770.542
1.01.02.01.02	Tributos e contrib. sociais compensáveis	148.560	71.754	96.157
1.01.02.01.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	279.877	444.653	408.290
1.01.02.01.04	Serviços prestados	21.249	24.830	19.048
1.01.02.01.05	Devedores diversos	3.333	3.084	22.239
1.01.02.01.06	Contas a receber - Acordos	105.166	137.213	266.121
1.01.02.01.07	Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	(183.872)	(195.286)	(360.000)
1.01.02.01.08	Títulos e valores mobiliários	293.499	559.047	203.394
1.01.02.01.09	Outros créditos	144.226	91.687	96.210
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	26.320	27.752	34.043
1.01.04	Outros	459.233	344.382	436.701
1.01.04.01	Diferimento de custos tarifários	458.305	343.076	434.968
1.01.04.02	Despesas pagas antecipadamente	928	1.306	1.733
1.02	Ativo Não Circulante	8.508.552	8.540.636	9.120.408
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.825.797	2.052.615	2.607.651
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.676.452	1.889.413	2.450.756
1.02.01.01.01	Consumidores, conc. e permissionárias	41.577	227.812	603.866
1.02.01.01.02	Tributos e contrib. sociais compensáveis	75.138	75.397	74.656
1.02.01.01.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	972.967	905.311	851.279
1.02.01.01.04	Cauções e depósitos vinculados	414.489	340.643	335.664
1.02.01.01.05	Contas a receber - Acordos	124.547	163.878	606.373
1.02.01.01.06	Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	(87.716)	(310.270)	(620.807)
1.02.01.01.07	Diferimento de custos tarifários	135.450	486.642	599.725
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	149.345	163.202	156.895
1.02.02	Ativo Permanente	6.682.755	6.488.021	6.512.757
1.02.02.01	Investimentos	48.072	1.400.628	1.386.624
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	1.352.556	1.338.005
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	6.463	6.463	7.170

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
1.02.02.01.06	Bens e direitos p/ uso futuro	41.609	41.609	41.449
1.02.02.02	Imobilizado	6.556.156	5.005.665	5.034.672
1.02.02.02.01	Em serviço	6.235.963	4.749.485	4.745.329
1.02.02.02.02	Em curso	320.193	256.180	289.343
1.02.02.03	Intangível	68.191	72.820	80.099
1.02.02.04	Diferido	10.336	8.908	11.362

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	12.152.542	12.451.381	12.372.387
2.01	Passivo Circulante	2.902.009	3.523.166	3.496.866
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	32.715	196.635	658.723
2.01.02	Debêntures	0	200.000	0
2.01.03	Fornecedores	683.529	983.067	862.648
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	376.328	472.545	491.308
2.01.05	Dividendos a Pagar	222.748	130.393	3.762
2.01.05.01	Dividendos declarados	162.730	130.393	1.536
2.01.05.02	Juros s/ Capital próprio - TJLP	60.018	0	2.226
2.01.06	Provisões	331.874	176.521	79.007
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	1.254.815	1.364.005	1.401.418
2.01.08.01	Obrigações estimadas	73.947	58.715	61.413
2.01.08.02	Encargos do consumidor a recolher	58.973	95.352	27.706
2.01.08.03	Folha de pagamento	4.002	1.316	489
2.01.08.04	Encargos de dívida	90.642	321.368	306.145
2.01.08.05	Obrigações c/ entidade de prev. privada	251.599	238.685	402.147
2.01.08.06	Consumidores	0	13.607	19.056
2.01.08.07	Encargos tarifários	571	2.920	21.753
2.01.08.08	Cosip	23.655	24.397	35.871
2.01.08.09	Operações de Swap cambial	219.968	182.889	148.262
2.01.08.10	Diferimento de custos tarifários	180.923	158.274	89.813
2.01.08.11	P&D, eficiência energética, EPE	228.464	238.317	175.689
2.01.08.12	Outros	122.071	28.165	113.074
2.02	Passivo Não Circulante	5.928.745	6.732.164	6.925.124
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.928.745	6.732.164	6.925.124
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	803.908	846.821	925.595
2.02.01.02	Debêntures	1.050.000	850.000	1.050.000
2.02.01.03	Provisões	1.147.435	1.149.265	1.127.293
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	1.240.040	1.357.606
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	2.927.402	2.646.038	2.464.630
2.02.01.06.01	Obrigações c/ entidade prev. privada	2.083.475	2.184.222	1.670.303
2.02.01.06.02	Contribuição social s/ res. reavaliação	142.428	40.304	42.668
2.02.01.06.03	Imposto de renda s/ res. reavaliação	400.035	111.954	118.523
2.02.01.06.04	Fornecedores	0	0	222.073
2.02.01.06.05	Reserva de reversão	66.085	66.085	66.085
2.02.01.06.06	Diferimento de custos tarifários	76.446	37.557	4.971
2.02.01.06.07	Operações de Swap cambial	22.468	28.414	71.855
2.02.01.06.08	PIS - Parcelamento	104.057	157.681	222.376
2.02.01.06.09	Outros	32.408	19.821	45.776

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	3.321.788	2.196.051	1.950.397
2.04.01	Capital Social Realizado	1.057.629	1.057.629	1.057.629
2.04.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	2.220.773	1.132.670	1.154.854
2.04.03.01	Ativos Próprios	2.220.773	1.132.670	1.154.854
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	43.386	5.752	0
2.04.04.01	Legal	43.386	5.752	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	(262.086)
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	11.292.015	11.246.357	11.153.703
3.02	Deduções da Receita Bruta	(4.161.186)	(4.326.837)	(3.662.458)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	7.130.829	6.919.520	7.491.245
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(5.796.594)	(5.469.192)	(6.665.757)
3.05	Resultado Bruto	1.334.235	1.450.328	825.488
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(176.722)	(354.573)	(320.118)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0
3.06.03	Financeiras	(112.601)	(369.158)	(319.389)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	349.702	418.003	688.696
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(462.303)	(787.161)	(1.008.085)
3.06.03.02.01	Despesas financeiras	(431.210)	(604.694)	(608.149)
3.06.03.02.02	Varição monetárias/cambiais líquida	36.697	(182.467)	(399.936)
3.06.03.02.03	Juros sobre capital próprio - TJLP	(67.790)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(64.121)	14.585	(729)
3.07	Resultado Operacional	1.157.513	1.095.755	505.370
3.08	Resultado Não Operacional	(90.479)	(50.728)	(35.683)
3.08.01	Receitas	13.248	6.038	6.832
3.08.02	Despesas	(103.727)	(56.766)	(42.515)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.067.034	1.045.027	469.687
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(322.958)	(306.138)	(239.661)
3.11	IR Diferido	(99.235)	(44.591)	(44.682)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	(320.927)	(340.877)
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	(320.927)	(340.877)
3.12.02.01	Ítem extraor. líq. dos ef. dos tributos	0	(320.927)	(340.877)
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	67.790	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	712.631	373.371	(155.533)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOUREARIA (Mil)	41.835.972	41.835.972	41.835.972
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,01703	0,00892	
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,00372)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	3.421.283	3.222.049	3.839.761
4.01.01	Das Operações	1.698.371	1.219.038	606.375
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	712.631	373.371	(155.533)
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	985.740	845.667	761.908
4.01.01.02.01	Depreciação e amortização	330.455	313.029	296.395
4.01.01.02.02	Varição monetária/cambial - LP	125.089	(120.903)	(368.889)
4.01.01.02.03	Provisão/reversão p/ litígios e conting.	339.580	147.952	(160.837)
4.01.01.02.04	Tributos e contrib. sociais diferidos	145.156	(94.339)	(93.570)
4.01.01.02.05	Resultado da equivalência patrimonial	64.121	(14.585)	728
4.01.01.02.06	Amortização (adição) do diferido	(618)	1.672	614
4.01.01.02.07	Prov/rever para Crédito de liq. duvidosa	(222.555)	79.063	577.577
4.01.01.02.08	Ajuste a vlr. presente - acordo PMSP	(9.387)	(8.012)	(42.434)
4.01.01.02.09	Fundo de pensão - CVM 371	111.936	486.253	486.253
4.01.01.02.10	Resultado na alienaçã e baixa de bens	95.834	44.035	46.248
4.01.01.02.11	Outros	6.129	11.502	19.823
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	1.722.912	2.003.011	3.233.386
4.01.03.01	Total gerado pelas oper. sociais	0	0	0
4.01.03.02	Empréstimos e financiamentos	800.000	313.130	1.775.221
4.01.03.03	Transf. do não circulante p/ o circulant	896.746	1.623.471	1.403.435
4.01.03.04	Venda de bens e direitos	9.260	8.000	5.923
4.01.03.05	Consumidores participação financeira	16.906	58.410	48.807
4.02	Aplicações	3.066.880	2.593.341	3.870.810
4.02.01	Aquisições de direitos do imobilizado	433.497	377.668	403.602
4.02.02	Investimentos	(1.288.435)	(581)	(31.601)
4.02.03	Diferido	810	0	12.696
4.02.04	Enc. Financ. e efei. inflac. e cambiais	18.290	737	591
4.02.05	Aumento no ativo não circulante	336.606	117.698	168.742
4.02.06	Transf. do passivo não circ. p/ circulan	252.859	1.290.138	2.997.924
4.02.07	Transf. do ativo circ. p/ não circulan	2.948.200	46.757	231.169
4.02.08	Tributos e contr. s/ terrenos reavaliado	197	1.082	2.839
4.02.09	Doferimento de custos tarifários	(350.177)	629.449	84.848
4.02.10	Dividendos/TJLP propostos ou pagos	715.033	130.393	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	354.403	628.708	(31.049)
4.04	Varição do Ativo Circulante	(266.754)	658.766	434.906
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	3.910.745	3.251.979	2.817.073
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	3.643.991	3.910.745	3.251.979
4.05	Varição do Passivo Circulante	621.157	(30.058)	(465.955)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	(3.523.166)	(3.496.866)	(2.975.363)
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	(2.902.009)	(3.526.924)	(3.441.318)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	1.132.670	5.752	0	2.196.051
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	1.088.103	0	40.036	1.128.139
5.04.01	Reavaliação	0	0	1.088.103	0	40.036	1.128.139
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	712.631	712.631
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	37.634	(752.667)	(715.033)
5.08.01	Constituição de reserva legal	0	0	0	37.634	(37.634)	0
5.08.02	Dividendos intercalares	0	0	0	0	(487.845)	(487.845)
5.08.03	Dividendos complementares	0	0	0	0	(159.398)	(159.398)
5.08.04	Juros sobre capital próprio	0	0	0	0	(67.790)	(67.790)
5.09	Saldo Final	1.057.629	0	2.220.773	43.386	0	3.321.788

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	1.154.854	0	(262.086)	1.950.397
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(22.184)	0	22.184	0
5.04.01	Reavaliação	0	0	(22.184)	0	22.184	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	373.371	373.371
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	5.752	(133.469)	(127.717)
5.08.01	Constituição de reserva legal	0	0	0	5.752	(5.752)	0
5.08.02	Provisão IR e CSLL - imóveis	0	0	0	0	(1.082)	(1.082)
5.08.03	Dividendos prescritos	0	0	0	0	3.758	3.758
5.08.04	Dividendos propostos	0	0	0	0	(130.393)	(130.393)
5.09	Saldo Final	1.057.629	0	1.132.670	5.752	0	2.196.051

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	1.180.456	0	(73.768)	2.164.317
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(26.660)	(26.660)
5.02.01	Realização de reservas de reavaliação	0	0	0	0	(55.548)	(55.548)
5.02.02	Ativo diferido	0	0	0	0	28.888	28.888
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	(25.602)	0	25.602	0
5.04.01	Reavaliação	0	0	(25.602)	0	25.602	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(184.421)	(184.421)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	(2.839)	(2.839)
5.08.01	Provisão para Imposto de renda	0	0	0	0	(2.132)	(2.132)
5.08.02	Provisão para Contribuição social	0	0	0	0	(707)	(707)
5.09	Saldo Final	1.057.629	0	1.154.854	0	(262.086)	1.950.397

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	12.152.542	11.211.341	11.085.002
1.01	Ativo Circulante	3.643.990	4.023.261	3.302.564
1.01.01	Disponibilidades	1.039.087	501.353	309.819
1.01.01.01	Numerário disponível	1.038.868	87.908	88.882
1.01.01.02	Numerário em trânsito	219	413.445	220.937
1.01.02	Créditos	2.119.350	3.149.774	2.522.001
1.01.02.01	Clientes	2.119.350	3.149.774	2.522.001
1.01.02.01.01	Consumidores, conc. e permissionárias	1.307.312	1.900.867	1.770.542
1.01.02.01.02	Tributos e contrib. sociais compensáveis	148.560	71.754	96.157
1.01.02.01.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	279.877	444.653	408.290
1.01.02.01.04	Serviços prestados	21.249	24.830	19.048
1.01.02.01.05	Devedores diversos	3.333	3.084	22.239
1.01.02.01.06	Contas a receber - Acordos	105.166	137.213	266.121
1.01.02.01.07	Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	(183.872)	(195.286)	(360.000)
1.01.02.01.08	Títulos e valores mobiliários	293.499	670.972	203.394
1.01.02.01.09	Outros	144.226	91.687	96.210
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	26.320	27.752	34.043
1.01.03.01	Almoxarifado	26.320	27.752	34.043
1.01.04	Outros	459.233	344.382	436.701
1.01.04.01	Diferimento de custos tarifários	458.305	343.076	434.968
1.01.04.02	Despesas pagas antecipadamente	928	1.306	1.733
1.02	Ativo Não Circulante	8.508.552	7.188.080	7.782.438
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.825.797	2.052.615	2.607.651
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.676.452	1.889.413	2.450.756
1.02.01.01.01	Consumidores, conc. e permissionárias	41.577	227.812	603.866
1.02.01.01.02	Tributos e contrib. sociais compensáveis	75.138	75.397	74.656
1.02.01.01.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	972.967	905.311	851.279
1.02.01.01.04	Cauções e depósitos vinculados	414.489	340.643	335.664
1.02.01.01.05	Contas a receber - Acordos	124.547	163.878	606.373
1.02.01.01.06	Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	(87.716)	(310.270)	(620.807)
1.02.01.01.07	Diferimento de custos tarifários	135.450	486.642	599.725
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	149.345	163.202	156.895
1.02.02	Ativo Permanente	6.682.755	5.135.465	5.174.787
1.02.02.01	Investimentos	48.072	48.072	48.619
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	6.463	6.463	7.170
1.02.02.01.06	Bens e direitos p/ uso futuro	41.609	41.609	41.449
1.02.02.02	Imobilizado	6.556.156	5.005.665	5.034.672
1.02.02.02.01	Em serviço	6.235.963	4.749.485	4.745.329
1.02.02.02.02	Em curso	320.193	256.180	289.343
1.02.02.03	Intangível	68.191	72.820	80.099
1.02.02.04	Diferido	10.336	8.908	11.397
1.02.02.04.01	Despesas c/ readequação da dívida	0	0	0
1.02.02.04.02	Outros	0	8.908	11.397

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	12.152.542	11.211.341	11.085.002
2.01	Passivo Circulante	2.902.009	3.523.166	3.496.866
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	32.715	196.635	658.723
2.01.02	Debêntures	0	200.000	0
2.01.03	Fornecedores	683.529	983.067	862.648
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	376.328	472.545	491.308
2.01.05	Dividendos a Pagar	222.748	130.393	3.762
2.01.05.01	Dividendos declarados	162.730	130.393	1.536
2.01.05.02	Juros s/ capital próprio - TJLP	60.018	0	2.226
2.01.06	Provisões	331.874	176.521	79.007
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	1.254.815	1.364.005	1.401.418
2.01.08.01	Obrigações estimadas	73.947	58.715	61.413
2.01.08.02	Encargos do consumidor a recolhar	58.973	95.352	27.706
2.01.08.03	Folha de pagamento	4.002	1.316	489
2.01.08.04	Encargos de dívida	90.642	321.368	306.145
2.01.08.05	Obrigações c/ entidade de prev. privada	251.599	238.685	402.147
2.01.08.06	Consumidores	0	13.607	19.056
2.01.08.07	Encargos tarifários	571	2.920	21.753
2.01.08.08	Cosip	23.655	24.397	35.871
2.01.08.09	Operações de Swap cambial	219.968	182.889	148.262
2.01.08.10	Diferimento de custos tarifários	180.923	158.274	89.813
2.01.08.11	P&D, eficiência energética, EPE	228.464	238.317	175.689
2.01.08.12	Outros	122.071	28.165	113.074
2.02	Passivo Não Circulante	5.928.745	5.492.124	5.637.739
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.928.745	5.492.124	5.637.739
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	803.908	846.821	995.816
2.02.01.02	Debêntures	1.050.000	850.000	1.050.000
2.02.01.03	Provisões	1.147.435	1.149.265	1.127.293
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	2.927.402	2.646.038	2.464.630
2.02.01.06.01	Obrigações c/ entidade prev. privada	2.083.475	2.184.222	1.670.303
2.02.01.06.02	Contribuição social - reavaliação	142.428	40.304	42.668
2.02.01.06.03	I Renda - reavaliação	400.035	111.954	118.523
2.02.01.06.04	Fornecedores	0	0	222.073
2.02.01.06.05	Reserva de reversão	66.085	66.085	66.085
2.02.01.06.06	Diferimento de custos tarifários	76.446	37.557	4.971
2.02.01.06.07	Operação de swap cambial	22.468	28.414	71.855
2.02.01.06.08	Parcelamento - PIS	104.057	157.681	222.376
2.02.01.06.09	Outros	32.408	19.821	45.776

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2007	4 -31/12/2006	5 -31/12/2005
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	3.321.788	2.196.051	1.950.397
2.04.01	Capital Social Realizado	1.057.629	1.057.629	1.057.629
2.04.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	2.220.773	1.132.670	1.154.854
2.04.03.01	Ativos Próprios	2.220.773	1.132.670	1.154.854
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	43.386	5.752	0
2.04.04.01	Legal	43.386	5.752	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	(262.086)
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	11.292.015	11.246.357	11.180.336
3.02	Deduções da Receita Bruta	(4.161.186)	(4.326.837)	(3.664.389)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	7.130.829	6.919.520	7.515.947
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(5.796.679)	(5.481.489)	(6.677.418)
3.05	Resultado Bruto	1.334.150	1.438.031	838.529
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(176.637)	(342.276)	(329.574)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0
3.06.03	Financeiras	(176.637)	(342.276)	(329.574)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	369.642	421.188	690.535
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(546.279)	(763.464)	(1.020.109)
3.06.03.02.01	Despesas financeiras	(378.333)	(465.131)	(461.084)
3.06.03.02.02	Variações monetárias/cambiais líquidas	(100.156)	(298.333)	(559.025)
3.06.03.02.03	Juros sobre capital próprio - TJLP	(67.790)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	1.157.513	1.095.755	508.955
3.08	Resultado Não Operacional	(90.479)	(50.728)	(35.683)
3.08.01	Receitas	13.248	6.038	6.832
3.08.02	Despesas	(103.727)	(56.766)	(42.515)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.067.034	1.045.027	473.272
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(322.958)	(306.138)	(243.246)
3.11	IR Diferido	(99.235)	(44.591)	(44.682)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	(320.927)	(340.877)
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	(320.927)	(340.877)
3.12.02.01	Ítems extr. liq. dos ef. dos tributários	0	(320.927)	(340.877)
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	67.790	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	712.631	373.371	(155.533)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESSOURARIA (Mil)	41.835.972	41.835.972	41.835.972
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,01703	0,00892	
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,00372)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	3.357.162	3.284.014	3.890.244
4.01.01	Das Operações	1.634.250	1.280.968	610.497
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	712.631	373.371	(155.533)
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	921.619	907.597	766.030
4.01.01.02.01	Depreciação e amortização	330.455	313.029	299.410
4.01.01.02.02	Varição monetária/cambial - LP	125.089	(73.558)	(364.328)
4.01.01.02.03	Provisão/reversão p/ litígios e conting.	339.580	147.952	(160.837)
4.01.01.02.04	Tributos e contrib. sociais diferidos	145.156	(94.339)	(93.570)
4.01.01.02.05	Amortização do diferido	(618)	1.672	8.507
4.01.01.02.06	Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	(222.555)	79.063	577.577
4.01.01.02.07	Ajuste a vlr. presente - acordo PMSP	(9.387)	(8.012)	(42.434)
4.01.01.02.08	Fundo de pensão - CVM 371	111.936	486.253	486.253
4.01.01.02.09	Baixa de bens do ativo imobilizado	95.834	44.035	46.248
4.01.01.02.10	Outros	6.129	11.502	9.204
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	1.722.912	2.003.046	3.279.747
4.01.03.01	Total gerado pelas oper. sociais	0	0	0
4.01.03.02	Empréstimos e financiamentos	800.000	313.130	1.775.221
4.01.03.03	Transf. do não circulante p/ o circulante	896.746	1.623.471	1.403.435
4.01.03.04	Venda de bens e direitos	9.260	8.000	5.923
4.01.03.05	Consumidores participação financeira	16.906	58.410	48.807
4.01.03.06	Baixa de investimento - liq. subsidiári	0	35	46.361
4.02	Aplicações	3.115.275	2.593.375	3.918.241
4.02.01	Aquisições de direitos do imobilizado	433.497	377.668	408.018
4.02.02	Investimentos	0	(547)	11.408
4.02.03	Diferido	810	0	12.702
4.02.04	Enc. finac. e efeito inflac. e cambiais	18.290	737	591
4.02.05	Aumento no ativo não circulante	336.606	117.698	168.742
4.02.06	Transf. do passivo não circ. p/ circulan	252.859	1.290.138	2.997.924
4.02.07	Transf. do ativo circ. /p não circulante	1.708.160	46.757	231.169
4.02.08	Tributos e contr. s/ terrenos reavaliado	197	1.082	2.839
4.02.09	Varição de valores de parcela A	(350.177)	629.449	84.848
4.02.10	Dividendos propostos	715.033	130.393	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	241.887	690.639	(27.997)
4.04	Varição do Ativo Circulante	(379.270)	720.697	418.568
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	4.023.261	3.302.564	2.883.996
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	3.643.991	4.023.261	3.302.564
4.05	Varição do Passivo Circulante	621.157	(30.058)	(446.565)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	(3.523.166)	(3.496.866)	(2.994.753)
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	(2.902.009)	(3.526.924)	(3.441.318)

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Aos
Acionistas e Administradores da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e empresa controlada, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e sua controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e sua controlada, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e sua controlada (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia e empresa controlada, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

5. Conforme mencionado na nota explicativa 40.2 às demonstrações financeiras, em 3 de julho de 2007 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o reposicionamento tarifário negativo de 8,43% para a Companhia, aplicável a partir de 4 de julho de 2007. Certos componentes utilizados para determinação desse reposicionamento são considerados, ainda, de caráter provisório e vêm sendo objeto de discussões entre Companhia e a ANEEL. Dessa forma, eventuais efeitos da determinação definitiva desses componentes, os quais não são possíveis de serem quantificados nesse momento, serão registrados quando da finalização dessas discussões.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2008.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP-015199/0-6

Marcos Antônio Quintanilha
Contador - CRC-1-SP-132776/O-3-T-SC-S-SP

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e normas aplicáveis às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Sobre a Empresa

A AES Eletropaulo é responsável pelo fornecimento de energia elétrica a 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a Capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do País. Maior distribuidora de energia elétrica da América do Sul em faturamento, a Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB per capita do Brasil.

Para atender à demanda de 5,7 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com mais de 4.200 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura com 148 subestações e uma malha de cabos aéreos e subterrâneos de distribuição e subtransmissão de mais de 44 mil quilômetros.

Seus acionistas controladores, por meio das empresas AES Elpa e Companhia Brasileira de Energia, são a AES Corporation e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A AES Corporation é um dos maiores grupos mundiais na área de geração e distribuição de energia elétrica, emprega mais de 30 mil pessoas diretamente e está presente em 28 países. A AES Corporation detém 50,01% das ações ordinárias da Companhia Brasileira de Energia, com participação indireta na AES Eletropaulo de 16,1%. O BNDES detém 49,99% das ações ordinárias da Companhia Brasileira de Energia e participação indireta na AES Eletropaulo de 19,2%.

Contexto Setorial

O setor elétrico brasileiro tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Além desses organismos, destacam-se, dentre os principais agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado; a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O atual modelo do setor foi elaborado com o objetivo de assegurar o atendimento de energia elétrica e a modicidade tarifária. O principal marco deste modelo setorial foi a Lei nº. 10.848, de março de 2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse de custos não-gerenciáveis (encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os custos gerenciáveis da Companhia (despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do reajuste da concessionária deduzidos do Fator-X.

A cada quatro anos, é realizada uma revisão tarifária, que visa a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de energia em suas respectivas áreas de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária, estão a avaliação da base de ativos, os custos e despesas operacionais da empresa de referência, perdas regulatórias, depreciação e o custo médio de capital (WACC) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia.

Em 2007, a Eletropaulo passou pelo segundo ciclo de revisão tarifária.

A ANEEL autorizou um índice de revisão tarifária de -8,43% à Eletropaulo, aplicado em sua tarifa desde 4 de julho de 2007. O efeito percebido pelos consumidores das diversas classes de atendimento é diferenciado, conforme segue:

Classe de Consumo	Índice
Baixa Tensão	-12,66%
Alta Tensão	-10,45%
A2 (88 a 138 kV)	-8,60%
A3a (34,5 kV)	-8,98%
A4 (2,3 a 25 kV)	-10,77%

Desempenho Operacional

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, sejam elas industriais, comerciais ou serviços. Além disso, a extensão territorial de sua concessão é a de maior concentração populacional do País. Essa diversidade faz com que a AES Eletropaulo sempre esteja empenhada em segmentar seus serviços, objetivando antecipar-se às necessidades de cada um dos grupos que atende.

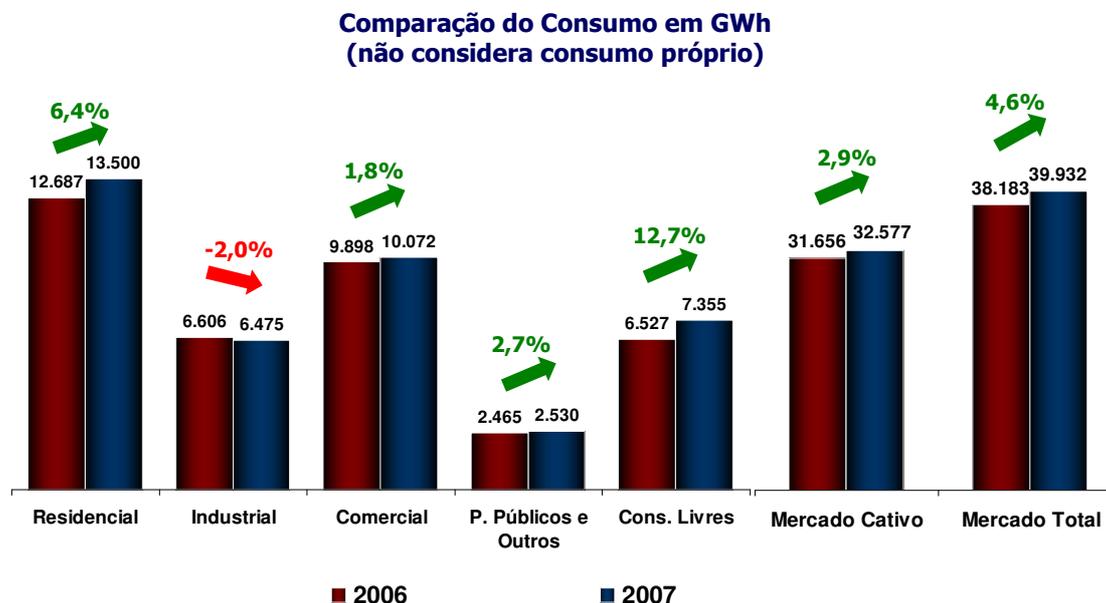
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atividade Comercial – Mercado

Em 2007, a AES Eletropaulo apresentou aumento no consumo total de energia em sua área de concessão (clientes cativos e livres) de 4,6% em função da recuperação da economia, da expansão do crédito, da redução das taxas de juros e do aumento do nível de consumo e renda da população. O percentual de crescimento do mercado total da Companhia é próximo à média da região Sudeste, de 5,0% no ano, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O número de clientes faturados totalizava 5,7 milhões ao final de 2007, um aumento líquido de 183 mil novos clientes no decorrer do ano, fruto do crescimento demográfico, da revitalização de áreas originalmente industriais que se tornaram centros comerciais ou residenciais e das estratégias comerciais para combater ligações irregulares.

Em 2007, a Companhia distribuiu para o mercado cativo 32.577,0 GWh de energia (excluindo o consumo próprio), montante 2,9% superior ao do ano anterior (31.656,1 GWh). Esse desempenho reflete positivamente o crescimento do consumo residencial e comercial, mitigado, no entanto, pela migração de 40 unidades consumidoras para o ambiente de contratação livre e pelo resultado dos programas de eficiência e racionalização no consumo de energia.



01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Clientes Residenciais – com 5,2 milhões de clientes cadastrados ao final de 2007 (92,8% do total da Companhia), registrou crescimento de 6,4% no consumo de energia no ano. O desempenho foi influenciado positivamente pelo registro de 200 mil novos clientes, inclusive devido ao trabalho de regularização de ligações elétricas ilegais. A gradual recuperação da economia, que resultou no crescimento da massa salarial e da demanda doméstica, também foi contribuiu para o aumento de consumo dessa classe.

Clientes Comerciais – com 360 mil clientes cadastrados ao final de 2007,,a classe comercial apresentou acréscimo de consumo de 1,8% em relação a 2006, apesar da migração de 17 unidades consumidoras para o mercado livre ao longo do período (equivalente a um consumo de 160 GWh no ano de 2007). A evolução reflete, em especial, a expansão da massa salarial real, do crédito e, conseqüentemente, das vendas do comércio.

Clientes Industriais – A classe industrial, com 32 mil clientes cadastrados ao final de 2007, registrou redução de consumo de energia de 2,0% no ano, devido, à migração de 23 unidades consumidoras cativas (equivalente a um consumo de 337 GWh no ano de 2007) para o mercado livre.

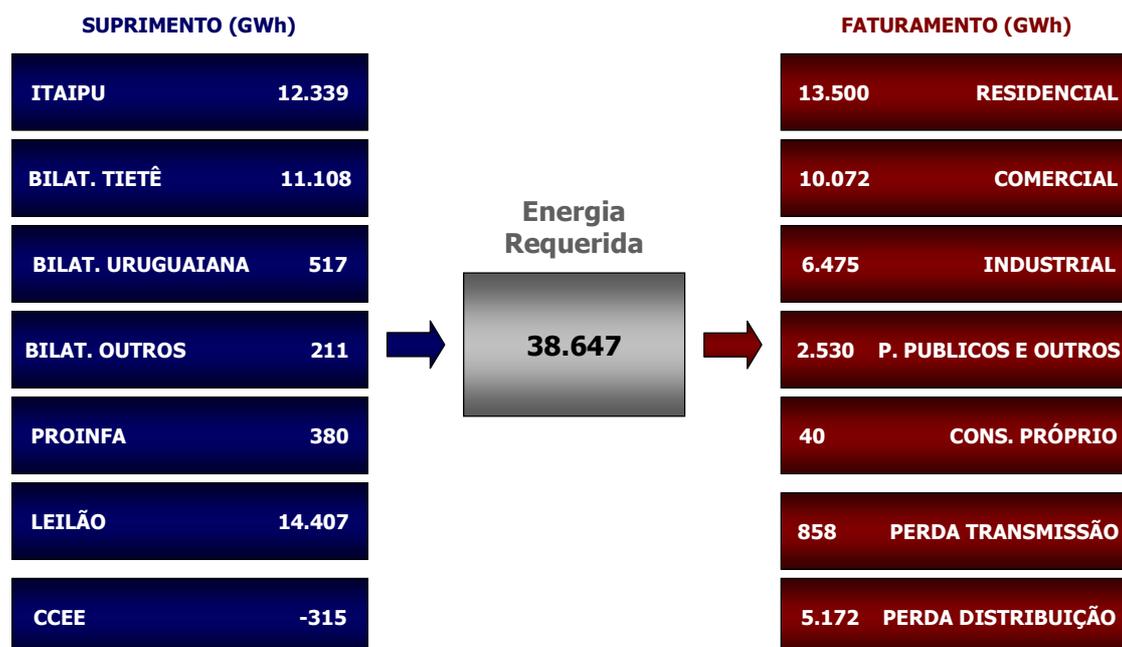
Outros Clientes - inclui consumidores rurais, iluminação pública, poderes públicos e tração elétrica, com um total de 16 mil clientes cadastrados ao final de 2007. Registrou aumento de consumo de 2,7% no ano. O forte crescimento macroeconômico do País contribuiu para esse aumento, amenizado por iniciativas de eficiência energética, como o Projeto Reluz.

Clientes Livres – embora não estejam na base regular de clientes, os consumidores da categoria Livre também contribuem com o faturamento por meio da TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - responsável pela recuperação dos encargos setoriais, custos operacionais da distribuidora, impostos sobre a receita e remuneração do capital próprio e de terceiros. A Companhia registrou um crescimento da receita com clientes livres por meio do recebimento da TUSD, que passou de R\$ 467,1 milhões em 2006 para R\$ 477,4 milhões em 2007. O aumento de 2,2% é explicado, principalmente, pela migração de 40 unidades consumidoras para o mercado livre no decorrer do ano, totalizando 220 clientes ao final de 2007. O consumo dos clientes livres cresceu 12,7% em 2007, mas o impacto na receita foi parcialmente compensado pela revisão tarifária negativa de -8,43% aplicada às tarifas desde 4 de julho de 2007.

A taxa de retenção de clientes potencialmente livres da AES Eletropaulo é de 82%, a mais alta entre as grandes distribuidoras do País. A Companhia prosseguiu com seu plano de fidelização, baseado em atividades como: *workshops*, cursos e lançamento de *newsletter*, venda de energias interruptíveis, negociação de contas com créditos de ICMS; projetos de eficiência energética e planos de benefícios (Gerenciamento de Carga e Manutenção Preventiva).

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Suprimento de Energia



- O Contrato de Itaipu do gráfico acima difere do apresentado no balanço, pois os valores contábeis de energia não apresentam perdas na rede básica contabilizadas pelo CCEE.

A energia distribuída pela AES Eletropaulo em 2007 a seus clientes foi originária das seguintes fontes:

- 37,0% ou 14.407 GWh - leilões realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Tarifa média: R\$ 67,36/MWh;
- 31,6% ou 12.339 GWh - energia comprada de Itaipu em dólares, de caráter compulsório, em montante estabelecido pela ANEEL. Tarifa média: R\$ 94,79/MWh;
- 28,5% ou 11.108 GWh - contrato bilateral de compra de energia com a AES Tietê. Tarifa média: R\$ 132,35/MWh;
- 1,9% ou 728 GWh - outros contratos bilaterais firmados com co-geradores de energia (biomassa) e a AES Uruguaiana, com vencimentos que vão de 2009 a 2013. Tarifa média: R\$ 120,34/MWh;
- 1,0% ou 380 GWh - Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas), cujo volume de compra de energia é estabelecido pela ANEEL, de acordo com a participação de mercado cativo das distribuidoras.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A partir de 15 de março de 2004, com o advento do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras puderam adquirir energia para atender seu crescimento de demanda apenas por meio de leilões regulados pela CCEE. No entanto, os contratos bilaterais firmados anteriormente vigorarão até seu vencimento.

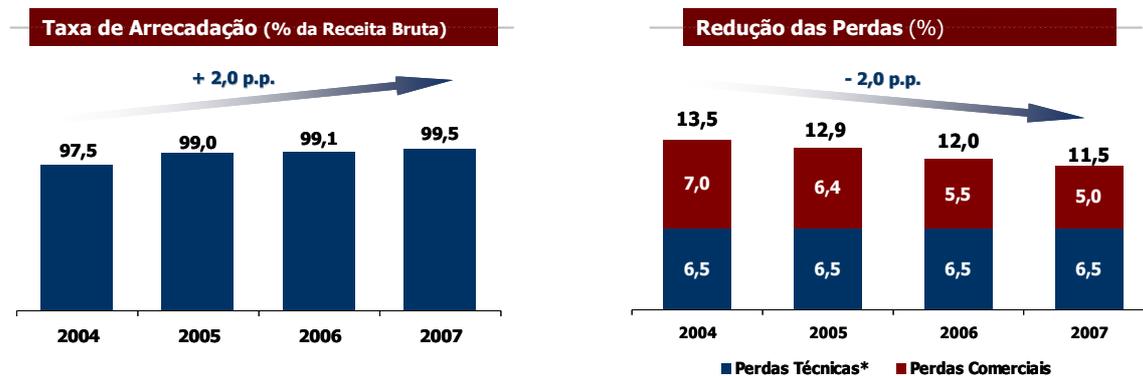
O volume da compra de energia é calculado com base em projeções de consumo para os próximos anos. Em razão disso, a AES Eletropaulo utiliza um modelo estatístico de otimização e análise de risco, que determina o volume adequado de contratação. A estratégia de suprimento baseia-se na manutenção do nível de contratação entre 100% e 103% da demanda projetada, de forma a evitar penalidades, conforme determina o Novo Modelo do Setor Elétrico. É prerrogativa das distribuidoras de energia, também de acordo com as regras do setor, a redução de contratos provenientes de leilões de energia existente, na medida em que os clientes migrem para o mercado livre.

Redução de Perdas e Arrecadação

Em 2007, a AES Eletropaulo reduziu em 0,5 ponto percentual o índice de Perdas Totais em relação a 2006, com destaque para a redução em mesma magnitude das perdas comerciais (não-técnicas). Esse desempenho resultou na marca de 11,5% de Perdas Totais, o que proporcionou uma arrecadação superior a R\$ 82,3 milhões de energia recuperada.

Foram realizadas mais de 280 mil inspeções e lavradas mais de 23 mil irregularidades e 36 mil anomalias na medição. Cerca de 360 mil pessoas foram beneficiadas pelas 72 mil ligações regularizadas, proporcionando, para 2008, um acréscimo de aproximadamente R\$ 22,8 milhões na receita.

As ações desenvolvidas ao longo do ano contribuíram para um nível de arrecadação de 99,5% em 2007.



13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cerca de 1,3 milhão de cortes foram realizados em 2007 ante 1,4 milhão em 2006. Adicionalmente, obteve-se a recuperação de R\$ 67,5 milhões de débitos por meio de cobrança terceirizada e a recuperação de R\$ 25,8 milhões de débitos com a operação de negativação via Serasa.

Outro destaque da Companhia em 2007 refere-se à adimplência do setor público, que atingiu 101,2%, por meio de acordos de encontro de contas com diversos órgãos estaduais e prefeituras. Desta forma, o estoque de dívida do setor público com a Companhia teve redução de R\$ 70,8 milhões no ano.

Relacionamento com Clientes

Alinhada ao princípio de sempre estar próxima e atenta às necessidades de seus clientes e prestar um serviço de qualidade, a AES Eletropaulo mantém diversos programas e desenvolve uma série de atividades com o objetivo de oferecer maior facilidade e conforto aos seus consumidores. Além das ações de fidelização de clientes corporativos, são oferecidos vários serviços aos clientes de baixa tensão por meio de:

- 12 lojas de atendimento estrategicamente localizadas, compostas por *show room*, pré-atendimento, auto-atendimento e atendimento pessoal.
- 28 postos Mais Eletropaulo, que atendem todas as solicitações de serviços comerciais, negociação de débitos e recebimento de contas.
- 3 postos Mais Eletropaulo Comunidades, instalados em comunidades carentes, com facilidades adicionais de acesso a biblioteca e internet grátis.
- *Website* e atendimento via *chat* preparados para interagir com deficientes visuais.
- *Call center*, com sistemas inovadores, como o “melhor horário” – permite que o cliente agende um horário para receber a ligação da Companhia, evitando a espera – e “sistema prefixo – atendimento eletrônico de emergência”, com informações gravadas sobre ocorrências na região de origem da ligação.
- Ouvidoria - estruturada com uma central de teleatendimento exclusiva, presta esclarecimentos e orientações ao cliente, desempenhando um importante papel preventivo e pró-ativo, com a identificação e sugestão de propostas de melhorias nos processos internos.
- Serviços de conveniências complementares aos clientes residenciais, como o Conte Comigo 24 horas (serviços de eletricitista, encanador, chaveiro etc) e o Seguro Super Proteção Premiada.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Indicadores de Qualidade

Os índices DEC (duração equivalente de interrupção por cliente) e FEC (frequência equivalente de interrupção por cliente) foram de 8,90 horas e 5,64 vezes, respectivamente. O FEC manteve-se em linha com o apresentado em 2006 (5,52 vezes) e abaixo do padrão ANEEL (8,49 vezes). O valor de DEC foi superior ao de 2006 (7,87 horas), porém permaneceu abaixo do padrão ANEEL (11,34 horas). O aumento deve-se às condições climáticas adversas em 2007, com grande quantidade de chuvas e de descargas elétricas, principalmente nos meses de fevereiro e março.

Para manter a qualidade dos serviços prestados e fazer frente às interrupções de fornecimento de energia provocadas pelas chuvas de verão, a Companhia desenvolve, todos os anos, a **Operação Verão**, uma força-tarefa que envolve cerca de 60 equipes técnicas e 90 atendentes de *call center* adicionais.

Investimentos

Em 2007, a AES Eletropaulo realizou investimentos no valor total de R\$ 433,5 milhões, incluindo R\$ 69,2 milhões de projetos "autofinanciados" (desembolso de clientes). O objetivo final dos investimentos realizados é a excelência operacional, aumentando a confiabilidade e a capacidade de atendimento dos sistemas, melhorando os níveis de qualidade e eficiência, minimizando perdas e oferecendo o melhor atendimento aos clientes de todas as classes de consumo.

A maior parte dos investimentos destina-se a serviços ao consumidor e à expansão e manutenção do sistema, porém a recuperação de perdas tem mostrado importância crescente na destinação dos recursos da Companhia. Em 2007, foram investidos R\$ 45,1 milhões no programa de cunho social e econômico de regularização de ligações elétricas que inclui a adoção de novas tecnologias em equipamentos de medição.

Com relação à Tecnologia da Informação (TI), em 2007, a AES Eletropaulo investiu R\$ 63,9 milhões, dos quais R\$ 53,1 milhões na fase final do Projeto Gênesis, que consiste na ampliação e modernização do sistema de gestão de processos administrativos e de atendimento aos clientes com o novo sistema de Gestão Comercial Integrada (CCS), cuja fase final entrou em operação em fevereiro de 2008. O projeto permitirá maior qualidade e padronização de processos, além de mais agilidade e confiabilidade na obtenção de informações por meio da solução SAP.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Investimentos - R\$ milhões	2007	%
Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema	160,9	37,1%
Manutenção	84,0	19,4%
Recuperação de Perdas	45,1	10,4%
Tecnologia da Informação	63,9	14,7%
Outros	10,4	2,4%
Total (c/ recursos próprios)	364,3	84,0%
Autofinanciados	69,2	16,0%
Total	433,5	100,0%

Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")

Com investimentos de R\$ 7,5 milhões, a AES Eletropaulo encerrou no ano 22 projetos de P&D que estavam em andamento e iniciou 28 novos projetos, envolvendo as áreas técnica, operacional e comercial. A Companhia já conta com 80 projetos completados desde o início do programa, em 1998, dos quais aproximadamente 80% estão sendo aplicados ou estão em fase de introdução para a melhoria dos processos das diversas áreas da Companhia.

Eficiência Energética

Estimular o consumo eficiente, racional e seguro da energia é um dos maiores desafios das distribuidoras de energia elétrica. A AES Eletropaulo, por meio de um amplo Programa de Eficiência Energética (PEE), está comprometida em proporcionar a seus diferentes tipos de clientes orientações e alternativas para evitar desperdícios e acidentes com eletricidade.

Por determinação da ANEEL, a Companhia destina 0,50% da receita operacional líquida a ações e projetos de eficiência energética. Desde 1998, quando o programa entrou em vigor, a AES Eletropaulo investiu recursos da ordem de R\$ 220 milhões. Em 2007, foram R\$ 43,3 milhões.

Os projetos de Eficiência Energética atendem clientes dos setores público e privado, tendo destaque o apoio ao Programa de Regularização de Ligações Ilegais. O programa proporciona a redução de perdas comerciais de energia elétrica e menor consumo por parte da população beneficiada. Inclui a doação do padrão de entrada e de lâmpadas eficientes, a substituição de geladeiras, a reforma das instalações internas e uma intensa campanha de orientação sobre o uso seguro e racional da energia elétrica.

Saúde e Segurança

Prevenir acidentes de trabalho com colaboradores próprios e de empresas contratadas e buscar a melhoria contínua de seus processos são os objetivos principais da AES Eletropaulo quando o assunto é Segurança, Valor número 1 da Companhia. O Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO) foi introduzido em todas as áreas da Companhia, seguindo determinações da legislação brasileira, diretrizes do Grupo AES e a norma OHSAS 18001, sigla em inglês para Série de Avaliação de Segurança e Saúde Ocupacional.

O programa *Behavior-Based Safety* (BBS) teve continuidade em 2007, com metodologia baseada na prática da observação comportamental e na orientação às equipes sobre comportamentos seguros e inseguros verificados. O objetivo é desenvolver nos colegas a habilidade para identificar e controlar os riscos das atividades e reforçar práticas seguras nas rotinas diárias. Ao longo do ano, para estimular a cultura do comportamento seguro, foram formados 442 novos observadores comportamentais na Companhia.

A melhoria contínua nos processos da AES Eletropaulo foi reconhecida em 2007 pela Fundação Coge, com a premiação na categoria Gestão e Segurança do Trabalho. O projeto vencedor – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais Energéticos (PPRAE) – tem como objetivos antecipar, reconhecer, avaliar e controlar os riscos biológicos, químicos e ergonômicos relacionados à atividade do setor de distribuição de energia elétrica, tanto em espaços abertos (meio urbano) como em confinados.

Todo esse trabalho contribuiu para que a Companhia alcançasse, em 2007, uma Taxa de Frequência de 2,34 e uma Taxa de Gravidade de 32, inferiores aos indicadores do ano anterior, de 4,12 e 1.715, respectivamente (critério da legislação brasileira).

As ações de saúde e qualidade de vida da AES Eletropaulo têm foco no atendimento à legislação, na prevenção de doenças ocupacionais e na divulgação e orientações a seus colaboradores. As iniciativas estão relacionadas a exames médicos periódicos, realizados anualmente por todos os colaboradores, a campanhas informativas, a programas de vacinação, a programa de conservação auditiva e ao programa de ginástica laboral. Houve 8,3 mil participações nas palestras realizadas em 2007.

Excelência na Gestão

O modelo de gestão da AES Eletropaulo vem sendo aperfeiçoado ao longo dos anos utilizando-se de metodologias conceituadas internacionalmente e ferramentas de qualidade, que dentre outros aspectos, privilegiam o aprendizado organizacional e o estabelecimento de uma orientação integrada e interdependente para gerir a Companhia. As principais são:

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BSC - Balanced Scorecard

Metodologia que permite, por meio de um modelo, traduzir a estratégia em objetivos específicos, direcionando o comportamento e o desempenho da Companhia.

Comitês Internos (focados na potencialização de oportunidades e resolução de problemas)

Formados por profissionais dos diversos níveis da organização e competências complementares, têm o objetivo de identificar oportunidades nos processos, produtos e serviços, utilizando-se de metodologia que privilegiam conceitos de qualidade e troca de experiência na resolução de problemas. Destaque para:

- *Apex (AES Excellence)*: metodologia utilizada por todas as empresas do Grupo AES no mundo para identificar oportunidades de melhoria contínua e redução de custos. Em 2007, 1,7 mil colaboradores foram treinados nas ferramentas do Apex e foram concluídos 41 projetos desenvolvidos com a metodologia. Em dezembro, a AES Eletropaulo recebeu o Prêmio "Projeto Mais Inovador" com o trabalho "Perda de receita: clientes cortados consumindo sem medição", em cerimônia realizada anualmente pela AES Corp. para reconhecer os melhores projetos.
- *Work Management (Gestão do Trabalho)*: gerenciamento de processos de trabalho operacionais técnicos e comerciais de atendimento para aumento da produtividade.
- *Asset Management (Gestão de Ativos)*: gestão dos ativos instalados no sistema elétrico de potência para aperfeiçoamento da utilização dos equipamentos e redução nos custos. Influencia diretamente ganhos nos indicadores de qualidade que monitoram o desempenho técnico-operacional.
- *Revenue Management (Gestão da Receita)*: gerenciamento da receita financeira nos processos comerciais, para aumento do desempenho de faturamento e de recebíveis.

Relacionamento com o Público Interno

O relacionamento entre a AES Eletropaulo e seus 4.241 colaboradores pauta-se pelas diretrizes mundiais da AES Corp. e tem como foco o desenvolvimento e o crescimento profissional das pessoas, baseados nos Valores da Companhia: Colocar a Segurança em primeiro lugar, Agir com Integridade, Honrar Compromissos, Buscar a Excelência e Realizar-se no Trabalho.

Para proporcionar esse desenvolvimento, a AES Eletropaulo investe continuamente na consolidação da cultura de excelência, em aprendizagem e atualizações constantes e em gestão do conhecimento organizacional. Esse investimento se traduziu, em 2007, em 54,5 mil participações em cursos, palestras, seminários e capacitações, o que representa 708.588 homens-hora de treinamento, uma média de 167 horas por colaborador.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Plano de Remuneração classifica-se em funcional (fixa) e variável. A remuneração funcional está relacionada às atribuições do cargo e função e tem por estratégia assegurar a competitividade com o mercado externo. No ano passado, a remuneração média dos colaboradores, excluindo gerentes, diretores executivos e vice-presidentes, foi de R\$ 2.524,00. Quanto à remuneração variável, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) é calculada a partir de metas pré-estabelecidas. Em 2007, a Companhia distribuiu a seus colaboradores R\$ 31,6 milhões em participação nos lucros.

Gestão Ambiental

O compromisso da AES Eletropaulo com o meio ambiente é marcado pelo uso adequado dos recursos naturais, prevenção à poluição e mitigação dos impactos ambientais ligados a suas atividades. Em 2007, foram investidos R\$ 65,8 milhões nos projetos e ações de meio ambiente, entre os quais se destacam os programas de melhoria ambiental, eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento e poda de árvores.

Certificado pela NBR ISO 14001:2004, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) teve seu escopo de certificação ampliado gradativamente ao longo desses oito anos, e, atualmente, inclui todas as subestações da Companhia, 100% dos prédios administrativos e seis lojas próprias de atendimento ao público. Em 2008, o SGA será ampliado para todas as atividades da AES Eletropaulo.

O direcionamento da Política Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho assegura o atendimento à legislação, a integridade e a saúde dos colaboradores e a preservação e a conservação do meio ambiente.

Gestão Social

Ao distribuir energia elétrica, a AES Eletropaulo assume outras responsabilidades além das relacionadas à qualidade e à confiabilidade técnica de seus serviços. Mitigar ou minimizar impactos e riscos ambientais e sociais decorrentes de suas atividades faz parte de sua atuação e traduz-se em políticas e compromissos adotados voluntariamente.

Entre esses compromissos, destacam-se o Pacto Global e a adesão aos Oito Objetivos do Milênio – ambos programas da ONU (Organização das Nações Unidas) para a construção de um mundo mais justo. A AES Eletropaulo também compromete-se a cumprir os dez compromissos da Fundação Abrinq, tendo conquistado o Selo Abrinq - Empresa Amiga da Criança – em 2007.

As principais iniciativas adotadas pela Companhia são o estímulo ao consumo responsável e seguro de energia elétrica; o patrocínio de ações culturais e educacionais para jovens e adolescentes e a utilização adequada dos recursos naturais. Em 2007, foram investidos cerca de R\$ 10,1 milhões em projetos e patrocínios culturais com recursos próprios e de incentivos fiscais.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Programa de Regularização de Ligações Ilegais, realizado com recursos do Programa de Eficiência Energética e de instituições parceiras, é o principal exemplo de ação que articula aspectos ambientais, econômicos e sociais, pois foca na redução de perdas de energia elétrica e uso adequado de eletricidade para diminuir o valor da conta, proporcionando a inclusão social e promovendo o acesso à cidadania. Desde o início do programa, em 2004, até o final de 2007, 200 mil ligações elétricas foram regularizadas, beneficiando 450 comunidades de baixa renda e aproximadamente um milhão de pessoas, em um total de mais de R\$ 110 milhões em investimentos.

Desempenho Econômico-financeiro

Receita Operacional

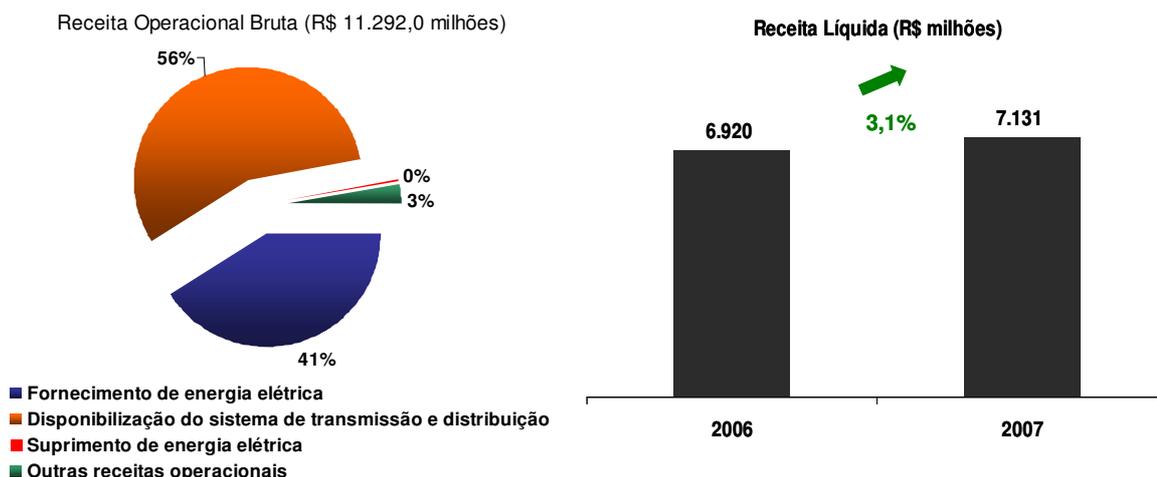
Em 2007, a receita operacional bruta atingiu R\$ 11.292,0 milhões, montante 0,4% superior ao registrado no ano anterior. O aumento de R\$ 45,6 milhões é explicado pela combinação da variação positiva na conta "outras receitas operacionais" (R\$ 171,8 milhões), e da redução de R\$ 123,9 milhões na receita com fornecimento de energia elétrica e disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (TUSD) para os clientes cativos e livres, após aplicação do índice médio de revisão tarifária de -8,43% desde 4 de julho de 2007. O crescimento de 4,6% do mercado total compensou parcialmente o impacto negativo da Revisão Tarifária. O aumento nas "outras receitas operacionais" é explicado pela contabilização de R\$ 200,7 milhões referentes à baixa do passivo regulatório de Energia Livre no quarto trimestre de 2007, conforme disposições contidas no Ofício Circular ANEEL nº. 2.405, de 14 de novembro e Nota Técnica nº. 392, de 13 de novembro de 2007.

De acordo com as disposições da ANEEL mencionadas acima, a Companhia baixou o saldo do passivo regulatório de Energia Livre não recuperado no prazo estabelecido pela agência reguladora e, em contrapartida, registrou uma receita operacional de R\$ 200,7 milhões no resultado de 2007. Vale destacar que essa contabilização não tem impacto no resultado, uma vez que, concomitantemente, foi realizada a redução do ativo regulatório de Energia Livre, gerando uma despesa no mesmo valor no quarto trimestre de 2007 (vide item "**Despesas Operacionais**").

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Foram contabilizadas Deduções da Receita Operacional de R\$ 4.161,2 milhões no ano, o que representa redução de 3,8% (R\$ 165,6 milhões) em relação às deduções de 2006, explicada principalmente (i) pela redução das despesas com o encargo setorial CCC, em razão do reajuste negativo de sua quota anual em 40,2%, cujo efeito foi aplicado à tarifa na revisão tarifária de 4 de julho de 2007, e (ii) pelo aumento pontual das despesas com P&D e Eficiência Energética no quarto trimestre de 2006, em função dos efeitos da Resolução Normativa da ANEEL nº. 233 de 24 de outubro de 2006 e da homologação do Programa de Eficiência Energética – ciclo 2005/2006 – também em outubro de 2006, que aumentaram as despesas contabilizadas no quarto trimestre de 2006 em R\$ 54,0 milhões.

Em 2007, a receita operacional líquida da AES Eletropaulo acumulou R\$ 7.130,8 milhões, quantia 3,1% superior à registrada em 2006. Esse aumento reflete principalmente a redução das deduções da receita bruta no ano de 2007



Custos e Despesas Operacionais - Consolidado

Em 2007, foram registrados custos e despesas operacionais brutos de R\$ 5.796,7 milhões, valor 5,8% superior ao de 2006.

Custos e Despesas Operacionais	2007	2006	V%
			2007 x 2006
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.330,5)	(3.142,9)	6,0%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(695,5)	(848,5)	-18,0%
Custo de Operação	(781,7)	(881,7)	-11,3%
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(15,5)	(38,8)	-59,9%
Despesas com Vendas	(227,7)	(65,2)	249,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(391,6)	(272,8)	43,6%
Outras Despesas Operacionais	(354,1)	(231,7)	52,8%
Total de Custos e Despesas	(5.796,7)	(5.481,5)	5,8%

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Custos Operacionais

A despesa com **energia elétrica comprada** teve acréscimo de 6,0% no ano, explicado principalmente pelos motivos:

- Reajuste da tarifa média de leilões em 12,1% (aumento de R\$ 87,1 milhões);
- Reajuste da tarifa de repasse de Itaipu em 10,3% (aumento de R\$ 46,1 milhões) somado ao início da amortização da Parcela A em novembro de 2007 (R\$ 32,1 milhões);
- Aumento de R\$ 41,2 milhões em 2007, na despesa de PROINFA, uma vez que sua contabilização iniciou a partir do terceiro trimestre de 2006.

Esses aumentos foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 188,7 milhões na despesa com compra de energia da AES Tietê em 2007, explicada pela alteração do regime de tributação de PIS e Confins de não cumulativo (9,25%) para cumulativo (3,65%), aplicado sobre os montantes de energia contratados pela AES Eletropaulo desde o terceiro trimestre de 2004 via contratos inicial e bilateral. Em 30 de junho de 2007, foi contabilizada uma reversão de despesa com compra de energia de R\$ 178,2 milhões, que está sendo devolvida pela AES Tietê em 12 parcelas mensais, a partir de julho de 2007.

No ano de 2007, a **despesa com encargos do uso da rede elétrica e transmissão** foi 18,0% inferior à de 2006, em função principalmente da diminuição em R\$ 144,1 milhões da conta de CVA Rede Básica. Essa redução é explicada pela amortização de R\$ 65,3 milhões da CVA Passiva de Rede Básica em 2007.

Os **custos de operação** reduziram 11,3%, devido principalmente à queda das despesas com entidade de previdência privada que totalizaram R\$ 111,9 milhões em 2007 ante R\$ 253,7 milhões em 2006. Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento de R\$ 24,8 milhões nos custos com serviços de terceiros, em função de maiores gastos com consultoria e auditoria, honorários advocatícios e manutenção de sistemas.

Despesas Operacionais

O grupo **despesas com vendas** somou R\$ 227,7 milhões em 2007, o que representa um aumento de R\$ 162,5 milhões em relação a 2006. No quarto trimestre de 2007, a Companhia baixou o saldo do ativo regulatório de energia livre e da RTE, não recuperado no prazo de 70 meses, atendendo às orientações contidas no Ofício Circular ANEEL nº. 2.409 e Nota Técnica nº. 392.

Como resultado, foram registradas as seguintes despesas com vendas (não recorrentes): (i) R\$ 200,7 milhões de energia livre; e (ii) R\$ 191,3 milhões de RTE (Recomposição Tarifária Extraordinária). Em contrapartida, foram revertidos R\$ 231,8 milhões de provisões operacionais de RTE.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As **despesas gerais e administrativas** totalizaram R\$ 391,6 milhões, uma elevação de 43,6% quando comparadas ao ano anterior. Essa variação reflete o aumento nas despesas com pessoal em 2007, explicado principalmente pelo incremento de R\$ 69,7 milhões em reclamações trabalhistas, sendo parte oriunda do processo de Atualização dos Depósitos Judiciais no segundo trimestre de 2007 (R\$ 45,4 milhões – evento não recorrente) e pela despesa de R\$ 30,5 milhões com o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), anunciado pela Companhia em outubro de 2007, que teve adesão espontânea de 376 empregados.

As **outras despesas operacionais** apresentaram elevação de 52,8%, totalizando R\$ 354,1 milhões no ano. O aumento dessas despesas pode ser explicado pela elevação de provisões referentes a contingências cíveis e trabalhistas. Destaca-se a provisão com contingências trabalhistas realizadas no quarto trimestre de 2007, no valor de R\$ 166,0 milhões. A provisão foi feita após a conclusão do trabalho de análise individual dos valores envolvidos em 100% dos processos trabalhistas ativos, iniciado em maio de 2006. O levantamento resultou em uma provisão inicial de R\$ 120,9 milhões no terceiro trimestre de 2006, quando a primeira etapa do trabalho foi concluída.

LAJIDA (EBITDA) Ajustado

O EBITDA no ano de 2007 foi de R\$ 1.664,7 milhões, valor 5,6% inferior ao apurado no ano de 2006, refletindo o aumento de 5,8% dos custos e despesas operacionais.

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 2.312,3 milhões em 2007, o que representa uma redução de 7,2% em relação ao ano de 2006. A margem EBITDA ajustado em 2007 foi de 32,4%, comparada a 36,0% em 2006.

O EBITDA ajustado de 2007 levou em conta as seguintes correções para melhor refletir a geração de caixa da Companhia:

R\$ milhões	2007	2006	V% 2007 x 2006
EBITDA	1.664,7	1.763,4	-5,6%
Ajustes			
Desp. Passivo - FCESP*	106,6	242,0	-55,9%
RTE	289,7	326,8	-11,3%
Provisão RTE	17,3	37,7	-54,1%
Provisão - Contingências	166,0	120,9	37,3%
Acerto contábil - Reavaliação Depósitos Judiciais	67,9	0,0	N.A.
EBITDA Ajustado	2.312,3	2.490,8	-7,2%

* Confissão de Dívida Iia e Reserva Matemática

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultado Financeiro

Em 2007, o Resultado Financeiro Consolidado foi uma despesa de R\$ 176,6 milhões, 48,4% inferior ao resultado financeiro de 2006 (despesa de R\$ 342,2 milhões).

A redução da dívida bruta em R\$ 1.765,4 milhões; o menor custo médio da dívida total em 2007 (CDI + 0,87% a.a.), comparado a 2006 (CDI + 1,31% a.a.); e a redução da Selic Média de 15,3% em 2006 para 11,8% em 2007, são os principais fatores que explicam a diminuição nas despesas financeiras no ano.

Processo de Encerramento da controlada integral, Metropolitana Overseas II Ltd.

Em 31 de maio e 1 de junho de 2007, foram efetuadas as operações de liquidação do empréstimo de US\$ 580 milhões que a Companhia mantinha com sua controlada, Metropolitana Overseas II, e, simultaneamente, a operação de recompra das ações detidas nessa subsidiária, bem como o resgate dos lucros disponibilizados. Essa sociedade foi efetivamente encerrada em 28 de agosto de 2007, em cumprimento às determinações da Lei 10.848, de 15 de março de 2004, que estabeleceu o novo modelo do setor elétrico.

Resultado Líquido

No ano de 2007, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 712,6 milhões, comparado a R\$ 373,4 milhões em 2006, o que representa um acréscimo de R\$ 339,3 milhões. Contribuíram para o resultado positivo o aumento de receitas e o melhor resultado financeiro, além do fim do reconhecimento em balanço do passivo atuarial de R\$ 2,4 bilhões com o fundo de pensão. Tal reconhecimento deu-se na forma de uma despesa anual bruta de R\$ 486,3 milhões entre os anos de 2002 e 2006 e deixou de ser recorrente a partir de 2007. A margem líquida aumentou de 5,4% em 2006 para 10,0% em 2007.

Remuneração aos Acionistas

O total de proventos distribuídos pela Companhia com relação ao exercício de 2007 monta R\$ 715,0 milhões, correspondentes a 100,3% do lucro líquido do ano.

Em 3 de setembro de 2007, a Companhia pagou o montante de R\$ 487,8 milhões de dividendos intermediários, referentes ao primeiro semestre de 2007.

O pagamento de dividendos complementares e juros sobre capital próprio, correspondentes ao saldo do lucro líquido do exercício de 2007, serão deliberados em Assembléia Geral Ordinária (AGO) no dia 23 de Abril de 2008, por meio de convocação pública. O montante de dividendos complementares proposto pela administração da Companhia é de R\$ 159,4 milhões (R\$ 3,59/'000 ações ON e R\$ 3,95/'000 ações PN) e o de juros sobre capital próprio (JCP) de R\$ 67,8 milhões, conforme quadro abaixo:

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dividendos Propostos 2007 (R\$ milhões)	
Lucros Acumulados 31/12/2006	0,0
Lucro Líquido do Exercício 2007	712,6
Realização Reserva Reavaliação - até 31/12/2007	40,0
Saldo Líquido	752,7
Reserva Legal (5%)	(37,6)
Subtotal	715,0
Dividendos Intermediários Distribuídos - 1S07	(487,8)
Juros sobre Capital Próprio Declarados	(67,8)
Dividendos Complementares Propostos	159,4

Endividamento

A dívida consolidada bruta totalizou R\$ 4.304,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, valor 10,9% inferior à posição em 31 de dezembro de 2006, devido à liquidação do empréstimo com o BNDES durante o ano de 2007 além do cronograma normal de amortização de dívidas.

A dívida consolidada líquida em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 2.971,9 milhões, o que representa redução de 18,7% com relação a 31 de dezembro de 2006. Essa redução deveu-se ao cronograma normal de amortizações, além do aumento no saldo de caixa em R\$ 272,8 milhões.

Em 2007, a AES Eletropaulo deu continuidade à sua estratégia financeira de alongar o prazo e reduzir o custo médio da dívida com bancos credores, aproveitando a melhoria dos indicadores de crédito da Companhia e a maior oferta de crédito. Durante o exercício, a AES Eletropaulo realizou importantes operações, elevando o prazo médio da dívida total de 5,5 anos no final de 2006 para 6,2 anos no final de 2007:

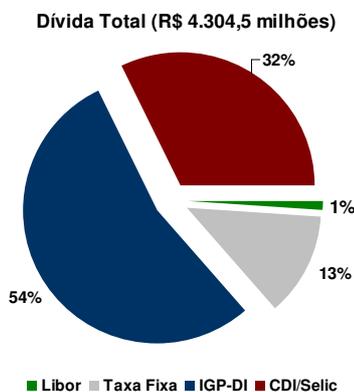
- Refinanciamento em 14 de maio de 2007 do empréstimo sindicalizado (Cédulas de Crédito Bancário – CCBs) cujo vencimento passou de 2013 para 2015. O custo médio reduziu de CDI + 1,80% a.a. para CDI + 1,20% a.a.
- Refinanciamento em 20 de agosto de 2007 da nona emissão de debêntures, cujo vencimento passou de 2013 para 2018. O custo médio reduziu de CDI + 2,50% a.a. para CDI + 1,75% a.a.
- Décima emissão de debêntures no valor de R\$ 600 milhões e pré-pagamento do saldo da oitava emissão de debêntures com esses recursos, estendendo o prazo médio deste montante de 1,9 anos para 5,0 anos. O custo médio reduziu de CDI + 2,90% a.a. para CDI + 0,90% a.a.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Décima primeira emissão de debêntures: em 17 de dezembro de 2007, foram recebidos os recursos da debênture no montante de R\$ 200,0 milhões com o objetivo de recompor caixa no valor da primeira amortização da oitava emissão de debêntures, que foi realizada em 20 de agosto de 2007. Seu custo é de CDI + 1,75 a.a. e o prazo médio é de 10 anos

Com os refinanciamentos finalizados durante o ano, o custo médio da dívida total da Eletropaulo passou de CDI + 1,31% no final de 2006 para CDI + 0,87% no final de 2007.

De acordo com o perfil atual da dívida da AES Eletropaulo, 87,3% dos compromissos estão atrelados a taxas variáveis, sendo 32,3% corrigidos pela Selic.



A AES Eletropaulo não necessitará de linhas de crédito adicionais para honrar suas obrigações em 2008, porém como parte de sua estratégia financeira, permanecerá atenta a boas oportunidades de financiamento de investimentos. Além disso, buscará continuamente alternativas para melhorar as condições das captações em vigor, visando à redução de custos e ao alongamento de prazos.

Governança Corporativa

Transparência é prioridade para os administradores e acionistas controladores da AES Eletropaulo, que entendem que um relacionamento de qualidade com todos os seus públicos, baseado na ética e na prestação de informações, é essencial para a gestão eficiente e estratégica dos negócios. Por isso, a Companhia é integrante, desde 2004, do Nível 2 de Governança Corporativa, segmento de listagem da Bovespa que reúne empresas com práticas diferenciadas de Governança.

É importante mencionar que, de acordo com regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, a AES Eletropaulo compromete-se a resolver, por meio de arbitragem e nos termos do **Regulamento de Arbitragem**, as disputas ou controvérsias

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE

A sintonia com as práticas diferenciadas e o respeito a seus diversos públicos foi mais uma vez reconhecida em 2007. As ações da AES Eletropaulo mantiveram-se na carteira dos ativos que integram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, após a revisão da composição dessa carteira em dezembro de 2007. O ISE inclui ações de companhias selecionadas entre os títulos de maior liquidez na Bovespa e que atendem a requisitos pré-definidos de responsabilidade social e sustentabilidade empresarial

Estrutura de Gestão

O órgão máximo da Companhia é o Conselho de Administração, composto por onze membros efetivos e quatro suplentes, incluindo dois conselheiros independentes e um representante dos empregados. A Companhia também mantém um Conselho Fiscal, deliberativo e consultivo, composto por cinco membros. As operações são comandadas pela Diretoria Executiva, formada pelo Diretor-Presidente e por seis Diretores Vice-Presidentes, que contam com o Comitê de Gestão de Política de Investimentos e Operacional.

Serviços de Auditoria Independente

A empresa Ernst & Young Auditores Independentes responde pela auditoria externa da AES Eletropaulo desde 2004, atendendo à obrigatoriedade de rodízio a cada cinco anos. Durante o ano de 2007, não foram contratados serviços complementares ou de consultoria com essa empresa, mantendo-se o foco de seus serviços exclusivamente em auditoria contábil.

Estrutura Societária

Em dezembro de 2007, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ 1.057,6 milhões, representado por 16.651.204.352 ações ordinárias (40% do total) e 25.184.767.324 ações preferenciais (60% do total), com um *free float* total de 56,2%. Ao final do exercício, a Empresa contava com aproximadamente 53,5 mil acionistas.

Acionista	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
AES ELPA	12.956.450.380	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	12.956.450.380	30,97%
União Federal	3.335.596.142	20,03%	64.630	0,01%	0	0,00%	3.335.660.772	7,97%
Cia Brasileira de Energia	0	0,00%	0	0,00%	1.858.602.977	7,56%	1.858.602.977	4,44%
BNDDES	0	0,00%	0	0,00%	183.644.102	0,75%	183.644.102	0,44%
Outros (Free Float)	359.157.830	2,16%	592.272.636	99,99%	22.550.182.979	91,70%	23.501.613.445	56,18%
Total	16.651.204.352	100,00%	592.337.266	100,00%	24.592.430.058	100,00%	41.835.971.676	100,00%

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Participação do BNDES na Brasileira

Em 12 de março de 2007, a Companhia Brasileira de Energia (CBE) foi formalmente comunicada pelo BNDESPAR que este deu início à seleção de instituição financeira para coordenar o processo de alienação das ações de emissão da CBE de sua titularidade.

Em 28 de maio de 2007, a AES Eletropaulo informou ao mercado o recebimento, por parte da AES Corp., da notificação do BNDESPAR de que este exercerá seu direito de *Drag Along*, conforme previsto no Acordo de Acionistas. Pelo mesmo Acordo, a AES Corp. possui o direito de preferência na compra da participação do BNDESPAR na CBE.

O BNDESPAR e a AES Corp. contrataram instituições financeiras para o processo de avaliação econômico-financeira da CBE. Visto que as referidas avaliações apresentaram uma diferença superior a 10%, uma terceira instituição, KPMG Auditores Independentes, foi contratada pelo BNDESPAR e AES Corp. em conjunto, conforme previsto no acordo de acionistas. A avaliação econômico-financeira foi concluída e, dando continuidade ao processo, o BNDESPAR decidirá em que momento prosseguirá com a elaboração do edital que definirá o formato, as condições e o cronograma para a realização da operação.

Mercado de Capitais

A AES Eletropaulo é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações ordinárias e preferenciais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, sob os códigos ELPL3, ELPL5 e ELPL6. Integra o Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, desde dezembro de 2004, e a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, pelo terceiro ano consecutivo.

No dia 16 de abril de 2007, a Standard & Poor's (S&P) elevou o *rating* em escala nacional da Companhia de A- para A, mantendo o *rating* em escala internacional em BB-. Dessa forma, os *ratings* tanto em escala nacional quanto internacional da AES Eletropaulo, para a Fitch e S&P são A e BB-, respectivamente.

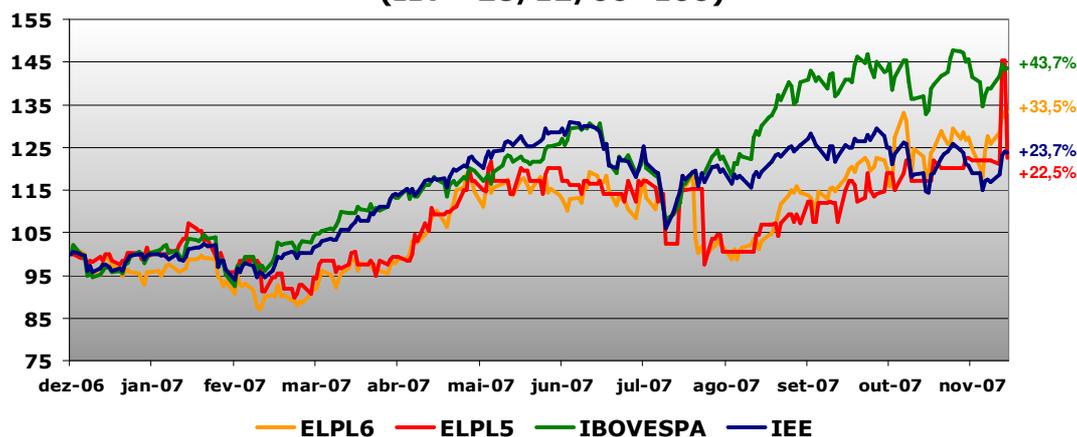
As ações preferenciais classe B da AES Eletropaulo (ELPL6) encerraram o ano de 2007 cotadas a R\$ 145,50/lote de mil, com valorização de 33,5%, versus uma evolução de 43,7% do Ibovespa (Índice da Bolsa de Valores de São Paulo) e de 23,7% do IEE (Índice de Energia Elétrica) no mesmo período.

As ações preferenciais classe A (ELPL5) registraram valorização de 22,5% em 2007, levando-se em conta a cotação de R\$ 125,50/000 ao final do ano.

As ações ELPL6 foram negociadas em todos os pregões da Bovespa no ano. Os dados de liquidez mostram a realização de 196 mil negócios envolvendo cerca de 53,9 bilhões de ações preferenciais e R\$ 6,9 bilhões (média diária de R\$ 28,2 milhões) no decorrer do período.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**ELPL6 x ELPL5 x Ibovespa x IEE
(IBF - 28/12/06=100)**



Grupamento de ações: Em 20 de dezembro de 2007, a Companhia, buscando adequar a negociação de ações de sua emissão às orientações da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), deliberou em Reunião do Conselho de Administração o grupamento da totalidade das suas ações, na proporção de 250 para 1. Em 26 de fevereiro de 2008, o grupamento foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária (AGE). Em seguida ao prazo para regularização das frações resultantes do grupamento, que terá início após a AGE, as ações serão negociadas exclusivamente pela cotação unitária.

Balanço Social

Em 2007, a AES Eletropaulo doou o equivalente a 1% do Imposto de Renda devido (R\$ 1,4 milhão) aos fundos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. As prefeituras adimplentes com a Companhia receberam e repassaram essas contribuições a instituições de reconhecida atuação na área.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanco Social Anual / 2007



Empresa:

1 - Base de Cálculo	2007 Valor (Mil reais)			2006 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	7.130.829			6.919.519		
Resultado operacional (RO)	1.334.235			1.427.380		
Folha de pagamento bruta (FPB)	676.484			1.153.620		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	21.055	3,11%	0,30%	20.158	1,75%	0,29%
Encargos sociais compulsórios	73.150	10,81%	1,03%	77.828	6,75%	1,12%
Previdência privada	111.938	16,55%	1,57%	739.965	64,14%	10,69%
Saúde	20.556	3,04%	0,29%	21.399	1,85%	0,31%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	46	0,00%	0,00%
Educação	2.040	0,30%	0,03%	3.217	0,28%	0,05%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	629	0,09%	0,01%	1.623	0,14%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	635	0,09%	0,01%	542	0,05%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	31.603	4,67%	0,44%	31.361	2,72%	0,45%
Outros	42.938	6,35%	0,60%	19.151	1,66%	0,28%
Total - Indicadores sociais internos	304.544	45,02%	4,27%	915.290	79,34%	13,23%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.386	0,18%	0,03%	3.217	0,23%	0,05%
Cultura	8.049	0,60%	0,11%	3.422	0,24%	0,05%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	935	0,07%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	1.561	0,12%	0,02%	1.405	0,10%	0,02%
Outros	8.673	0,65%	0,12%	8.249	0,58%	0,12%
Total das contribuições para a sociedade	21.804	1,63%	0,31%	18.466	1,29%	0,27%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.292.742	246,79%	46,18%	2.992.631	209,66%	43,25%
Total - Indicadores sociais externos	3.314.546	248,42%	46,48%	3.011.097	210,95%	43,52%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	151	0,01%	0,00%	17	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.489	0,11%	0,02%	1.890	0,13%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.640	0,12%	0,02%	1.907	0,13%	0,03%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a	() não possui metas () cumpre de 51 a 75%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75%		() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	
() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2007			2006		
Nº de empregados(as) ao final do período	4.241			4.316		
Nº de admissões durante o período	335			164		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	4.507			4.695		
Nº de estagiários(as)	95			68		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	587			551		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	840			865		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17,00%			12,44%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	260			151		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	52			49		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007			Metas 2008		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	88,1			0		
Número total de acidentes de trabalho	18			9		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 19.211	no Procon 2.389	na Justiça 12.037	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 56,00%	no Procon 64,00%	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2007: R\$ 6.343.509			Em 2006: R\$ 6.774.594		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	73,3% governo	8,1% colaboradores(as)	11,2% acionistas	67,7% governo	15,4% colaboradores(as)	5,5% acionistas
	7,4% terceiros	13,8% retido		11,4% terceiros	14,6% retido	
7 - Outras Informações						

Estratégias e Perspectivas

O ano de 2007 foi marcado por grandes ajustes estruturais, que envolveram mudanças na administração da Companhia e reforçaram ainda mais a reorganização da estrutura de gestão. Esses ajustes priorizam, ainda, a ênfase em processos e metodologias de trabalho mais eficientes e a disseminação entre os colaboradores do conceito amplo de sustentabilidade – econômica, social e ambiental –, como um compromisso vinculado a todas as ações da AES Eletropaulo.

O programa de otimização de custos e receitas, iniciado em 2007, vem ao encontro desses objetivos. A crescente qualidade na prestação de serviços, por meio da modernização e aperfeiçoamento de processos, aliada a um menor custo, é a grande meta da AES Eletropaulo para os próximos anos. O ano de 2008 abre um novo ciclo para a Companhia, que operando de forma mais eficiente, visa promover a sustentabilidade crescente de seus negócios, expandindo sua capacidade de investir e gerar resultados.

A consolidação do suprimento de energia é o grande desafio que será enfrentado pelo setor elétrico nos próximos anos. Para isso, a AES Eletropaulo preparou-se, utilizando os mecanismos de contratação de energia em vigor e também adequando sua estrutura de capital e alongando o perfil de seu endividamento. Com forte capacidade de geração de caixa e um cronograma de amortizações confortável, a AES Eletropaulo está pronta para enfrentar os desafios futuros em seu setor de atuação.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio e direcionamento do Conselho de Administração, que define as bases da estratégia seguida, a dedicação de nossos colaboradores e a parceria de nossos clientes, fornecedores e acionistas, responsáveis pelas conquistas alcançadas pela AES Eletropaulo.

São Paulo, 20 de Março de 2008

A Administração

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital aberto, de direito privado, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia, conforme mencionado na nota nº. 28, faturou 32.577 GWh no exercício de 2007 e 31.656 GWh no exercício de 2006, atendendo a aproximadamente 5,6 milhões de clientes em dezembro de 2007.

O prazo de duração da concessão é de 30 anos, conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº. 162/98, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº. 72, de 25 de março de 1998).

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada, incluindo as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente. A Administração da Companhia e de sua controlada autorizaram a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 18 de fevereiro de 2008. De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº. 505, de 19 de junho de 2006, eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data da autorização da conclusão devem ser divulgados e, se necessário, ajustados nas demonstrações contábeis.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em cumprimento às determinações do Despacho ANEEL nº. 3.073, de 28 de dezembro de 2006, algumas rubricas do resultado antes classificadas como Custos e Despesas Operacionais, passaram a partir de 1º. de janeiro de 2007 a serem classificadas como Deduções à Receita da Tarifa, a saber:

- Programa de Eficiência Energética
- Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
- Contribuição Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT
- Contribuição à Empresa de Pesquisa Energética - EPE
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE
- Conta de Consumo de Combustível - CCC

Em consonância ao Ofício Circular nº. 2.409, de 14 de novembro de 2007, a despesa do PROINFA - Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica, originalmente alocada ao resultado sob a rubrica de Gasto Operacionais, em Outras Despesas, foi realocada para efeito de apresentação destas demonstrações, parte para o grupo de Energia Comprada para Revenda, por se tratar efetivamente de aquisição de energia elétrica e parte para (-) Encargos do Consumidor - Outros no grupo de Deduções à Receita da Tarifa, por se tratar de valores faturados dos consumidores livres à título de PROINFA não representando recursos da concessionária, sendo esta última, apenas agente repassador.

Em consonância ao Ato Declaratório Interpretativo SRF nº. 3, de 29 de março de 2007, os créditos de PIS e Cofins antes classificados como conta redutora às Deduções à Receita da Tarifa, passaram a partir deste exercício, a serem classificados como contas redutoras às despesas operacionais que os originaram.

Em face destas alterações, as referidas rubricas tiveram seus valores relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2006, reclassificados em relação às informações originalmente divulgadas, propiciando a comparabilidade.

A Demonstração de Resultado do exercício está sendo apresentada na forma determinada pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, com aberturas e detalhamentos divulgados nas notas nº.s 28 a 35 e 39.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeito a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi computada com base na legislação vigente na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

3. Procedimentos de Consolidação

A Companhia elabora demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº. 247, de 27 de março de 1996, da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, as quais incluem as demonstrações contábeis de sua controlada Metropolitana Overseas II Ltd. - nota nº. 15.

Considerando que a referida controlada foi encerrada em 28 de agosto de 2007, na presente consolidação são realizados os seguintes ajustes advindos do resultado apurado até seu encerramento:

- Eliminação da participação no resultado do período da consolidada.
- Eliminação de receitas e despesas de transações entre a controladora e controlada.

4. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Práticas contábeis específicas do setor

Encargos financeiros e efeitos inflacionários: em virtude do disposto nas Instruções Gerais nº. 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros, incluindo os efeitos inflacionários e cambiais, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

Custos indiretos de obras em andamento: parte dos gastos da Administração Central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente, com base nos gastos com pessoal e mão-de-obra de terceiros relacionados às obras em curso.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. O saldo dessa conta é apresentado como conta redutora do ativo imobilizado na nota nº. 16, corrigido até 31 de dezembro de 1995, e a partir de janeiro de 2007 passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação dos ativos as quais deram origem.

Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: as compras (custo de energia comprada) e as vendas (receitas de suprimento) são registradas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas pelo CCEE. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pelo CCEE, os valores são estimados pela Administração da controlada Eletropaulo, utilizando as informações disponíveis no mercado.

Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA - Ativo e Passivo (Circulante e Não Circulante): referem-se principalmente aos custos incluídos na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - "CVA" e respectivos encargos. Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº. 296 e nº. 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, e Resoluções complementares da ANEEL - nota nº. 14.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Práticas contábeis gerais

Disponibilidades: incluem aplicações financeiras com prazo de liquidação inferior a 90 dias, as quais são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço, e não excedem o valor de mercado - nota nº. 5.

Consumidores, concessionárias e permissionárias: incluem os valores faturados e não faturados, a receita referente à energia e uso do sistema de distribuição utilizado até a data do balanço; a recomposição tarifária extraordinária, energia livre e Desconto da TUSD, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo (CCEE) - nota nº. 6.

Contas a receber - acordos: correspondem a créditos derivados do fornecimento de energia e da prestação de serviços, renegociados parceladamente, acrescidos de encargos até a data da renegociação - nota nº. 11.

Almoxarifado: refere-se a materiais destinados à manutenção das operações, valorados ao custo médio das compras. Os materiais destinados às construções são classificados como imobilizações em curso.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: está constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão sendo demonstrados nas diversas rubricas do Ativo que as originaram - notas nº.s 6, 9, 11 e 12.

Despesas pagas antecipadamente: referem-se a dispêndios de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e com a contratação de seguros que estão sendo apropriados ao resultado à medida da vigência das correspondentes apólices e de acordo com o regime de competência.

Investimentos: os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial; os imóveis destinados a uso futuro estão avaliados ao custo reavaliado e os demais investimentos estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Provisão para perdas prováveis na realização é constituída, quando aplicável - nota nº. 15.

As demonstrações contábeis da controlada no exterior, preparadas em moeda estrangeira, são convertidas para reais utilizando a taxa de câmbio da data do balanço da controladora. Os ganhos e perdas apurados nessa conversão são registrados no resultado do exercício, na controladora na conta de equivalência patrimonial e no consolidado nas contas de receitas e despesas financeiras.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imobilizado: esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescidos do valor de reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que variam entre 2,50% e 4,00% para edificações, obras civis e benfeitorias; 2,44% e 7,70% para máquinas e equipamentos relacionados com as linhas e redes de distribuição, de sub-transmissão e subestações; e 10,00% e 20,00% para os demais equipamentos - nota nº. 16.

Diferido: é representado por despesas incorridas na emissão de debêntures. A amortização das referidas despesas é registrado de forma linear, no prazo de liquidação das debêntures - nota nº. 17.

Fornecedores: inclui, obrigações com fornecedores de energia, materiais, serviços e custo correspondente à energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - nota nº. 18.

Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária e cambial, determinada em cada modalidade, incorrida até a data do balanço, a qual é apropriada em despesas financeiras com os juros e demais encargos, exceto pela parte apropriada ao custo das obras em andamento que é registrada no ativo imobilizado em curso - nota nº. 20.

Obrigações com Entidade de Previdência Privada: os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes. A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores passaram a ser apurados e registrados de acordo com o regime de competência. O custo do serviço passado, apurado em 31 de dezembro de 2001, foi reconhecido no resultado do exercício, como ítem extraordinário, em um período de cinco anos a partir de janeiro de 2002, conforme Deliberação 371/2000 da CVM - nota nº. 21.

Provisões para litígios e contingências: são constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia - nota nº. 23.

Reserva de reavaliação: é realizada em virtude da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados, líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota nº. 26.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contribuição social e imposto de renda: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente gerem créditos ou débitos tributários diferidos - notas nº 8, 19 e 35.

Tributação sobre receitas: As receitas de vendas antes de 31 de outubro de 2003, estão sujeitas a tributação cumulativa do PIS (0,65%) e Cofins (3%). As demais receitas estão sujeitas a tributação não cumulativa do Pis (1,65%) e da Cofins (7,6%).

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS/Cofins são apresentados dedutivamente do custo do serviço de energia elétrica na demonstração do resultado.

Resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia já realizado, porém ainda não faturado ao consumidor. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização - notas nº.s 28 a 35 e 39.

Lucro por ação: é determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários

a) Disponibilidades e valores equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Numerário Disponível	115.475	85.735	115.475	85.735
Numerário em Trânsito	219	413.445	219	413.445
Aplicações Financeiras (*)	923.393	1.582	923.393	2.173
	1.039.087	500.762	1.039.087	501.353

O saldo de numerário em trânsito corresponde a valores que transitam junto à instituições financeiras e destinam-se ao pagamento de diversas obrigações com fornecedores.

(*) Aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma:

Tipo de Operação	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Divesp	1.647	1.580	1.647	1.580
CDB	921.746	2	921.746	2
Over Night (Overseas II)	-	-	-	591
	923.393	1.582	923.393	2.173

b) Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	293.499	559.047	293.499	559.047
Títulos no Exterior	-	-	-	111.925
	293.499	559.047	293.499	670.972

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2007 aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas à 100% da taxa Selic e têm características de liquidez imediata.

A controlada, Metropolitana Overseas II Ltd., mantinha aplicações em títulos no exterior denominados "Time Deposits", lastreados em Reais, os quais eram remunerados à 93,5% do CDI e tinham características de liquidez imediata.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

	Controladora e consolidado											
	Saldos vincendos		Saldos vencidos				Total		Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)		Saldo líquido de PCLD	
	2007	2006	até 90 dias		mais de 90 dias		2007	2006	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE												
Consumidores - Fornecimento:												
Residencial	191.573	213.634	137.776	154.442	15.448	16.051	344.797	384.127	(30.892)	(30.353)	313.905	353.774
Industrial	74.823	57.041	28.154	36.178	36.857	70.412	139.834	163.631	(51.374)	(50.565)	88.460	113.066
Comercial	125.042	137.264	58.743	64.576	45.341	30.807	229.126	232.647	(47.598)	(38.164)	181.528	194.483
Rural	161	107	101	50	63	3	325	160	(8)	(2)	317	158
Poder público:												
Federal	2.129	2.367	437	947	937	547	3.503	3.861	(480)	(170)	3.023	3.691
Estadual	8.984	9.519	2.567	2.886	771	1.664	12.322	14.069	(630)	(1.648)	11.692	12.421
Municipal	10.080	10.439	5.137	8.305	6.129	8.062	21.346	26.806	(7.362)	(7.788)	13.984	19.018
Iluminação pública	11.628	13.829	714	2.687	715	1.990	13.057	18.506	(1.127)	(2.554)	11.930	15.952
Serviço público	8.964	7.333	6.155	5.993	6.756	14.644	21.875	27.970	(4.745)	(15.186)	17.130	12.784
Total - Faturado	433.384	451.533	239.784	276.064	113.017	144.180	786.185	871.777	(144.216)	(146.430)	641.969	725.347
Não Faturado	406.928	476.021	-	-	-	-	406.928	476.021	-	-	406.928	476.021
Total	840.312	927.554	239.784	276.064	113.017	144.180	1.193.113	1.347.798	(144.216)	(146.430)	1.048.897	1.201.368
Concessionárias e permissionárias:												
Encargos do uso da rede	-	660	-	-	13	-	13	660	-	-	13	660
Energia no curto prazo - CCEE (**)	16.191	8.084	6.780	2.689	6.979	7.622	29.950	18.395	-	-	29.950	18.395
EMAE	1.082	-	-	-	-	-	1.082	-	-	-	1.082	-
Petrobrás	1.334	-	-	-	-	-	1.334	-	-	-	1.334	-
Transmissoras	37.201	-	-	-	-	-	37.201	-	-	-	37.201	-
Total	55.808	8.744	6.780	2.689	6.992	7.622	69.580	19.055	-	-	69.580	19.055
Consumidores - Racionamento:												
Recomposição tarifária extraordinária (**)	-	243.815	-	-	-	-	-	243.815	-	-	-	243.815
Energia Livre (**)	-	257.498	-	-	-	-	-	257.498	-	-	-	257.498
Desconto da TUSD (**)	44.619	32.701	-	-	-	-	44.619	32.701	-	-	44.619	32.701
Total	44.619	534.014	-	-	-	-	44.619	534.014	-	-	44.619	534.014
Total - CIRCULANTE	940.739	1.470.312	246.564	278.753	120.009	151.802	1.307.312	1.900.867	(144.216)	(146.430)	1.163.096	1.754.437
NÃO CIRCULANTE												
Concessionárias e permissionárias:												
EMAE	2.391	-	-	-	-	-	2.391	-	-	-	2.391	-
Petrobrás	2.949	-	-	-	-	-	2.949	-	-	-	2.949	-
Transmissoras	18.601	-	-	-	-	-	18.601	-	-	-	18.601	-
Total	23.941	-	-	-	-	-	23.941	-	-	-	23.941	-
Consumidores - Racionamento:												
Recomposição tarifária extraordinária (**)	-	214.540	-	-	-	-	-	214.540	-	(214.540)	-	-
Desconto da TUSD (**)	17.636	13.272	-	-	-	-	17.636	13.272	-	-	17.636	13.272
Total	17.636	227.812	-	-	-	-	17.636	227.812	-	(214.540)	17.636	13.272
Total - NÃO CIRCULANTE	41.577	227.812	-	-	-	-	41.577	227.812	-	(214.540)	41.577	13.272
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	982.316	1.698.124	246.564	278.753	120.009	151.802	1.348.889	2.128.679	(144.216)	(360.970)	1.204.673	1.767.709

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº. 13.

(**) nota nº. 40.

A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas suas diversas esferas, objetivando a diminuição dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vincendos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto de renda	78.705	14.801
Contribuição social	25.575	5.595
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	7.345	7.125
ICMS	22.174	33.360
Cofins	11.412	8.231
Pis	2.969	2.279
Outros	380	363
Subtotal	148.560	71.754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº. 13	(3.204)	-
Saldo líquido de PCLD	145.356	71.754
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pis - Crédito tributário	52.441	50.186
ICMS	22.697	25.211
Subtotal	75.138	75.397
Total Geral	223.698	147.151

Os tributos e contribuições sociais compensáveis referem-se principalmente à antecipação do imposto de renda e contribuição social, em decorrência da sistemática de recolhimento prevista na legislação vigente e à retenção na fonte sobre o fornecimento de energia a órgãos públicos federais.

ICMS: refere-se à créditos oriundos de aquisição de bens do ativo imobilizado.

PIS - Crédito tributário: refere-se à valores indevidamente recolhidos no período de junho de 1990 a outubro de 1995 e créditos de PIS Repique de 1996 a 2002 e que foram pleiteados judicialmente, sendo que perspectiva de desfecho da causa é avaliada positivamente pelos consultores jurídicos. Esse montante está sendo atualizado com base na remuneração da taxa Selic e sobre o mesmo não se espera incorrer em qualquer perda, quando da realização.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
ATIVO		
<u>CIRCULANTE</u>		
Créditos sobre:		
Base negativa de contribuição social	-	3.828
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	63.348	61.810
Prejuízos fiscais	407	-
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	216.122	379.015
Subtotal	279.877	444.653
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Créditos sobre:		
Base negativa de contribuição social	-	17.614
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	210.014	234.171
Prejuízos fiscais - Não operacionais	-	3.580
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	762.953	649.946
Subtotal	972.967	905.311
Total do Ativo	1.252.844	1.349.964
Controladora e consolidado		
2007 2006		
PASSIVO		
<u>CIRCULANTE</u>		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(3.464)	(2.878)
Imposto de renda sobre reavaliação	(5.222)	(7.993)
Subtotal	(8.686)	(10.871)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(142.428)	(40.304)
Imposto de renda sobre reavaliação	(400.035)	(111.954)
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	(6.148)	-
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	(17.079)	-
Subtotal	(565.690)	(152.258)
Total do Passivo	(574.376)	(163.129)
Total Geral - Líquido	678.468	1.186.835

Contribuição Social e Imposto de Renda sobre Reavaliação: valor dos impostos provisionados às alíquotas regulares, 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social, apurados sobre o valor da reavaliação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e amortizado em função das correspondentes realizações desses ativos por meio das respectivas depreciações e baixas.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora e consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2007	2006	2007	2006
A) Demonstração da base de cálculo dos tributos diferidos (Ativo e Passivo):				
Provisão de reserva matemática - CVM n°. 371/00	1.946.056	2.076.095	1.946.056	2.076.095
Provisão para contingências	1.473.352	1.336.042	575.339	489.814
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	271.588	505.556	271.588	505.556
Operações de Swap	171.794	135.685	171.794	135.685
Ajuste a valor presente - outras prefeituras	21.944	31.330	21.944	31.330
Gratificações	31.111	30.272	31.111	30.272
Prejuízo fiscal - Não operacional	1.628	14.319	-	-
Provisão para Realização de Incentivos Fiscais - Finam/Finor	-	-	19.059	19.058
Reserva de reavaliação deduzida dos itens não depreciáveis	(1.621.027)	(479.791)	(1.621.027)	(479.791)
Base negativa de contribuição social	-	-	-	238.251
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	(68.314)	-	(68.314)	-
Outros	461	866	461	866
Base de cálculo	2.228.593	3.650.374	1.348.011	3.047.136
Alíquotas nominal	25%	25%	9%	9%
Subtotal	557.146	912.594	121.322	274.241

	Controladora e consolidado		
	2007		
	Imposto de renda Renda	Contribuição Social	Total
B) Prazo de recuperação dos créditos (Ativo) tributários diferidos:			
2008	216.529	63.348	279.877
2009	127.367	45.852	173.219
2010	122.695	42.628	165.323
2011	96.336	34.681	131.017
2012	82.723	29.780	112.503
2013	67.713	24.377	92.090
2014	68.594	24.694	93.288
2015	21.816	7.854	29.670
2016	175.678	137	175.815
2017	31	11	42
	979.482	273.362	1.252.844

De acordo com a Instrução CVM n°. 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. Serviços Prestados

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>CIRCULANTE</u>		
Serviços prestados a terceiros - Faturados	15.974	16.387
Serviços em curso	5.269	7.173
Outros - Iluminação Pública - Interior	6	1.270
Total	21.249	24.830
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº. 13	(11.109)	(14.915)
Saldo líquido de PCLD	10.140	9.915

Os serviços prestados estão relacionados, principalmente, à manutenção de linhas e redes de iluminação pública, de distribuição, de corrente contínua do sistema trolebus e que foram efetuados às prefeituras municipais, à “SPTrans” - São Paulo Transportes S.A. e EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos e aos demais consumidores.

10. Devedores Diversos

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>CIRCULANTE</u>		
Créditos com empregados	868	619
Outros	2.465	2.465
Total	3.333	3.084

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Contas a Receber - Acordos

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Governo do Estado de São Paulo	14.390	44.343
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô	-	3.392
Prefeituras municipais diversas - localizadas na área de concessão da:		
Bandeirante Energia / CPFL - Piratininga	226	226
Eletropaulo (exceto PMSP)	47.855	42.443
Consumidores	41.326	45.847
Outros	1.369	962
Total	105.166	137.213
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº. 13	(25.343)	(26.285)
Saldo Líquido de PCLD	79.823	110.928
NÃO CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Governo do Estado de São Paulo	-	13.356
Prefeituras municipais diversas - localizadas na área de concessão da:		
Eletropaulo (exceto PMSP)	137.102	164.885
Ajuste a Valor Presente - AVP - Prefeituras Municipais diversas	(21.944)	(31.330)
Consumidores	7.162	13.747
Outros	2.227	3.220
Total	124.547	163.878
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº. 13	(85.717)	(93.641)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº. 13	(1.999)	(2.089)
Saldo Líquido de PCLD	36.831	68.148

Governo do Estado de São Paulo

Refere-se ao acordo de negociação da dívida com o Governo do Estado de São Paulo, assinado em 15 de julho de 1999, através da Secretaria da Fazenda, para quitação das contas a receber no valor de R\$ 150.834.

Em 23 de maio de 2003, foi assinado o segundo aditamento ao Instrumento de Confissão de Dívida, no valor de R\$ 232.366, sendo que o valor de R\$ 98.521, está sendo amortizado em 48 parcelas mensais, a partir de junho de 2003 e o valor de R\$ 133.845, está sendo amortizado em 60 parcelas mensais, a partir de junho de 2003, ambos corrigidos monetariamente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, base maio de 2003.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consumidores

Referem-se a TCD's (Termo de Confissão de Dívida) para recebimento parcelado de créditos de consumo de energia elétrica e/ou prestação de serviços a consumidores, atualizados monetariamente até o recebimento das parcelas pelo IGP-M, sendo que os TCD's de fraude, até abril de 2004, foram registrados integralmente quando da sua assinatura e formalização.

Prefeituras diversas - localizadas na área de concessão da Eletropaulo, Bandeirante Energia e CPFL - Piratininga

Referem-se a acordos para quitação de débitos de faturas de energia elétrica e de prestação de serviços a diversas prefeituras, a saber:

Eletropaulo

	Total Circulante	Total Não Circulante	Ajuste AVP/PCLD	Líquido Não Circulante	Saldo Líquido 2007	Saldo Líquido 2006
Prefeituras Municipais de:						
Cajamar	1.059	4.149	(153)	3.996	5.055	5.712
Carapicuíba	-	16.450	(16.450)	-	-	-
Cotia	2.144	9.401	(7.171)	2.230	4.374	4.708
Diadema	3.642	23.810	(508)	23.302	26.944	27.174
Embú-Guaçu	577	-	-	-	577	963
Itapecerica da Serra	847	7.115	(3.281)	3.834	4.681	4.978
Itapeví	-	-	-	-	-	496
Jandira	716	9.254	(9.809)	(555)	161	-
Juquitiba	356	508	(845)	(337)	19	266
Mauá	2.723	5.345	(3.012)	2.333	5.056	5.921
Osasco	20.382	42.706	(46.357)	(3.651)	16.731	10.920
Pirapora do Bom Jesus	311	2.249	(2.381)	(132)	179	-
Ribeirão Pires	1.337	111	-	111	1.448	2.390
Rio Grande da Serra	-	4.128	(4.128)	-	-	-
Santana do Parnaíba	1.548	4.862	(6.031)	(1.169)	379	-
Santo André	6.943	-	-	-	6.943	11.176
São Bernardo do Campo	4.439	370	-	370	4.809	7.653
Taboão da Serra	831	6.644	(7.309)	(665)	166	-
Total	47.855	137.102	(107.435)	29.667	77.522	82.357

Bandeirante Energia / CPFL - Piratininga

	Total Circulante	Total Não Circulante	Ajuste AVP/PCLD	Líquido Não Circulante	Saldo Líquido 2007	Saldo Líquido 2006
Prefeitura Municipal de:						
Biritiba Mirim	226	-	(226)	-	-	226
Total	226	-	(226)	-	-	226

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. Outros Créditos

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>CIRCULANTE</u>		
Quota de RGR - recolhimento efetuado a maior	2.814	9.141
Financiamento à Cesp	733	885
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	19.094	18.630
Programa Baixa Renda - nota nº. 40.4	6.983	10.814
Operação de Gerenciamento de Caixa	865	6.131
Alienação de Bens e Direitos	68	2.075
Rendas a Receber	14.381	8.395
PIS/Cofins Geradoras - AES Tietê	96.415	7.656
Cauções e Depósitos Vinculados	484	470
Pis/Cofins Geradoras	-	16.566
Pis/Cofins - CTEEP	-	7.176
Outros	2.389	3.748
Total	144.226	91.687
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº. 13	-	(7.656)
Saldo Líquido de PCLD	144.226	84.031
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Financiamento à Cesp	5.914	8.023
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda.	42.998	42.998
Alienação de Bens e Direitos	57.680	66.940
Programa Reluz - PMSP	34.239	37.604
Outros	8.514	7.637
Total	149.345	163.202

PIS/Cofins Geradoras - AES Tietê

Refere-se ao reembolso dos valores que foram pagos a maior pela Companhia à AES Tietê, em função da aplicação do regime não-cumulativo (9,25%) de incidência das contribuições para o PIS e Cofins, sobre as receitas decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica com a Companhia. A AES Tietê está reembolsando a Companhia o valor atualizado até 30 de junho de 2007 pelo IGP-M, em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do mês de julho de 2007.

Contribuição para o custeio do serviço de iluminação Pública - Cosip

São representados por valores a receber de consumidores a serem repassados às Prefeituras Municipais detentoras desses créditos, de conformidade com convênios assinados com as referidas Prefeituras.

Alienação de Bens e Direitos

Refere-se à materiais inservíveis e imóveis, principalmente terrenos alienados que encontram-se em processo de regularização registrária para conclusão da venda.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda

A Companhia mantém investimentos na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída em 1998, com o objetivo de prestar serviços de telecomunicação em geral e serviços técnicos, de consultoria e de manutenção.

A ANEEL através do Ofício nº. 561/2005-SFF exigiu a segregação da participação acionária detida pela Companhia na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., baseada no artigo 8º. da Lei nº. 10.848/04, onde é vedado às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, deterem participação societária em outras sociedades, cujo objeto social seja estranho ao objeto do contrato de concessão.

Tendo em vista o acima exposto, a Companhia efetuou, em 15 de setembro de 2005, a transferência acionária, através de contrato de compra e venda de quotas (valor contábil registrado em julho de 2005 de R\$ 42.998), para a AES Transgás Empreendimentos S.A (atualmente Companhia Brasileira de Energia).

O referido contrato de compra e venda, entre outras, inclui as seguintes principais condições:

- A dívida assumida pela Companhia Brasileira de Energia junto à Companhia no valor de R\$ 42.998, não sofrerá qualquer tipo de atualização;
- Eventuais dividendos que venham a ser pagos pela Eletropaulo Telecomunicações serão integralmente repassados à Companhia;
- Eventuais resultados apurados quando da alienação desse investimento pela Companhia Brasileira de Energia, também serão integralmente repassados à Companhia.

Durante 2007, não houve qualquer efeito reconhecido no resultado da Companhia, decorrente dessa operação, exceto com relação aos dividendos registrados neste exercício no montante de R\$ 22.200, aos quais a Companhia faz jus em função da cláusula 2ª do referido contrato que versa sobre o “usufruto das quotas”.

Referida operação foi deliberada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de setembro de 2005 e anuída pela ANEEL através do Despacho nº. 1.363, de 28 de setembro de 2005.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Programa Reluz - PMSP

Refere-se a recursos que estão sendo aplicados integralmente no projeto Reluz no município de São Paulo, e que destina-se ao custeio de execução de obras de substituição e efficientização de equipamentos de iluminação pública. A Prefeitura do Município de São Paulo assinou com a Companhia compromisso de pagamento que reflete os mesmos termos e condições do passivo adquirido junto à Eletrobrás.

13. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue:

	Controladora e consolidado			
	Saldo em 2006	Provisões e Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 2007
Rubricas de Origem				
<u>CIRCULANTE</u>				
Consumidores - nota nº. 6	146.430	88.849	(91.063)	144.216
Serviços Prestados - nota nº. 9	14.915	(2.821)	(985)	11.109
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº. 11	26.285	16.346	(17.288)	25.343
INSS - Auxílio Doença - nota nº. 7	-	3.204	-	3.204
Outros Créditos - PIS/Cofins Geradoras - nota nº. 12	7.656	(6.040)	(1.616)	-
Total	195.286	99.538	(110.952)	183.872
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Consumidores - RTE - nota nº. 6	214.540	(214.540)	-	-
Contas a Receber - acordos - Prefeituras Municipais diversas - nota nº. 11	93.641	(7.924)	-	85.717
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº. 11	2.089	(90)	-	1.999
Total	310.270	(222.554)	-	87.716
Total Geral	505.556	(123.016)	(110.952)	271.588

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os principais critérios a seguir descritos:

Consumidores/Acordos - Classes

- residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- industriais e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Serviços Prestados/Outros Créditos

d) Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A Companhia inclui no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa as faturas vincendas e vencidas em períodos inferiores aos acima estabelecidos, para os consumidores enquadrados nos critérios “a” a “d”, acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui análise individual de outras contas julgadas de difícil recebimento.

As baixas de créditos enquadrados nos parâmetros de perdas são efetuados após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº. 9.430/96: Faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças.

Os acordos de parcelamento - TCD - inadimplentes, são registrados pelo seu valor total, independentemente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, regra essa válida para PCLD ou para enquadramento em Perda. Renegociação de débitos - TCD - serão revertidos somente quando recebidos.

Os recebimentos de créditos que foram baixados das contas a receber originais, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados à crédito de Outras Receitas Operacionais.

Os saldos desta rubrica estão sendo complementarmente apresentadas nas notas explicativas correspondentes às contas do Ativo que os originaram - notas nº.s. 6, 9, 11 e 12.

Consumidores - RTE

Embasada em orientações contidas no Ofício Circular ANEEL nº. 2.409 de 14 de novembro de 2007 e na Nota Técnica nº. 392 de 13 de novembro de 2007 a Companhia reverteu o saldo da provisão para perdas referente a não recuperabilidade da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE. Concomitantemente, o saldo do ativo regulatório da RTE não recuperado no prazo estabelecido pela ANEEL, no montante de R\$ 191.294, foi baixado e sua contrapartida registrada em resultado, na rubrica Despesas com Vendas - RTE - nota nº.31.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Compensação de Variação dos Itens da Parcela A - CVA (*)

Controladora e consolidado					
Saldos em 2007					
Parcela "A"					
Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2005 até 4.6.2006	Período após 4.6.2006 até 4.6.2007	Período após 4.6.2007 até 4.6.2008	Recomposição Tarifária	TOTAL
ATIVO					
CIRCULANTE					
Conta de Consumo de Combustível - CCC	132.067	662	-	6.076	138.805
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	276	8.130	2.233	10.639
Energia Itaipu - custo/variação cambial	280.072	-	-	-	280.072
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	240	2.447	-	2.687
Encargos de Conexão a Rede	21	-	-	-	21
Transporte de energia - Itaipu	65	-	-	-	65
Transporte de energia pela rede básica	463	-	-	3.203	3.666
Taxa de Fiscalização	3.013	-	-	-	3.013
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	2.243	-	2.243
Compra de Energia	-	1.302	5.029	-	6.331
Proinfa	-	235	6.596	1.344	8.175
PIS	-	-	-	746	746
COFINS	-	-	-	1.842	1.842
Subtotal	415.701	2.715	24.445	12.856	458.305
NÃO CIRCULANTE					
Conta de Consumo de Combustível - CCC	38.948	-	-	6.076	45.024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	2.233	2.233
Energia Itaipu - custo/variação cambial	82.596	-	-	-	82.596
Encargos de Conexão a Rede	6	-	-	-	6
Transporte de energia - Itaipu	19	-	-	-	19
Transporte de energia pela rede básica	137	-	-	3.203	3.340
Taxa de Fiscalização	889	-	-	-	889
Proinfa	-	-	-	1.343	1.343
Subtotal	122.595	-	-	12.855	135.450
Total	538.296	2.715	24.445	25.711	593.755
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(56.600)	-	(56.600)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	(5.136)	(5.136)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	(33)	(5)	(38)
Transporte de energia pela rede básica	-	(890)	(3.710)	-	(4.600)
Compra de energia elétrica	-	-	-	(38.928)	(38.928)
Ajuste Financeiro e Outros	-	(10.266)	-	(6.602)	(16.868)
Exposição Financeira CCEAR's	-	-	(14.008)	(749)	(14.757)
Reserva Global de Reversão - RGR	(4.379)	-	-	-	(4.379)
EMAE	-	-	-	(1.082)	(1.082)
Petrobrás	-	-	-	(1.334)	(1.334)
Transmissoras	-	-	-	(37.201)	(37.201)
Subtotal	(4.379)	(11.156)	(74.351)	(91.037)	(180.923)
NÃO CIRCULANTE					
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	(5.136)	(5.136)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	(5)	(5)
Compra de energia elétrica	-	-	-	(38.928)	(38.928)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	(6.396)	(6.396)
Exposição Financeira CCEAR's	-	-	-	(749)	(749)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.292)	-	-	-	(1.292)
EMAE	-	-	-	(2.391)	(2.391)
Petrobrás	-	-	-	(2.949)	(2.949)
Transmissoras	-	-	-	(18.600)	(18.600)
Subtotal	(1.292)	-	-	(75.154)	(76.446)
Total	(5.671)	(11.156)	(74.351)	(166.191)	(257.369)
Total Geral - Líquido	532.625	(8.441)	(49.906)	(140.480)	336.386

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora e consolidado								
Saldos em 2006								
Parcela "A"	CVA					Recomposição Tarifária	TOTAL	
	Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2002 até 4.6.2003	Período após 4.6.2003 até 4.6.2004	Período após 4.6.2004 até 4.6.2005	Período após 4.6.2005 até 4.6.2006			Período após 4.6.2006 até 4.6.2007
ATIVO								
CIRCULANTE								
CCC - Sistema interligado/isolado	24.839	1.134	-	7.611	34.096	-	-	67.680
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	4.261	14.209	4.948	-	23.418
Energia Itaipu - custo/variação cambial	52.676	16.491	40	-	-	-	-	69.207
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	2.949	-	3.366	12.556	3.134	-	22.005
Encargos de Conexão a Rede	4	-	-	5.191	45	-	-	5.240
Transporte de energia - Itaipu	12	-	-	-	-	-	-	12
Transporte de energia pela rede básica	87	-	-	-	-	-	-	87
Taxa de Fiscalização	567	-	-	-	-	-	-	567
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	-	22.674	-	-	22.674
Compra de Energia	-	-	-	-	67.787	-	-	67.787
Proinfa	-	-	-	-	12.533	1.385	-	13.918
PIS	-	-	-	-	-	-	11.248	11.248
COFINS	-	-	-	-	-	-	39.233	39.233
Subtotal	78.185	20.574	40	20.429	163.900	9.467	50.481	343.076
NÃO CIRCULANTE								
CCC - Sistema interligado/isolado	147.655	-	-	-	-	-	-	147.655
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	-	4.949	-	4.949
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	-	-	3.134	-	3.134
Energia Itaipu - custo/variação cambial	313.127	-	-	-	-	-	-	313.127
Transporte de energia - Itaipu	72	-	-	-	-	-	-	72
Transporte de energia pela rede básica	518	-	-	-	-	-	-	518
Encargos de Conexão a Rede	23	-	-	-	-	-	-	23
Taxa de Fiscalização	3.368	-	-	-	-	-	-	3.368
Proinfa	-	-	-	-	-	1.385	-	1.385
PIS	-	-	-	-	-	-	3.403	3.403
COFINS	-	-	-	-	-	-	9.008	9.008
Subtotal	464.763	-	-	-	-	9.468	12.411	486.642
Total	542.948	20.574	40	20.429	163.900	18.935	62.892	829.718
PASSIVO								
CIRCULANTE								
CCC - Sistema interligado/isolado	-	-	(30)	-	-	(5.838)	-	(5.868)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(130)	-	-	-	-	(130)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	(176)	-	-	-	-	(176)
Encargos de Conexão a Rede	-	-	-	(6.318)	-	-	-	(6.318)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	-	(2.673)	-	-	-	(2.673)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	-	(36)	-	(36)
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	-	(46.478)	(13.253)	-	(59.731)
Compra de energia elétrica	-	-	-	(20.600)	-	(4.620)	-	(25.220)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	-	(48.385)	(2.959)	-	(51.344)
Exposição Financeira CCEAR's	-	-	-	-	-	(5.954)	-	(5.954)
Reserva Global de Reversão - RGR	(824)	-	-	-	-	-	-	(824)
Subtotal	(824)	-	(336)	(29.591)	(94.863)	(32.660)	-	(158.274)
NÃO CIRCULANTE								
CCC - Sistema interligado/isolado	-	-	-	-	-	(5.838)	-	(5.838)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	-	(36)	-	(36)
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	-	-	(13.253)	-	(13.253)
Compra de energia elétrica	-	-	-	-	-	(4.621)	-	(4.621)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	-	-	(2.959)	-	(2.959)
Exposição Financeira CCEAR's	-	-	-	-	-	(5.954)	-	(5.954)
Reserva Global de Reversão - RGR	(4.896)	-	-	-	-	-	-	(4.896)
Subtotal	(4.896)	-	-	-	-	(32.661)	-	(37.557)
Total	(5.720)	-	(336)	(29.591)	(94.863)	(65.321)	-	(195.831)
Total Geral - Líquido	537.228	20.574	(296)	(9.162)	69.037	(46.386)	62.892	633.887

(*) nota nº. 40.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Imóveis destinados a uso futuro	41.609	41.609	41.609	41.609
Participações societárias permanentes:				
Valor patrimonial	-	1.352.556	-	-
Subtotal	41.609	1.394.165	41.609	41.609
Outros	6.463	6.463	6.463	6.463
Total	48.072	1.400.628	48.072	48.072

Participação societária permanente

O investimento em controlada era composto por participação na consolidada Metropolitana Overseas II Ltd., subsidiária integral sediada nas Ilhas Cayman constituída em 1999, com o objetivo, irrestrito e sem limitações, de administrar os negócios de uma empresa de investimento e atuar como divulgadora e empreendedora, bem como administrar os negócios com os agentes financeiros no exterior. Os lucros realizados por essa subsidiária são isentos de tributação nas Ilhas Cayman e tributados no Brasil de acordo com a legislação vigente. A Companhia efetuou integralizações de capital nesta subsidiária, quando necessário, com a finalidade de prover fundos para a liquidação de empréstimos captados com bancos estrangeiros. Como parte do processo de encerramento da Metropolitana Overseas, em 31 de maio e 1º de junho de 2007 foram efetuadas as operações de liquidação do empréstimo que a Companhia mantinha com a controlada e, simultaneamente, foi efetuada a operação de recompra das ações detidas nessa subsidiária, bem como o resgate dos lucros disponibilizados. Esta sociedade foi efetivamente encerrada no dia 28 de agosto de 2007.

	Metropolitana Overseas II Ltd.	
	Data	Valor
Investimento:		
Quantidade de ações possuídas	2006	999
	2007	1.002
% de participação	2006	100,00%
	2007	100,00%
Valor do capital social	2006	720.004
	2007	-
Patrimônio líquido ajustado	2006	1.352.556
	2007	-
Lucro líquido do período	2006	130.451
	2007	72.732
Resultado da equivalência patrimonial	2006	130.451
	2007	72.732
Perda sobre tradução das demonstrações contábeis da controlada	2006	(115.866)
	2007	(136.853)
Saldo do investimento	2006	1.352.556
	2007	-

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. Imobilizado e Intangíveis

A composição do imobilizado e intangível é como segue:

	Controladora e consolidado				
	2007				2006
	Custo Histórico	Reavaliação		Depreciação Acumulada	Valor Líquido
		1998	2007		Valor Líquido
Em Serviço	(*)				
Distribuição	7.173.717	1.409.297	1.472.787	(3.488.125)	6.567.676
Terrenos	116.083	801.982	290.323	-	1.208.388
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	249.828	5.355	(54.570)	(108.785)	91.828
Máquinas e Equipamentos	6.754.325	611.576	1.237.034	(3.347.245)	5.255.690
Veículos	29.972	(5.895)	-	(20.129)	3.948
Móveis e Utensílios	23.509	(3.721)	-	(11.966)	7.822
Administração	200.165	(21.196)	48.379	(116.765)	110.583
Terrenos	1	5.629	37.322	-	42.952
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	5.115	2.637	11.057	(3.628)	15.181
Máquinas e Equipamentos	80.910	(4.973)	-	(52.471)	23.466
Veículos	24.714	(1.982)	-	(17.033)	5.699
Móveis e Utensílios	89.425	(22.507)	-	(43.633)	23.285
Comercialização	30.727	726	7.156	(14.019)	24.590
Terrenos	226	2.686	6.753	-	9.665
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.632	(117)	403	(642)	2.276
Máquinas e Equipamentos	18.743	(351)	-	(8.693)	9.699
Veículos	498	(167)	-	(331)	-
Móveis e Utensílios	8.628	(1.325)	-	(4.353)	2.950
Atividade Não Vinculada	61.862	22.153	-	(37.711)	46.304
Terrenos	36	4.722	-	-	4.758
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	456	307	-	(436)	327
Máquinas e Equipamentos	61.246	17.124	-	(37.199)	41.171
Veículos	124	-	-	(76)	48
Subtotal	7.466.471	1.410.980	1.528.322	(3.656.620)	6.749.153
Em Curso					
Distribuição	161.611	-	-	-	161.611
Administração	6.475	-	-	-	6.475
Comercialização	152.057	-	-	-	152.057
Atividade não Vinculada	50	-	-	-	50
Subtotal	320.193	-	-	-	320.193
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	-	-	-	-	(513.190)
Subtotal	7.786.664	1.410.980	1.528.322	(3.656.620)	6.556.156
Intangível (**)					
Distribuição	126.616	-	-	(92.750)	33.866
Administração	55.384	-	-	(23.675)	31.709
Comercialização	10.367	-	-	(7.751)	2.616
Subtotal	192.367	-	-	(124.176)	68.191
Total do Imobilizado / Intangível	7.979.031	1.410.980	1.528.322	(3.780.796)	6.624.347

(*) Valores corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

(**) Composto basicamente de "faixas de servidão" e direitos de uso de softwares

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ativos estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescidos do valor de reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que variam entre 2,50% e 4,00% para edificações, obras civis e benfeitorias; 2,44% e 7,70% para máquinas e equipamentos relacionados com as linhas e redes de distribuição, de sub-transmissão e subestações; e 10,00% e 20,00% para os demais equipamentos.

Registro de mais-valia (reavaliação) dos bens do ativo imobilizado.

Após o processo de privatização da Companhia, os novos acionistas controladores determinaram o levantamento de um balanço especial com data-base em 1º de abril de 1998, quando os ativos e passivos da Companhia foram avaliados pelo denominado “método de aquisição”. De acordo com esse método, a Companhia adquirida deve reajustar seus ativos e passivos identificáveis ao seu justo valor (*fair value*) na data da aquisição pelo novo acionista. Esse método atendeu e atende às melhores práticas contábeis internacionais editadas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (em inglês, IASB). Assim, como parte desse processo, os bens integrantes do ativo imobilizado em serviço da Eletropaulo foram avaliados a valor de mercado (*fair value*), utilizando para isso o conceito de custo de reposição. Em razão de o “método de aquisição” não estar contemplado na literatura contábil brasileira, o registro da mais-valia está contemplado na rubrica de reavaliação de ativos, nos termos da Deliberação nº. 183/95 da CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Considerando o objetivo daquela reavaliação (harmonização com as práticas internacionais do IASB), não foram efetuadas reavaliações periódicas subsequentes à data de aquisição. A Administração formalizou consulta à CVM buscando ter confirmado seu procedimento e entendimento da não necessidade de reavaliação periódica de seus ativos imobilizados.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A CVM - Comissão de Valores Mobiliários através do Ofício/CVM/SEP/GEA-1/ nº. 129/2005, de 24 de março de 2005, informou que o procedimento requerido pela Eletropaulo “não pode ser aceito” e que a Companhia deveria proceder à reavaliação periódica, nos termos da Deliberação CVM nº. 183/95. A Companhia nos termos da Deliberação CVM nº. 463/2003, e amparada por Parecer Técnico de renomado contabilista, formulou e encaminhou recurso ao Colegiado da CVM, pleiteando a reconsideração da decisão emitida pela área técnica daquela Autarquia para que fosse dispensada da reavaliação periódica requerida pela Deliberação CVM nº. 183/95, reiterando o entendimento do enquadramento na essência do procedimento (*fair value*).

A CVM reiterou seu entendimento através do Ofício/CVM/SEP/GEA-1/ nº. 555/06, de 12 de dezembro de 2006, prevalecendo a necessidade da Companhia de proceder à reavaliação periódica dos ativos.

A Companhia objetivando atender a decisão do Colegiado daquela autarquia e portanto realizar uma nova reavaliação de seu ativo imobilizado de acordo com a Deliberação CVM nº. 183/05, efetuou novo pleito, solicitando maior prazo para o atendimento da decisão dado o exíguo tempo para realização de estudos e aprovação em seus órgãos da administração.

Em atendimento à decisão proferida pela CVM, a Eletropaulo, por decisão de seu Conselho de Administração, contratou a empresa Avex Consultoria Ltda. (“Avex”) para elaborar o Laudo de Reavaliação do Ativo Imobilizado da Companhia (“Laudo de Reavaliação”).

Em reunião realizada em 13 de julho de 2007, o Conselho de Administração da Eletropaulo apreciou e aprovou o Laudo de Reavaliação elaborado pela Avex, o qual apurou, para a data-base de 31 de março de 2007, um acréscimo do valor do ativo imobilizado da Companhia de R\$ 1.537.270.

O Laudo de Reavaliação foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de julho de 2007, efetivando dessa forma a reavaliação de ativos, mediante o registro contábil em 30 de junho de 2007 do acréscimo do valor do ativo imobilizado da Companhia em R\$ 1.537.270, em contrapartida ao aumento da conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido em R\$ 1.128.336 e constituição de Imposto de Renda Diferido (Passivo) de R\$ 408.934.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Remuneração de capital de terceiros aplicado em obras

Em virtude do disposto na Resolução ANEEL nº. 444, de 26 de outubro de 2001, e Deliberação CVM nº. 193, de 11 de julho de 1996, os juros e demais encargos financeiros, incluindo os efeitos inflacionários e cambiais do exercício, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, para aplicação no imobilizado em curso, estão registrados como custo desse ativo como segue:

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
Encargos financeiros apropriados no resultado	130.996	152.912
(-) Transferência para o imobilizado em curso	(22.488)	(26.644)
Líquido	108.508	126.268
Efeitos inflacionários e cambiais apropriados no resultado	5.054	(125.982)
(-) Transferência para o imobilizado em curso	4.198	25.907
Líquido	9.252	(100.075)
Total das transferências	(18.290)	(737)

A Companhia praticou o procedimento de incorporação aos saldos do Ativo Imobilizado do valor de juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento até o mês de dezembro de 1997.

Incorporação de bens

Em 26 de dezembro de 1994, foi assinado entre a Companhia e a São Paulo Transportes - SPTRANS (antiga Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC), com anuência e interveniência da Prefeitura do Município de São Paulo, Termo de Confissão de Dívidas e de Compromissos de Quitação com Transferência Definitiva de Acervo e Outras Avenças, para efetivação da transferência para a Companhia do acervo do Sistema de Alimentação Trólebus.

A conclusão dessa transferência depende da avaliação de estudos, objetivando a apuração dos valores envolvidos, não concluídos até a presente data.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº. 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações especiais vinculadas à concessão

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores relativos à participação financeira recebida dos consumidores, destinados ao atendimento de pedido de fornecimento de energia, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

	Controladora e consolidado				2007
	2006	Adições/(Baixas)	Devolução	Amortização	
<u>Em Serviço</u>					
Participação financeira do consumidor	435.772	35.211	(42.172)	(9.472)	419.339
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.237	5.059	-	(300)	14.996
Eficiência Energética	-	2.977	-	(39)	2.938
Doações e Subvenções para Investimento	48.025	-	-	(401)	47.624
Participação União, Estados e Municípios	-	1.997	-	(23)	1.974
Outros	2.909	1.760	-	(104)	4.565
	496.943	47.004	(42.172)	(10.339)	491.436
<u>Em Curso</u>					
Participação financeira do consumidor	8.622	5.669	-	-	14.291
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	3.718	-	-	3.718
Eficiência Energética	-	1.890	-	-	1.890
Doações e Subvenções para Investimento	409	152	-	-	561
Participação União, Estados e Municípios	8	1.286	-	-	1.294
	9.039	12.715	-	-	21.754
Total	505.982	59.719	(42.172)	(10.339)	513.190

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Resolução Normativa ANEEL nº. 234, de 31 de outubro de 2006, o Despacho ANEEL nº. 3.073, de 28 de dezembro de 2006 e Ofícios Circulares ANEEL nº.s 236 e 296 de 8 de fevereiro e 15 de fevereiro de 2007, respectivamente atualizaram o tratamento contábil das Obrigações Especiais que passaram, a partir de janeiro de 2007, a serem amortizadas pela taxa média de depreciação dos ativos, as quais deram origem.

O Ofício Circular ANEEL nº. 1.314, de 27 de junho de 2007, definiu que somente a partir do segundo ciclo de revisão tarifária é que, as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua formação deverão ter seus efeitos anulados no resultado contábil, de acordo com o estabelecido no Despacho ANEEL nº. 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº. 234, tornando sem efeito as orientações contidas nos Ofícios Circulares ANEEL nº.s 236 e 296.

Adicionalmente a Resolução Normativa ANEEL nº. 250, de 13 de fevereiro de 2007, estabeleceu os procedimentos para fixação do encargo de responsabilidade da concessionária de distribuição, bem como, o cálculo da participação financeira do consumidor, quando do atendimento às solicitações de aumento de carga e conexões de unidades consumidoras em determinados níveis de tensão.

O disposto nessa resolução está sendo aplicado aos pedidos de aumento de carga ou de conexões de unidades consumidoras, efetivadas desde a publicação da Lei nº. 10.762, de 11 de novembro de 2003, determinando que as concessionárias promovam os acertos financeiros e contábeis.

Em razão do disposto acima e com base no Despacho ANEEL nº. 1.698, de 30 de maio de 2007, a Companhia registra desde o primeiro trimestre de 2007 a reclassificação de Obrigações Especiais para contas a pagar em função de valores a serem devolvidos pela Companhia aos clientes que na época arcaram com a respectiva participação. O montante em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 46.377, sendo R\$ 42.172 de principal e R\$ 4.205 de atualização - nota nº. 25.

A taxa média de amortização das obrigações especiais é 5,01%, e foi apurada levando-se em consideração as unidades de cadastro da atividade de distribuição.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Enterramento de Redes

Em 27 de outubro de 2006, o Decreto nº. 47.817 foi publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo regulamentando a Lei nº. 14.023/05 que determina o enterramento das redes de Concessionárias de Serviços Públicos no referido Município.

A Companhia considera que as chances de aplicação imediata da referida legislação são remotas, tendo concluído por não registrar nenhum efeito sobre esse assunto nas presentes demonstrações.

17. Ativo Diferido

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
Gasto com emissão de debêntures	9.914	9.104
(-) Amortização acumulada	(884)	(2.285)
Subtotal	9.030	6.819
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3.591	3.591
(-) Amortização acumulada	(2.285)	(1.502)
Subtotal	1.306	2.089
Total	10.336	8.908

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. Fornecedores

A composição das contas “Fornecedores - suprimento”, “Transmissão de energia elétrica” e “Materiais e serviços” é a seguinte:

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
CIRCULANTE		
Suprimento:		
Itaipu - Repasse (Eletrobrás)	200.238	194.261
Contratos bilaterais - AES Tietê	162.140	165.974
Contratos bilaterais - outros	10.366	8.255
Energia no curto prazo - CCEE	771	181
Energia livre - AES Tietê (*)	286	13.680
Energia livre - Outros (*)	18.750	275.400
Uso de rede básica	75.444	68.984
Encargos do serviço do sistema - CCEE	-	3.328
Conexão à rede básica	5.794	3.971
Transmissão	8.179	7.376
Uso do sistema de distribuição	5.284	6.694
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.140	2.395
Leilão - CCEAR	109.165	102.950
Subtotal	598.557	853.449
Materiais e Serviços	84.972	129.618
Total	683.529	983.067

(*) nota nº. 40.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. Tributos e Contribuições Sociais

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	3.412	12.693
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviço - ICMS	216.739	263.966
Cofins	36.476	46.549
Pis	7.919	10.106
Imposto de renda - corrente	14.050	50.379
ICMS - Parcelamento	-	2.809
PIS - Parcelamento	69.648	63.238
Outros	19.398	11.934
Total	367.642	461.674
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
PIS - Parcelamento	104.057	157.681
Outros	989	1.330
Total	105.046	159.011

ICMS: Refere-se principalmente ao valor apurado sobre o faturamento das receitas de operações com energia elétrica.

ICMS - parcelamento: este valor se refere ao ICMS de contas de energia elétrica de determinados meses de 2001 e 2002, cujo montante foi homologado pelo Fisco e foi liquidado em janeiro de 2007.

PIS - parcelamento: refere-se a débito correspondente às alterações promovidas pela Lei nº. 9.715/98, cujo montante foi homologado pelo Fisco e está sendo pago através de parcelamento.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ENCARGOS DE DÍVIDAS				
Moeda estrangeira	3	30	3	30
Moeda nacional	90.639	321.338	90.639	321.338
Total	90.642	321.368	90.642	321.368
PRINCIPAL - CIRCULANTE				
Moeda estrangeira	20.826	25.138	20.826	25.138
Moeda nacional	11.889	371.497	11.889	371.497
Total	32.715	396.635	32.715	396.635
PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE				
Moeda estrangeira	20.931	1.290.442	20.931	50.402
Moeda nacional	1.832.977	1.646.419	1.832.977	1.646.419
Total	1.853.908	2.936.861	1.853.908	1.696.821
Total geral	1.977.265	3.654.864	1.977.265	2.414.824

b) Moeda Estrangeira:

	2007					
	Vencimento	Moeda	(% a.a.) (*)	Encargos	Circulante	Não Circulante
Controladora e consolidado						
Banco do Brasil S.A. (Lei nº. 7976/89) - a1	2009	US\$	L+0,8125	-	20.800	20.800
STN - Resolução nº. 96/93	2013	US\$	6	3	26	131
Subtotal				3	20.826	20.931

(*) L = Libor

	2006					
	Vencimento	Moeda	(% a.a.) (*)	Encargos	Circulante	Não Circulante
Controladora						
Banco do Brasil S.A. (Lei nº. 7976/89) - a1	2009	US\$	L+0,8125	26	25.106	50.212
Metropolitana Overseas II Ltd. - a2	2009	US\$	11,5	-	-	1.240.040
STN - Resolução nº. 96/93	2013	US\$	6	4	32	190
Subtotal				30	25.138	1.290.442
Consolidado						
Metropolitana Overseas II Ltd. (eliminação)				-	-	(1.240.040)
Total				30	25.138	50.402

(*) L = Libor e TMO = Taux du Marche Obligataire.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Moeda Nacional:

2007					
Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
Controladora e consolidado					
RELUZ - Eletrobrás - a4	2009	5	-	11.889	8.917
Debêntures - 9ª. Emissão - a6	2018	CDI+1,75	11.358	-	250.000
Debêntures - 10ª. Emissão - a9	2013	CDI+0,90	19.918	-	600.000
Debêntures - 11ª. Emissão - a10	2018	CDI+1,75	3.934	-	200.000
Euro Real Bonds - a7	2010	19,125	50.369	-	474.060
Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - a8	2015	CDI+1,20	4.785	-	300.000
Outros			275	-	-
Total			90.639	11.889	1.832.977

2006					
Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
Controladora e consolidado					
BNDIS - a3	2007	SELIC+1	215.883	159.276	-
RELUZ - Eletrobrás - a4	2009	5	-	11.889	20.806
Debêntures - 8ª. Emissão - a5	2010	CDI+2,90	46.333	200.000	600.000
Debêntures - 9ª. Emissão - a6	2013	CDI+2,50	1.032	-	250.000
Euro Real Bonds - a7	2010	19,125	51.232	-	474.060
Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - a8	2013	CDI+2	5.668	-	300.000
Outros	2013		1.190	332	1.553
Total			321.338	371.497	1.646.419

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de dois índices financeiros: (i) relação da dívida bruta com o Ebitda ajustado e (ii) Ebitda sobre despesa financeira caixa. Em 31 de dezembro de 2007, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

Os Ratings de crédito da Companhia, atribuídos pelas agências Fitch e S&P foram elevados nos últimos anos. Em 17 de setembro de 2007, a S&P alterou a perspectiva do rating em escala nacional para positiva. Em 31 de dezembro de 2007, a nota de crédito atribuída em escala nacional pela Fitch e S&P era A. Já na escala internacional, a nota de crédito tanto Fitch como da S&P era BB-.

Alguns empréstimos e financiamentos têm como garantia a receita da Companhia, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. Estas dívidas são: (i) Banco do Brasil S.A. (Lei n°. 7976/89), (ii) STN - Resolução n°. 96/93 e (iii) RELUZ - Eletrobrás.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a.1) Banco do Brasil S.A. - Lei nº. 7.976, de 27 de dezembro de 1989 - refinanciamento do estoque de dívida originada de empréstimos concedidos pelo Tesouro Nacional, amparado pelos Avisos MF nº. 030 e nº. 09, de 29 de agosto de 1983 e 2 de fevereiro de 1984, respectivamente, correspondente ao saldo existente em 1º de janeiro de 1990, contratado até 31 de dezembro de 1988. Em garantia desse refinanciamento foram dadas receitas próprias da Companhia. Os juros, equivalentes a Libor + 0,8125% ao ano, são pagos mensalmente e o principal amortizado semestralmente.
- a.2) Metropolitana Overseas II Ltd. - a Companhia assinou contrato de linhas de crédito de reservas externas com sua controlada no exterior, no valor de US\$ 580.000 mil, ingressando em 26 de junho de 1998 o montante equivalente a US\$ 400.000 mil, e em 10 de agosto de 1998, equivalente a US\$ 180.000 mil, vencíveis em agosto de 2009, com pagamento de juros trimestrais de 11,5% ao ano até o vencimento. Como parte do processo de encerramento da Metropolitana Overseas II, em 31 de maio de 2007 foi efetuada a operação de liquidação antecipada desse empréstimo que a Companhia tinha com a controlada, a qual foi encerrada em agosto de 2007.
- a.3) BNDES - trata-se do empréstimo para cobertura de perdas decorrentes do racionamento e da CVA - Conta de Compensação da Variação de Valores de Itens da Parcela A em 4 tranches desembolsadas a partir de 07 de fevereiro de 2002. Devido às perdas de margens incorridas pelas distribuidoras e geradoras durante o período de vigência do Programa Emergencial (Racionamento de Energia), o Banco antecipou recursos às empresas distribuidoras de energia, equivalentes a 90% dessas perdas, as quais vêm sendo recuperadas através de aumento extraordinário de tarifas (Lei nº. 10.438/02). Tais recursos são corrigidos a uma taxa de juros de Selic + 1% ao ano. Em março de 2006 a Eletropaulo liquidou antecipadamente o empréstimo com o BNDES relativo à CVA e em julho de 2007, conforme previsto contratualmente, a Eletropaulo liquidou o empréstimo relativo ao racionamento.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a.4) RELUZ - Eletrobrás - em 29 de setembro de 2004 a Companhia recebeu da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. o valor de R\$ 14.028 referente à primeira parcela do contrato de financiamento assinado nos moldes do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás. Em 3 de Maio de 2005 e em 2 de Dezembro de 2005, a Companhia recebeu, respectivamente, R\$ 3.441 e R\$ 3.637 referentes à segunda e terceira Tranches. Em 28 de julho de 2006 a Companhia recebeu R\$ 12.575, cujos termos subordinam-se a todas as cláusulas e condições do Contrato de Financiamento inicial.
- a.5) Debêntures - 8ª. Emissão - em 27 de setembro de 2005, a Companhia concluiu a emissão de R\$ 800.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 5 anos, dentro do programa de R\$ 1.500.000 já aprovado pela CVM. A estrutura contempla pagamentos semestrais de juros a CDI + 2,90% ao ano e pagamento anual de principal a partir do segundo ano. Deste montante, 90% ou R\$ 550.090 e US\$ 75.238 (equivalente a R\$ 169.284, totalizando R\$ 719.374) foram utilizados para efetuar o pré-pagamento proporcional do valor acordado junto aos credores incluídos no Processo de Readequação do perfil de endividamento da Companhia concluído em 12 de março de 2004. Dentro de um processo de readequação do perfil de endividamento da Companhia, a referida emissão foi liquidada antecipadamente em 25 de outubro de 2007 com os recursos oriundos da 10ª emissão de debêntures.
- a.6) Debêntures - 9ª. Emissão - em 26 de dezembro de 2005, a Companhia concluiu a emissão de R\$ 250.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 8 anos dentro do programa de R\$ 1.500.000 já aprovado pela CVM. Em 20 de agosto de 2007 este contrato foi aditado, com o objetivo de alongar o prazo e reduzir a taxa de juros. A estrutura inicial contemplava pagamentos semestrais de juros a CDI + 2,50% ao ano e pagamento anual de principal a partir do sexto ano. Após o aditamento os termos foram alterados para: pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano, prazo final de 11 anos e pagamentos de principal anuais de 2015 a 2018, sendo o valor das parcelas devidas em 2015, 2016 e 2018 equivalente a 30% cada uma e em 2017 equivalente a 10% do montante total emitido.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a.7) Euro Real Bonds - em 28 de junho de 2005, com o objetivo de manter a sua estratégia financeira, consubstanciada na redução e no aprimoramento do perfil da sua dívida, a Companhia concluiu a emissão de R\$ 474.060 em títulos no mercado externo denominados em reais. Deste total, R\$ 175.940 e US\$ 25.636 mil foram destinados para efetuar o pré-pagamento proporcional do valor acordado junto aos credores incluídos no Processo de Readequação do perfil de endividamento da Companhia. A estrutura contempla pagamento único de principal no vencimento e taxa de juros de 19,125% ao ano, sendo os juros pagos semestralmente.
- a.8) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - Em 10 de maio de 2006, firmamos um Contrato de Empréstimo Sindicalizado no Brasil formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Citibank S.A., no montante principal de R\$ 300.000 ("Empréstimo Sindicalizado"), para pagamento do saldo remanescente da dívida reestruturada em 2004 e para fins corporativos diversos. No dia 12 de maio de 2007 realizamos o 1º aditamento a este contrato buscando o alongamento do prazo e redução da taxa de juros. Tal empréstimo é composto por duas tranches, cujos termos iniciais eram: (a) no valor de R\$ 160.000, remunerada semestralmente por CDI + 1,65% ao ano, e com prazo final de 60 meses, e (b) no valor de R\$ 140.000, remunerada semestralmente por CDI + 2,0% ao ano, e com prazo final de 84 meses. A Tranche A seria paga em parcelas semestrais, iguais e sucessivas a partir do 24º mês, inclusive, e Tranche B seria paga em parcelas semestrais, sendo que entre o 24º mês, inclusive, e o 60º mês, inclusive, o valor de cada parcela seria de R\$ 4.000 e entre o 66º mês, inclusive, e o 84º mês, inclusive, o valor de cada parcela seria de R\$ 27.000. Após o aditamento os termos das Tranches A e B foram alterados para: remuneração semestral de CDI + 1,20% ao ano, com prazo final de 96 meses, sendo que serão pagas parcelas anuais sucessivas a partir do 36º mês, inclusive, e o valor de cada parcela será de R\$ 50.000 (somando as 2 tranches).
- a.9) Debêntures - 10ª. Emissão - em 23 de outubro de 2007, a Companhia concluiu a emissão de R\$ 600.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 6 anos. A estrutura contempla pagamentos semestrais de juros a CDI + 0,90% ao ano e pagamento anual de principal a partir do quarto ano. Deste montante, 100% foram utilizados para efetuar o pré-pagamento do saldo remanescente da 8ª emissão de debêntures com o objetivo de reduzir a taxa de juros e alongar o prazo, melhorando o perfil deste endividamento.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a.10) Debêntures - 11^a. Emissão - em 17 de dezembro de 2007, a Companhia concluiu a emissão de R\$ 200.000 em debêntures no mercado local com prazo final de 11 anos. A estrutura contempla pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano e pagamento de principal no 9º e 11º anos. Este montante será utilizado na realização de investimentos no sistema de distribuição pela Companhia.

b) O principal de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição de moeda e indexadores:

b1) Moeda estrangeira

	Controladora					
	2007			2006		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Taxa Fixa	89	157	0,38	580.104	1.240.262	94,27
Taxa Variável (*)	23.486	41.600	99,62	35.228	75.318	5,73
Total	23.574	41.757	100,00	615.332	1.315.580	100,00

	Consolidado					
	2007			2006		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Taxa Fixa	73	157	0,38	104	222	0,29
Taxa Variável (*)	19.457	41.600	99,62	35.228	75.318	99,71
Total	19.531	41.757	100,00	35.332	75.540	100,00

(*) Indexada a Libor

b2) Moeda nacional

	Controladora e consolidado			
	2007		2006	
	R\$	%	R\$	%
BTN/TR	-	-	1.288	0,07
IGP-M	-	-	596	0,03
URTJLP	-	-	-	-
CDI	1.350.000	73,18	1.350.000	66,90
SELIC	-	-	159.276	7,89
Taxa fixa	494.866	26,82	506.756	25,11
Total	1.844.866	100,00	2.017.916	100,00

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- c) Em 31 de dezembro de 2007, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Controladora e consolidado		
	Moeda estrangeira		Moeda nacional
	US\$ mil	R\$	R\$
2009	11.757	20.826	8.917
2010	15	26	524.060
2011	15	26	250.040
2012	15	26	249.980
2013	15	27	249.980
2014	-	-	50.000
2015	-	-	125.000
2016	-	-	175.000
2017	-	-	25.000
2018	-	-	175.000
	11.817	20.931	1.832.977

- d) A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento:

	Controladora e consolidado			
	2007	2006	2007	2006
	R\$	R\$	%	%
US\$ (Ptax)	1,7713	2,1380	-	-
TR (*)	-	-	1,45	2,04
IGP-M (*)	-	-	7,75	3,85
Selic (**)	-	-	11,18	13,19
CDI (**)	-	-	11,12	13,17

(*) Ao ano

(**) Índice do último dia do ano

21. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina um plano de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. Referido plano é administrado pela Fundação CESP.

Através do Acordo assinado entre a Companhia, os empregados, o sindicato e a Fundação CESP, devidamente aprovado pela SPC - Secretaria da Previdência Complementar, no ano de 1997, antes da privatização, foi garantido a todos os empregados ativos, na data da privatização, o direito de receber, na data de aposentadoria, o saldo individual das reservas matemáticas relativo ao serviço passado, incluindo a parte financiada pela Companhia e a parte financiada pelos empregados, denominado Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS. A Companhia assumiu a quitação do déficit integral desse Plano por meio de contrato de ajuste de Reservas a amortizar, assinado em setembro de 1997 e aditado em dezembro de 2006.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de abril de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Foi constituído um novo plano de suplementação a partir de 1º de abril de 1998, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida.

O custeio desse plano denominado de Benefício Misto correspondente à parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante de, no mínimo, 0% até o limite de 5% do salário real de contribuição da parcela de contribuição definida.

No caso de ocorrer déficit técnico no plano de suplementação, este será custeado, paritariamente, entre a Companhia e os empregados, a partir da implementação do modelo misto.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com a Deliberação CVM 371/00

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2007, seguindo os critérios determinados pela Deliberação CVM nº. 371/00, o passivo atuarial da Companhia é conforme segue:

(a) Premissas atuariais:

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	2007	
	Taxa	
	Real	Nominal
<u>Premissas econômicas:</u>		
Taxa de desconto	7,25% a.a.	11,54% a.a.
Taxa de retorno esperada sobre os ativos (investimento) dos planos	8,23% a.a.	12,56% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3,00% a.a.	7,12% a.a.
Taxa de reajuste de benefícios		4,00% a.a.
Taxa da inflação esperada		4,00% a.a.
<u>Premissas demográficas:</u>		
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-83	
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer	
Taxa de ratatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço+1)	
Método de avaliação atuarial	Método da unidade de crédito projetada	
	2006	
	Taxa	
	Real	Nominal
<u>Premissas econômicas:</u>		
Taxa de desconto	7,75% a.a.	12,06% a.a.
Taxa de retorno esperada sobre os ativos (investimento) dos planos	8,50% a.a.	12,84% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3,00% a.a.	7,12% a.a.
Taxa de reajuste de benefícios		4,00% a.a.
Taxa da inflação esperada		4,00% a.a.
<u>Premissas demográficas:</u>		
Tábua biométrica de mortalidade geral	UP 94 agravada em 2 anos	
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer	
Taxa de ratatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço+1)	
Método de avaliação atuarial	Método da unidade de crédito projetada	

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Avaliação atuarial:

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
Número de participantes ativos	3.909	3.880
Número de participantes inativos	12.584	12.604
Total	16.493	16.484

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
Valor presente da obrigação atuarial	6.968.689	6.036.930
Valor justo dos ativos do plano	(5.549.528)	(4.664.916)
Obrigação descoberta	1.419.161	1.372.014
Ganho atuarial não reconhecidos	849.753	984.733
Passivo total a ser registrado	2.268.914	2.356.747
Passivo registrado a maior (ainda não registrado)	66.160	66.160
Passivo registrado até 31 de dezembro - líquido	2.335.074	2.422.907

c) Conciliação contábil do passivo registrado (circulante e não circulante):

	Controladora e consolidado		Parcelas Restantes	Vencimento Final
	2007	2006		
Saldo inicial	2.422.907	2.072.450		
Despesa do exercício	111.936	734.181		
Pagamentos de contribuições e confissões de dívidas (i)	(199.769)	(383.724)		
Saldo final	2.335.074	2.422.907		

	Controladora e consolidado		Parcelas Restantes	Vencimento Final
	2007	2006		
(i) Segregação dos pagamentos por modalidade				
Confissão de dívida IIa	-	(90.595)	172	30.04.2022
Confissão de dívida IIb	-	(47.014)	172	30.04.2022
Contrato de ajustes de reserva matemática	(194.482)	(240.205)	172	30.04.2022
Contribuição Empresa - Plano misto (BD/CD)	(5.287)	(5.783)	mensal	indeterminado
Outras contribuições	-	(127)		
	(199.769)	(383.724)		

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Equacionamento financeiro com a Fundação Cesp:

Controladora e consolidado		
	2007	2006
Saldo das confissões de dívidas registrado	578.596	511.993
Parcela do contrato de ajuste de reserva registrada	1.748.659	1.903.095
Subtotal - saldo registrado	2.327.255	2.415.088
Saldo do contrato de ajuste de reserva - não registrado	236.819	28.872
Saldo total dos contratos formalizados	2.564.074	2.443.960
Passivo total - a ser registrado (a)	(2.268.914)	(2.356.747)
Valor dos contratos (maior) menor do que o valor do passivo total da Eletropaulo (*)	(295.160)	(87.213)

Controladora e consolidado		
	2007	2006
a) Passivo atuarial ajustado :		
Saldo inicial	2.356.747	2.491.254
Despesa do período	111.936	734.181
Pagamento no período	(199.769)	(383.724)
Ganho (perda) atuarial não reconhecido	-	(484.964)
Saldo final	2.268.914	2.356.747

(*) O saldo do contrato, maior que o valor do passivo total a ser registrado no montante de R\$ 295.160 (R\$ 87.213, em 31 de dezembro de 2006), é decorrente da diferença de premissas utilizadas pela Companhia e pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para avaliar a situação dos planos de benefícios. Por ser um contrato com valor variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais, essa diferença será ajustada ao longo do tempo (maturação do plano).

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As operações financeiras com a Fundação Cesp estão detalhadas conforme segue:

	Controladora e consolidado			
	2007			2006
	Saldo do contrato	Diferença	Contabilizado	Contabilizado
Empréstimos e financiamentos:				
Confissão de dívida IIa (i)	380.918	-	380.918	337.071
Confissão de dívida IIb (ii)	197.678	-	197.678	174.922
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	1.985.478	(236.819)	1.748.659	1.903.095
Subtotal	2.564.074	(236.819)	2.327.255	2.415.088
Outras contribuições a pagar	-	-	7.819	7.819
Total	2.564.074	(236.819)	2.335.074	2.422.907
Circulante	251.599	-	251.599	238.685
Não Circulante	2.312.475	(236.819)	2.083.475	2.184.222
Total	2.564.074	(236.819)	2.335.074	2.422.907

- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela segunda vez em 29 de setembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2005. Esse contrato é corrigido pelo custo atuarial fornecido por consultor atuarial externo (IGP-DI + 6% ao ano) ou variação da TR + 8% a.a., dos dois o maior.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação Cesp à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela segunda vez em 29 de setembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2005. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou pelo custo atuarial, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 27 de dezembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2005. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo desse contrato é o seguinte:

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
Parcela já registrada no passivo	1.748.659	1.903.095
Parcela ainda não registrada	236.819	28.872
Total	1.985.478	1.931.967

e) Despesas do exercício:

A despesa anual relacionada ao Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão - PSAP e ao Plano de Contribuição Definida é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2008 Estimada	2007 Real
<u>Plano de benefício definido</u>		
Custo do serviço corrente bruto	12.863	10.295
Contribuições dos participantes	(4.353)	(5.126)
<u>Custo do serviço corrente líquido</u>	8.510	5.169
Juros sobre a obrigação atuarial	769.204	693.956
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(672.076)	(577.293)
Custo do serviço passado não reconhecido	70	70
(Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidas	(5.475)	(15.273)
Despesa administrativa esperada para o próximo ano	6.041	5.307
Subtotal	106.274	111.936
Plano de contribuição definida	-	5.287
Total geral anual	106.274	117.223
Total geral - para o período de doze meses	106.274	111.936

f) Classificação contábil na demonstração do resultado do exercício findo em:

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>Despesas com pessoal:</u>		
<u>Entidade de previdência Privada</u>		
Plano de benefício definido	106.649	247.928
Plano de contribuição definida	5.287	5.783
Subtotal	(A) 111.936	253.711
<u>Item extraordinário :</u>		
Plano de benefício definido - amortização (*)	(B) -	486.253
Tributos	-	(165.326)
Valor líquido	-	320.927
Total das despesas	(A) + (B) 111.936	739.964

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) A Companhia, de acordo com permissão contida nas disposições da Deliberação CVM nº. 371/00, optou por reconhecer, no resultado do exercício em um período de cinco anos a partir de janeiro de 2002, o passivo atuarial não registrado, apurado em 31 de dezembro de 2001, no montante de R\$ 2.431.267 (R\$ 486.253 ao ano).

22. Obrigações Estimadas

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
CIRCULANTE		
Folha de pagamento - férias e gratificações	48.442	49.778
Encargos sociais sobre férias e gratificações	7.942	8.937
Programa de Desligamento Voluntário - nota nº. 31	17.563	-
Total	73.947	58.715

23. Provisões para Litígios e Contingências

	Controladora e consolidado						
	Passivo				Ativo		
	2006	Atualizações/ Ingressos	Baixas	Reversões Reclassificações	2007	Depósito judicial	
		2007	2006	2006			
Trabalhista (a)	235.830	270.673	(104.267)	(1.229)	401.007	312.055	253.564
Cofins (b)	845.116	52.896	-	-	898.012	-	-
Cetemeq	88.704	29.909	-	(118.613)	-	-	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (c)	108.771	16.457	-	(58.067)	67.161	34.479	43.320
Processos cíveis (d)	23.913	47.066	-	(13.929)	57.050	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	-	22.779	(2.081)	(16.782)	3.916	-	-
Processos fiscais (f)	-	-	-	-	-	2.079	40.937
Penhora de crédito (g)	-	-	-	-	-	64.276	-
Outros	23.452	29.065	(90)	(264)	52.163	1.600	2.821
Total geral - controladora	1.325.786	468.845	(106.438)	(208.884)	1.479.309	414.489	340.643
Circulante	176.521				331.874	-	-
Não Circulante	1.149.265				1.147.435	414.489	340.643
Total geral - controladora	1.325.786				1.479.309	414.489	340.643

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) Trabalhista: os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Em dezembro de 2007 foi concluído o trabalho de revisão das contingências trabalhistas iniciado em maio de 2006, cujo escopo consistiu na análise individual dos valores envolvidos em 100% dos processos trabalhistas ativos. O resultado desse processo evidenciou a necessidade de ajustes nas provisões em dezembro no valor de R\$ 166.000, perfazendo um saldo de R\$ 401.007. Os valores dos depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas são decorrentes da necessidade de constituições de depósitos judiciais correspondentes aos valores de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito.
- b) Cofins: a Companhia está questionando a constitucionalidade das modificações do ato da autoridade legislativa nos termos da Lei nº. 9.718/98, referente aos artigos 3º. e 8º., mantendo provisionada a parcela da Cofins acrescida dos encargos referentes à majoração da alíquota de 2% para 3% e ampliação da base de cálculo. Recentemente o Tribunal Regional Federal julgou recurso da União Federal e manifestou-se pela inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo desta contribuição e pela validade do aumento de alíquota. Contra tal decisão, a Eletropaulo e a União Federal apresentaram recursos. A partir de fevereiro de 2004, passou a reconhecer e a recolher os valores da Cofins, apurado na modalidade não-cumulativa, na forma da Lei nº. 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

A Companhia questionou as alterações previstas na Lei nº. 10.865/2004 e obteve Medida Liminar junto à Justiça Federal, que autorizou o pagamento da Cofins deduzindo da base de cálculo o crédito oriundo das despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos, conforme disposto na Lei nº. 10.833/2003, referentes aos meses de maio, junho e julho de 2004.

- c) Plano Cruzado - reajuste de tarifa: refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguíram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- d) Processos cíveis: existem processos cíveis de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas nesses processos.
- e) Processos Administrativos - prefeituras: existem processos administrativos de prefeituras municipais de natureza administrativa. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas nesses processos.
- f) Processos fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas nesses processos.
- g) Penhora de crédito: refere-se a recursos bloqueados em função de penhora realizada em execuções fiscais oriundas de discussão sobre legitimidade das compensações de créditos de PIS com outros tributos federais.

Conforme preceitua o pronunciamento do Ibracon por meio da Norma e Procedimento de Contabilidade NPC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº. 489, de 3 de outubro de 2005, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perdas possíveis, porém não prováveis, e portanto, ainda não registradas contabilmente, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2007.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição da Contingência	Valor de Contingência
	Estimada
1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/86	784.092
2 Ação Civil Pública - Represa Billings	501.330
3 Plano Cruzado - Reajuste de tarifa	86.013
4 SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica SP	18.500
5 Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado
6 Ávila, Nogueira, Miguel Neto e Aidar Advogados	6.227
7 Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado
8 Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado
9 Abertura de Agências - Ação Civil Pública	Não determinado
10 Contas Vencidas 90 dias - Ação Civil Pública	Não determinado
11 Contas Vencidas 12 meses - Ação Civil Pública	Não determinado
12 Volkswagen - Ação Indenizatória	1.160
13 Contrato Bilateral - Eletropaulo x Tietê	Não determinado
14 Autuação PCLD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	9.400
15 Overseas	10.400
16 Neogama	2.100
17 Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE	Não determinado
18 COSIP - repasse	1.400
19 Ação Popular - Maruzan Conrado	12.300
20 Baixa Renda - Ação Civil Pública	Não determinado
21 Ação Civil Pública Plano Cruzado - ANDEC	Não determinado
22 Anulação Termo de Confissão de Dívida - Santo André	Não determinado
23 Swap - Banco Santos	4.300
24 ViaOeste - Remoção de postes	1
25 D.E.R. - Remanejamento de postes	Não determinado
26 Ecovias - Remanejamento de postes	Não determinado
27 Ecovias - Uso do solo	Não determinado
28 AIT	84.500
29 Tróleibus	28.000
30 Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado
31 Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado
32 Cofins - Lei 10.865/04 - despesas financeiras	17.100
33 IRPJ e CSLL - Dedutibilidade - Previdência Privada	1.253.613
34 Recolhimento do FGTS	63.600
35 PASEP - Suspensão de Exigibilidade	36.500
36 FGTS - Moradia	7.100
37 NFLDs - Execuções Fiscais	21.300
38 CPMF - Operações Simbólicas	2.850
39 CSLL - Base Negativa	82.000
40 IRPJ e CSLL - Overseas	491.699
41 Execuções Fiscais Municipais - Diversas	23.300

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1) Eletrobrás - Contrato de Financiamento

Eletrobrás e Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (“Antiga Eletropaulo”) firmaram, em 30 de outubro de 1986, o “Contrato de Financiamento ECF-1046/86”. Divergências quanto à forma de correção do débito levaram as partes ao litígio, em 23 de dezembro de 1988, através de ação de cobrança movida pela Eletrobrás.

No decorrer do litígio, ocorreu a cisão da antiga Eletropaulo e, posteriormente, sua privatização. Por ocasião da cisão, todo o passivo perante a Eletrobrás foi transferido à Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”) - atual Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”).

Em abril de 1999, encerrou-se a ação de cobrança e a Eletrobrás deu início à ação de execução. Em Setembro de 2003 o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (“TJRJ”), apreciando o recurso (“exceção de pré-executividade”) apresentado pela Companhia, reconheceu que a dívida é de responsabilidade exclusiva da CTEEP e decidiu pela exclusão da Companhia da lide.

O Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), em 29 de junho de 2006, anulou a decisão do TJRJ e determinou que a responsabilidade da Eletropaulo pelo débito fosse rediscutida em primeira instância .

Em 4 de dezembro de 2006, a Companhia opôs novo recurso (“embargos de declaração”), com objetivo de esclarecer omissões e contradições na decisão do STJ. O recurso foi rejeitado. Em 17 de abril de 2007 a Companhia interpôs embargos de divergência com o objetivo de reformar a decisão desfavorável e aguarda nova decisão do STJ.

A decisão do STJ, datada de 29 de junho de 2006, não apreciou ou decidiu o mérito do processo, ou seja, se a Companhia é ou não a responsável pelo débito, se atendo à questão puramente formal da possibilidade de discussão desse tema através do recurso utilizado (“exceção de pré-executividade”).

Ainda nesse sentido, foram opostos contra o mencionado Acórdão dos Embargos de Declaração, Embargos de Divergência e Recurso Extraordinário. Os Embargos de Divergência já foram rejeitados e ainda pende de julgamento o Recurso Extraordinário. Por meio deste recurso, ainda há chances de obtermos decisão para suspender a execução pela Eletrobrás.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia, com base nos pareceres de seus advogados externos, reitera seu entendimento de que a recente decisão rejeitando os embargos de declaração propostos por esta em nada modificou suas perspectivas sobre o litígio em questão. A companhia entende, portanto, que suas chances de êxito permanecem possíveis e inalteradas.

2) Ação Civil Pública - Represa Billings

O Ministério Público Estadual ajuizou ação de reparação de danos ambientais contra Sabesp, Cetesb, Departamento de Águas do Estado de SP e Eletropaulo, alegando dano ambiental em face do bombeamento das águas dos rios Pinheiros e Tietê para a represa Billings. A ação foi contestada, sendo realizada perícia que concluiu pela existência de danos ambientais, todavia a mesma foi impugnada e nessa ocasião foi determinada nova perícia. A 2ª perícia não foi realizada, embora o Perito Judicial tenha sido intimado diversas vezes para fazê-lo e, baseando-se na 1ª perícia, a ação foi julgada procedente, condenando as rés a repararem os danos ambientais. A Eletropaulo interpôs Recurso de Apelação, as demais rés ainda estão protocolizando seus recursos. A chance de perda é possível, pois a condenação teve por base (i) perícia amplamente contestada, (ii) foi desprezada a realização da 2ª perícia, antes considerada indispensável pelo próprio Juiz e (iii) tampouco foi analisado o dano ambiental que a falta das obras poderia ter acarretado, fator preponderante e não abordado pela 1ª perícia. Assim sendo, as chances de anulação da sentença proferida e realização de outra perícia, incluindo as análises não realizadas são boas, justificando a manutenção do status do caso.

3) Plano Cruzado - Reajuste de Tarifa - Reflexo e Consumidores Residenciais e Comerciais

Refere-se a ação de um grande cliente industrial isolado, que obteve sentença condenando a Companhia a restituir o chamado “efeito cascata”, isto é, percentual específico repercutido em todas suas contas de energia relativo aos benefícios econômicos que perseguiu a propósito do indevido aumento da tarifa de energia elétrica quando da adoção do Plano Cruzado.

Como é cediço, e consagrado na própria jurisprudência que se produziu em decorrência das centenas de ações aforadas contra a Companhia por conta desse referido aumento indevido, não cabe o chamado “efeito cascata” no caso em tela, já que o aumento foi tido por indevido em período específico, sem projetar seus efeitos para o futuro, não contaminando, portanto, aumentos futuros.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Por tais razões, foi interposta pela Companhia Ação Rescisória, visando reverter os efeitos desta decisão que reconhece a legalidade dos “reflexos”. A ação rescisória já foi admitida pelo Poder Judiciário, o que significa que há boas chances de que seja revertida a decisão desfavorável à Cia.

Além disso, há 33 (trinta e três) ações de Plano Cruzado ajuizadas por clientes Residenciais e Comerciais, que não sofreram majoração das tarifas no período de março a novembro de 1986, visto que tal aumento só incidiu sobre as tarifas aplicadas aos clientes Industriais. Os assessores legais da Eletropaulo entendem que as chances de perda são possíveis nestes casos.

4) SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo

Foi condenado o demandante SIEESP (representando a Companhia) a pagar verba honorária à União Federal e à Eletrobrás. A Companhia seria responsável por cerca de 30%, do Passivo total que corresponde a aproximadamente R\$ 18.500 Trata-se de contingência que, a princípio, cabe apenas ao Sindicato vencido suportar.

5) Enquadramento de Consumidores na Tarifa Baixa Renda - Ação Civil Pública

Ação Civil Pública aforada pelo Ministério Público Federal visando ampliar o conceito da legislação setorial, para enquadrar um maior número de consumidores na classe baixa renda, com pedidos de multa diária e devolução de valores supostamente cobrados a maior.

6) Ávila, Nogueira, Miguel Neto e Aidar Advogados - Contrato de Prestação de Serviços

Trata-se de litígios e incidentes processuais promovidos pelo escritório Ávila, Nogueira, Miguel Neto e Aidar Advogados visando à condenação da Companhia ao pagamento de valores em razão de honorários advocatícios e de êxito sobre ações propostas pelo referido escritório por ocasião da vigência do instrumento contratual para patrocínio de ações cíveis, o qual foi rescindido unilateralmente pela Companhia.

7) Revisão Tarifária - Contratos

O Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a não fazer qualquer reposicionamento tarifário futuro, utilizando no cálculo da tarifa de energia elétrica valores contratados entre a concessionária e empresas do mesmo grupo econômico, nos contratos bilaterais, superiores aos valores praticados no mercado; obrigação de fazer de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; editar instrumento normativo que permita participação de sociedade civil por ocasião de auditorias; e, em relação à Companhia: requereu seja obrigada a devolver em dobro, acrescidos de correção monetária e juros legais, os valores supostamente indevidos.

8) Revisão Tarifária - Benefício Fiscal

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a incluir na composição tarifária da Companhia os valores de benefícios fiscais relativos aos juros sobre capital próprio; obrigação de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; e, em relação à Companhia, requereu que esta seja obrigada a devolver em dobro, acrescidos de correção monetária e juros legais, os valores supostamente cobrados indevidamente.

9) Abertura de Agências - Ação Civil Pública

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública visando a adequação da Companhia às normas da ANEEL referentes à implantação de postos de atendimento ao consumidor, totalizando 106 agências, além de manter em funcionamento 124 postos de atendimento, assim como requer a condenação da ré ao pagamento de danos morais, requerendo a antecipação de tutela para a abertura imediata de postos de atendimento.

10) Contas vencidas - 90 dias

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela, fixando como pretensão, em linhas gerais, o reconhecimento de que seria abusiva e ilegal a cobrança da Companhia referente às faturas de contas de luz vencidas há mais de 5 (cinco) anos, assim como débitos contraídos por terceiros, afirmando que tal conduta, ainda, estaria respaldada pela omissão da ANEEL em relação à regulamentação sobre a matéria, que permite este tipo de abuso.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11) Contas vencidas - 12 meses

O Ministério Público Estadual ajuizou Ação Civil Pública pretendendo impedir que a Companhia (i) cobre administrativamente débitos de energia elétrica vencidos há mais de 12 meses; (ii) aplique suposta fórmula de juros capitalizados na atualização das dívidas, utilizando-se a “Tabela Price”; (iii) obrigue os consumidores a assinar Termo de Confissão de Dívida nas cobranças extrajudiciais de débitos em atraso, bem como pretende que a Companhia informe nas notificações de cobrança todos os dados de débito em atraso, tudo sob pena de multa pecuniária diária de R\$ 5, incidente sobre cada cobrança efetuada com o descumprimento da determinação judicial.

12) Ação Indenizatória - Volkswagen

Ação indenizatória movida pela Volkswagen, por meio da qual pretende indenização por supostas falhas no fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo, que teriam ocasionado danos e prejuízos à montadora.

13) Contrato Bilateral AES Eletropaulo e AES Tietê

Ação Judicial cujo objetivo é a anulação de ato administrativo da ANEEL, que não autorizou o aditamento do Contrato Bilateral de compra e venda de energia elétrica firmado entre a AES Eletropaulo e a AES Tietê.

14) Autuações PCLD

Duas ações ajuizadas contra autos de infração lavrados contra a Eletropaulo pela ANEEL, em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.

15) Overseas

Ação judicial que objetiva anular multa da ANEEL imposta contra a contratação entre empresas coligadas (Overseas e Eletropaulo) sem a prévia aprovação da ANEEL. Cumpre observar que o valor discutido foi pago pela Eletropaulo.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16) Neogama

A Neogama ajuizou ação contra a Eletropaulo pretendendo indenização por suposto descumprimento contratual. A Autora foi contratada para prestar serviços de publicidade para a Eletropaulo e discute-se nos autos questões relacionadas ao prazo de vigência do mesmo.

17) Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE

A ASSOBRAEE alega que a Eletropaulo, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº. 38/86 e 45/86 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. À vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período.

18) COSIP - repasse

Visa o repasse mensal dos valores arrecadados a título de COSIP, pela Eletropaulo, sem necessidade prévia de apuração de haveres, bem como o pagamento de multa, custas processuais e honorários decorrente do atraso no repasse dos meses 12/2004, 01/2005 e 02/2005.

19) Ação Popular - Maruzan Conrado

O autor requer que seja desconstituído o TCD firmado pelo Réu Fernando Fernandes Filho e as co-rés Eletropaulo e Sabesp, bem como sejam ressarcidos os danos supostamente causados ao erário.

20) Baixa Renda - Ação Civil Pública

Pretende enquadrar como baixa renda todos aqueles incluídos nos empreendimentos habitacionais implementados pelo Poder Público, ainda que com participação da iniciativa privada, bem como a devolução dos valores cobrados a mais destes consumidores.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21) Ação Civil Pública Plano Cruzado - ANDEC

A ANDEC alega que a Eletropaulo, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº. 38/86 e 75/86 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. À vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período.

22) Anulação de Termo de Confissão de Dívida - Santo André

Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Estadual visando impedir o corte de energia por fraude na medição de consumo, bem como a anulação dos termos de confissão de dívida celebrados entre os consumidores da Comarca de Santo André e a Eletropaulo.

23) Swap Banco Santos

A Eletropaulo ajuizou ação pretendendo a resolução de 23 contratos de swap e a conseqüente insubsistência de quaisquer prestações, ônus ou encargos contratuais deles decorrentes.

24) ViaOeste - Remoção de Postes

A ViaOeste ajuizou ação objetivando compelir a Eletropaulo a remover postes em rodovias administradas pela Via Oeste sem qualquer ônus para a mesma.

25) D.E.R. - Remanejamento de Postes

O Departamento de Estradas e Rodagem (D.E.R.) ajuizou ação visando obrigar a Eletropaulo a remanejar os postes para distribuição de energia instalados nas margens de determinada rodovia por ela administrada sem o pagamento dos custos em virtude da obra de sua duplicação.

26) Ecovias - Remanejamento de Postes

A Ecovias ajuizou ação visando obrigar a Eletropaulo a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a Ecovias.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27) Ecovias - Uso do Solo

A Ecovias ajuizou ação contra a Eletropaulo, visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes.

28) AIT

A AIT pretende a condenação da Eletropaulo ao pagamento de indenização por suposto término indevido do contrato de prestação de serviços firmado entre as partes.

29) Tróleibus

Ação ajuizada pela Eletropaulo pretendendo o restabelecimento da tarifa praticada em relação ao serviço de distribuição de energia aos trólebus, a proibição do desconto de R\$ 28.000 recebidos pelo serviço entre 2003/2005, bem como o reconhecimento de que a distribuição de energia elétrica em corrente contínua, para tal finalidade, integra os serviços concedidos à autora e influencia na revisão tarifária.

30) Ação Civil Pública - City Boacava

Ação Civil Pública que visa impedir a construção de reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem nas imediações da linha de transmissão.

31) Ação Civil Pública - Sociedade Amigos Dos Jardins - ETD Panorama

Ação Civil Pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. A alegação é de que as radiações produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem nas imediações da linha de transmissão.

32) Cofins - Lei 10.865/04 - despesas financeiras

Trata-se de Mandado de Segurança que busca autorização judicial para realizar a dedução das despesas financeiras da base de cálculo da COFINS, por mais três meses. Para tanto, a empresa alega que a Lei 10.865/04 (que afastou a possibilidade de dedução das despesas financeiras) não observou o prazo de 90 dias (noventa) para entrar em vigor. O juiz de primeira instância deferiu a medida liminar pleiteada e, atualmente, aguarda sentença de Primeira Instância.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33) IRPJ e CSLL - dedutibilidade - previdência privada (PSAP)

Refere-se a suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, decorrente da dedução integral da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores repassados à Fundação Cesp a título de complementação de previdência privada, sem a limitação de 20% imposta pela Lei nº. 9.532/97. O valor total de R\$ 1.253.613 divide-se em dois períodos, o primeiro sendo de 1998 até 2002 no valor de R\$ 250.224 e sob o qual a Companhia foi autuada e o segundo de 2003 até 2007 no valor de R\$ 1.003.389 sob o qual não há autuações até o momento. Tais valores já contemplam multa de 75% e juros Selic desde a data do suposto vencimento até o presente.

34) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Trata-se de três notificações referentes ao período de janeiro de 1993 a setembro de 1998, lavradas em 5 de novembro de 1998, por suposta ausência de recolhimento do FGTS. A fiscalização identificou que a Companhia teria deixado de computar parcelas integrantes da remuneração dos empregados, sonogando recolhimentos fundiários e identificando empregados em situação irregular.

A Companhia apresentou defesa e recurso administrativo alegando, em resumo, além de nulidade, afronta ao princípio da legalidade, eis que as notificações se limitam às diferenças dos lançamentos contábeis no livro razão em relação à folha de pagamento para extrair o fato gerador da obrigação contributiva do FGTS, constituindo, ademais, verdadeira presunção. A defesa e o recurso administrativos, no entanto, foram indeferidos.

Assim, com o encerramento do processo administrativo, em 22 de março de 2007, esses débitos foram inscritos na dívida ativa no valor total de R\$ 63.600. Em 23 de março de 2007, a Companhia ajuizou ação cautelar e obteve liminar suspendendo a exigibilidade deste débito até decisão final.

35) PASEP - Suspensão de Exigibilidade - Débitos apurados no Processo Administrativo 10880.036851/90-51

Trata-se de Mandado de Segurança interposto com o objetivo de suspender a exigibilidade de supostos débitos de PASEP apurados no Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, bem como afastar todo e qualquer procedimento tendente à inscrição dos mesmos no CADIN e na Dívida Ativa da União Federal e, portanto, sua cobrança judicial.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A liminar foi indeferida e o crédito inscrito na Dívida Ativa da União. Diante disto, a empresa distribuiu Ação Cautelar, na qual foi deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito mediante apresentação de fiança bancária.

Atualmente, o Mandado de Segurança aguarda sentença de primeiro grau.

36) FGTS - Moradia

A Eletropaulo propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal visando afastar a incidência de FGTS sobre as casas oferecidas aos funcionários que realizavam obras para a empresa. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Eletropaulo. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

37) NFLDs - Execuções Fiscais

O INSS propôs duas Execuções Fiscais (2005.61.82.000188-0 e 2005.61.82.000187-8) visando a cobrança de supostos créditos tributários não recolhidos a título de contribuições previdenciárias, apurados nos autos dos processos administrativos 350034290, 354166450, 350034273, 350034281 e 354166476. Atualmente, ambas as Execuções aguardam julgamento em Primeira Instância.

38) CPMF - Operações Simbólicas

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Eletropaulo visando o reconhecimento da não incidência de CPMF sobre operações simbólicas de compra e simultânea venda de moeda estrangeira. Depósito judicial integral em 18.02.05 no valor de R\$ 1.811. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Eletropaulo. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

39) CSLL - Base Negativa

A Eletropaulo propôs Ação Declaratória visando afastar a aplicação da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, que determinou que as empresas objeto de cisão não poderiam utilizar créditos de base negativa de CSLL. Ocorre que a Eletropaulo já realizou a compensação dos créditos de base negativa de CSLL, no montante de R\$ 81.000, certa de que a Medida Provisória acima mencionada não teria efeito sobre tais créditos em razão do princípio da irretroatividade das normas. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Eletropaulo. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

40) IRPJ - Overseas

A Overseas auferiu resultados positivos nos anos de 2000, 2001 e 2002. Segundo o parágrafo único do art. 74 da MP nº 2158-35 de 24/08/2001 os lucros apurados por controladas ou coligadas no exterior até 31/12/2001 deveriam ser disponibilizados em 31/12/2002, salvo se antes ocorrida qualquer das hipóteses de disponibilização previstas na legislação. Sendo assim, tributamos em 2002 os lucros apurados em 2000, 2001 e 2002 conforme determina a legislação supra mencionada. O ponto que é convertemos os valores em dólares pela taxa de câmbio dos respectivos anos calendários e a fiscalização entende que deveríamos ter convertido apenas pelo câmbio de 31/12/2002. Outro ponto abordado no auto de infração, trata da variação cambial do resultado de equivalência patrimonial. Por fim a fiscalização conclui pela falta de adição de juros mínimos (mútuo com pessoas vinculadas no exterior). A mesma argumenta que nós não apresentamos os contratos de mútuo registrados no DECIC, nem o registro do mútuo no Bacen nem tampouco o registro da remessa (valor principal U\$\$ 30.000 mil).

Em decorrência os itens supracitados, a fiscalização aponta débitos de:

Débitos	IRPJ	CSLL	Total
Principal	171.390	40.259	211.649
Juros de Mora até 30.11.2007	101.556	19.757	121.313
Multa - 75%	128.543	30.194	158.737
Total	401.489	90.210	491.699

41) Execuções Fiscais Municipais - Diversas

Trata-se de Execuções Fiscais, com chance de perda possível, promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos, tais como IPTU, ISS, Taxas Municipais, Multas Posturais, entre outros.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>CIRCULANTE</u>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	27.443	25.427
Quota para a CCC - Sistemas Isolados	23.540	63.354
Quota para a Reserva Global de Reversão	7.990	6.572
Outras encargos	571	2.919
Total	59.544	98.272

25. Outras Obrigações (Passivo Circulante e Não Circulante)

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>CIRCULANTE</u>		
Empréstimo compulsório Eletrobrás	583	633
Brasil Ferrovias S.A.	3.258	3.258
Pagamento em Duplicidade - Baixa Tensão	4.828	5.458
Programa Baixa Renda	3.532	1.141
IPTU - Outras prefeituras	3.271	7.050
Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética - FNDCT (a)	22.017	30.300
Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética - EPE (a)	11.009	35.461
Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética - Eficiência Energética (b)	121.373	113.991
Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética - P&D (b)	74.066	58.564
Consumidores - Acordo USP	3.347	3.347
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	7.854	964
Contribuição para o custeio de serviço de iluminação pública - Cosip	23.655	24.397
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.594	-
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão - nota nº. 16	46.377	-
Adiantamentos recebidos para alienação de imóveis	24.657	454
Outras	22.769	19.468
Total	374.190	304.486
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
CTEEP - Cetemeq	-	6.653
Consumidores - Acordo USP	278	3.626
Obrigações Estimadas	6.372	-
Reserva para Reversão (c)	66.085	66.085
Outras	1.542	8.212
Total	74.277	84.576

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) Empresa de Pesquisa Energética - EPE: empresa constituída através da Lei nº. 10.847, de 15 de março de 2004, Decreto Lei nº. 5.184, de 16 de agosto de 2004, com a finalidade de prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras. A Lei nº. 10.848, através do artigo 12, alterou alguns artigos da Lei 9.991, que instituiu originalmente o Programa de Eficiência Energética, incluiu a EPE dentre as beneficiárias ao recebimento de subvenção além do recolhimento ao FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a serem custeados com recursos do citado programa oriundos dos concessionários de energia.
- b) Eficiência Energética e P&D - Pesquisa e Desenvolvimento: A Resolução Normativa ANEEL nº. 176, de 28 de novembro de 2005, publicada em 15 de dezembro de 2005, esclareceu a obrigatoriedade da aplicação de recursos, pelas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, em Programas de Eficiência Energética de acordo com o regulamento estabelecido pela ANEEL originalmente determinado pela Lei; e aprovou o Manual do Programa de Eficiência Energética.
- c) Reserva para reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº. 41.019/57), que a Companhia aplicou na expansão do serviço público de energia elétrica. Sobre o fundo para reversão são cobrados juros de 5% a.a..

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. Capital Social e Reserva de Reavaliação

a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o capital social integralizado no montante de R\$ 1.057.629 está representado por 41.835.971.676 ações, sendo 16.651.204.352 ações ordinárias e 25.184.767.324 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Composição acionária

		Controladora			
		2007		2006	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas	Tipo				
AES Elpa S.A.	ON	12.956.450.381	30,97	12.956.450.381	30,97
União Federal	ON	3.335.596.142	7,97	3.335.596.142	7,97
Outros	ON	359.157.829	0,86	359.157.829	0,86
Subtotal	ON	16.651.204.352	39,80	16.651.204.352	39,80
Outros	PNA	592.337.266	1,42	592.337.266	1,42
Companhia Brasileira de Energia	PNB	1.858.602.977	4,44	1.858.602.977	4,44
Light Participações - LIGHTPAR	PNB	523.911.075	1,25	523.911.075	1,25
Outros	PNB	22.209.916.006	53,09	22.209.916.006	53,09
Subtotal	PNB	24.592.430.058	58,78	24.592.430.058	58,78
Total das ações		41.835.971.676	100,00	41.835.971.676	100,00

Criação de Nova Classe de Ações Preferenciais - Em 2006 foi criada uma nova classe B de ações preferenciais, passando as ações preferenciais atualmente existentes a constituir a classe A, tendo as ações preferenciais da classe B características idênticas às da classe A, exceto que os detentores das novas ações classe B terão:

- (i) direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago aos acionistas titulares de ações ordinárias, na hipótese de alienação do controle da Companhia; e

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (ii) direito de voto restrito às matérias previstas no artigo 5º., parágrafo 2º., do estatuto social, e direito de voto pleno se a Companhia deixar de pagar, por 3 (três) exercícios consecutivos, contados a partir do encerramento do presente, os dividendos a que fizerem jus.

c) **Reserva de reavaliação**

Em 31 de dezembro de 2007 o saldo correspondente à reserva de reavaliação montava R\$ 2.220.773 (R\$ 1.132.670, em 31 de dezembro de 2006), e está sendo apresentado líquido do imposto de renda e contribuição social sobre o valor da reavaliação dos bens depreciables, vide comentários adicionais nota nº. 16. Os efeitos tributários sobre realização, por alienação ou baixa, de reserva de reavaliação de terrenos, são reconhecidos diretamente em conta de lucros acumulados, no momento da alienação ou baixa do respectivo terreno.

Descrição	Reavaliação		Total
	1998	2007	
Saldo em 31.12.2006	1.132.670	-	1.132.670
Reavaliação de Elementos do Ativo - AGE de 13.7.2007	-	1.128.336	1.128.336
Realização da reserva de reavaliação	(25.499)	(35.160)	(60.659)
(-) IR sobre realização de reserva	6.307	8.712	15.019
(-) CS sobre realização de reserva	2.271	3.136	5.407
Saldo em 31.12.2007	<u>1.115.749</u>	<u>1.105.024</u>	<u>2.220.773</u>

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. Lucros (Prejuízos) Acumulados

A base de apuração de dividendos, pode ser apresentada como segue:

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
Lucros (Prejuízos) acumulados do exercício anterior	-	(262.086)
Reversão de dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	-	3.758
Lucro líquido do exercício	712.631	373.371
Realização da reserva de reavaliação - líquida	40.036	21.102
Constituição de reserva legal	(37.634)	(5.752)
Subtotal	715.033	130.393
Dividendos propostos distribuídos - 2006	-	(130.393)
Dividendos intermediários distribuídos - 2007	(487.845)	-
Juros sobre Capital Próprio propostos - 2007	(67.790)	-
Dividendos complementares propostos - 2007	(159.398)	-
Saldo de Lucros Acumulados	-	-

(a) Dividendos Propostos

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. As ações preferenciais têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ordinárias, na forma do Estatuto e da Lei.

	Ação	2007	2006
		R\$ p/ lote 1.000	R\$ p/ lote 1.000
Dividendos propostos distribuídos - 2006	ON	-	2,94
	PN	-	3,23
Dividendos intermediários distribuídos - 2007	ON	11,00	-
	PN	12,10	-
Juros sobre Capital Próprio propostos - 2007 (Bruto)	ON	1,53	-
	PN	1,68	-
Dividendos complementares propostos - 2007	ON	3,59	-
	PN	3,95	-

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. Receita Operacional Líquida

Fornecimento de energia elétrica	Controladora e consolidado					
	Nº. de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Classe de consumidores						
Residencial	5.243.659	5.043.704	13.499.852	12.687.378	3.839.015	3.880.518
Industrial	31.604	33.804	6.475.434	6.605.769	1.577.649	1.650.631
Comercial	360.027	375.217	10.071.659	9.898.284	2.766.324	2.822.256
Rural	793	842	26.967	24.450	3.457	2.812
Poder público:						
Federal	1.359	946	207.709	127.853	58.712	43.755
Estadual	3.266	3.381	493.661	544.216	141.052	156.007
Municipal	8.383	8.231	386.284	366.292	115.881	115.744
Iluminação pública	1.443	1.452	877.959	881.517	129.213	137.331
Serviço público	1.163	1.150	537.433	520.298	118.694	118.188
Encargos de capacidade emergencial	-	-	-	-	(142)	4.875
Encargo de aquisição de energia emergencial	-	-	-	-	(6)	4
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(4.371.529)	(4.572.579)
Subtotal - Fornecimento	5.651.697	5.468.727	32.576.958	31.656.057	4.378.320	4.359.542
Outras						
RTE - Amortização	-	-	-	-	(289.747)	(326.840)
Energia Livre - Amortização	-	-	-	-	(67.346)	(118.109)
Revisão tarifária - 2003 - Ajustes - Amortização	-	-	-	-	-	(48.461)
Transmissoras	-	-	-	-	(55.801)	-
Energia Livre	-	-	-	-	(15.270)	-
PIS/Cofins - Contrato inicial/CTEEP - Amortização	-	-	-	-	23.151	(43.796)
PIS/Cofins - Diferença de Alíquota	-	-	-	-	(6.890)	3.666
Não faturado	-	-	-	-	(62.900)	7.491
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	218	193	7.354.927	6.526.642	477.442	467.056
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	4.371.529	4.572.579
Energia no curto prazo	-	-	-	-	42.150	44.385
Outras receitas	-	-	-	-	314.575	142.790
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	-	-	(59.623)	(58.043)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	142	(4.875)
Encargo de aquisição de energia emergencial	-	-	-	-	6	(4)
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	-	(76.572)	(114.148)
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE - CVA	-	-	-	-	(3.219)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(317.022)	(292.258)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA	-	-	-	-	(30.240)	(21.734)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	-	(399.659)	(471.413)
Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA	-	-	-	-	14.177	(20.248)
Recuperação de Energia Livre	-	-	-	-	5.150	-
Encargos do Consumidor - outros encargos	-	-	-	-	(8.319)	(4.159)
Cofins - corrente	-	-	-	-	(902.573)	(854.333)
Cofins - diferido	-	-	-	-	-	(85.129)
Pis - corrente	-	-	-	-	(185.954)	(170.450)
Pis - diferido	-	-	-	-	(13.776)	(42.493)
Iss	-	-	-	-	(902)	(1.496)
Subtotal - Outras	218	193	7.354.927	6.526.642	2.752.509	2.559.978
Total geral - Controladora e consolidado	5.651.915	5.468.920	39.931.885	38.182.699	7.130.829	6.919.520

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Na composição da receita com o Fornecimento de energia elétrica e Disponibilização do sistema de distribuição - TUSD, estão apresentados acima, já excluídos os valores de R\$ 2.182.803 e R\$ 2.186.054 (controladora) relativos ao ICMS dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, respectivamente.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007	2006
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD		
Consumidores Livres	575.831	565.557
(-) ICMS	(98.389)	(98.501)
	<u>477.442</u>	<u>467.056</u>
Transferência entre atividades	5.718.483	5.981.480
(-) ICMS	(1.346.954)	(1.408.901)
	<u>4.371.529</u>	<u>4.572.579</u>
Total Líquido	<u>4.848.971</u>	<u>5.039.635</u>

29. Custo do Serviço de Energia Elétrica

	Controladora e consolidado			
	MWh (*)		R\$	
	2007	2006	2007	2006
a) Energia elétrica comprada para revenda:				
CESP	-	-	-	(17.811)
DUKE Paranapanema	-	-	-	(37)
AES Tiête	-	-	(178.232)	(7.656)
FURNAS	-	-	-	(6.818)
EMAE	-	-	-	(2.759)
ITAIPU	12.315.458	12.292.994	1.167.327	1.079.707
ITAIPU - CVA	-	-	46.495	55.974
Contrato bilateral - AES Tiête	11.107.680	11.107.680	1.470.051	1.480.551
Contrato bilateral - AES Uruguaiana	516.840	516.840	56.592	55.268
Contrato bilateral - Outros	210.366	258.437	30.919	35.172
Compra - CCEE	-	-	2.359	5.367
Compra - CCEAR	14.407.453	13.914.004	970.421	883.317
Compra - CCEAR - CVA	-	-	43.522	(132.886)
Proinfra	-	-	73.363	32.144
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	(352.330)	(316.639)
Total geral - Controladora e consolidado	<u>38.557.797</u>	<u>38.089.955</u>	<u>3.330.487</u>	<u>3.142.894</u>

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
b) Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Uso da Rede Básica	609.019	604.522
Uso da Rede Básica - CVA	(71.844)	72.236
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	33.029	25.517
Encargos do Serviço do Sistema - ESS - CVA	6.392	42.521
Transporte de Energia - Furnas/Itaipu	73.254	71.738
ONS - Operador Nacional do Sistema	19.384	20.679
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição	60.308	57.293
Conexão a Rede Básica - CTEEP	51.726	29.520
Conexão a Rede Básica - CTEEP - CVA	(16.814)	8.866
(-) Créditos PIS/Cofins	(68.919)	(84.347)
Total geral - Controladora e consolidado	<u>695.535</u>	<u>848.545</u>

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. Custo do Serviço Prestado a Terceiros

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
Pessoal	6.238	8.445
Material	5.721	6.232
Serviço de Terceiros	3.222	23.377
Outros	346	702
Total geral - Controladora e consolidado	15.527	38.756

31. Despesas Operacionais

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>Despesas com vendas</u>		
Serviços de Terceiros	25.420	24.167
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD - nota nº. 13	(123.016)	145.460
Recuperação de Perdas no Contas a Receber	(66.678)	(104.463)
RTE - nota nº. 13	191.294	-
Energia Livre - nota nº. 40	200.658	-
Total geral - Controladora e consolidado	227.678	65.164

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>Despesas Gerais e Administrativas</u>		
Pessoal (*)	254.497	152.617
Material	4.869	1.758
Serviços de Terceiros	110.804	102.718
Depreciação e Amortização	21.479	15.657
Total geral - Controladora e consolidado	391.649	272.750

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>Outras Despesas Operacionais</u>		
Arrendamentos e Aluguéis	3.588	4.760
Seguros	3.751	4.205
Tributos	5.491	16.271
Recuperação de Despesas	(11.130)	(5.994)
Doações e Contribuições	11.872	5.567
Taxa de Fiscalização - ANEEL	18.873	19.874
Provisões para Contingências	217.503	79.958
Tarifa bancária	40.290	41.123
Custas Judiciais	54.061	54.105
Outras	9.804	11.855
Total geral - Controladora e consolidado	354.103	231.724

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Respeitando o acordo coletivo e a legislação vigente, a Companhia lançou em outubro de 2007 o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, com a adesão espontânea de 376 empregados. Foi registrado em resultado na rubrica despesas de pessoal o montante de R\$ 30.516 em contrapartida ao passivo circulante em obrigações estimadas.

32. Custos e Despesas Operacionais (Agrupados por Natureza de Gastos)

Descrição	Controladora e Consolidado						
	2007						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais			Total Geral
	com Energia Elétrica	de Operação	Prestado à Terceiros	com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	
Pessoal	-	196.339	6.238	-	254.497	-	457.074
Pessoal - Entidade de Previdência Privada	-	111.936	-	-	-	-	111.936
Material	-	19.106	5.721	-	4.869	-	29.696
Serviço de Terceiros	-	136.551	3.222	25.420	110.804	-	275.997
Energia elétrica comprada para revenda	3.240.471	-	-	-	-	-	3.240.471
Energia elétrica comprada para revenda - CVA	90.016	-	-	-	-	-	90.016
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	777.801	-	-	-	-	-	777.801
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib. - CVA	(82.266)	-	-	-	-	-	(82.266)
Depreciação e amortização	-	308.976	-	-	21.479	-	330.455
Provisão para PCLD	-	-	-	(123.016)	-	-	(123.016)
Recuperação no Contas a Receber	-	-	-	(66.678)	-	-	(66.678)
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	-	-	-	217.503	217.503
Custas Judiciais	-	-	-	-	-	54.061	54.061
RTE	-	-	-	191.294	-	-	191.294
Energia Livre	-	-	-	200.658	-	-	200.658
Outras	-	8.707	346	-	-	82.539	91.592
Total Geral Controladora	4.026.022	781.615	15.527	227.678	391.649	354.103	5.796.594
Total Geral Controladas	-	85	-	-	-	-	85
Consolidado	4.026.022	781.700	15.527	227.678	391.649	354.103	5.796.679

Descrição	Controladora e Consolidado						
	2006						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais			Total Geral
	com Energia Elétrica	de Operação	Prestado à Terceiros	com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	
Pessoal	-	197.547	8.445	-	152.617	-	358.609
Pessoal - Entidade de Previdência Privada	-	253.711	-	-	-	-	253.711
Material	-	14.937	6.232	-	1.758	-	22.927
Serviço de Terceiros	-	99.535	23.377	24.167	102.718	-	249.797
Energia elétrica comprada para revenda	3.276.182	-	-	-	-	-	3.276.182
Energia elétrica comprada para revenda - CVA	(133.288)	-	-	-	-	-	(133.288)
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	839.679	-	-	-	-	-	839.679
Encargo de Uso do Sistema de Transm. e Distrib. - CVA	8.866	-	-	-	-	-	8.866
Depreciação e amortização	-	297.372	-	-	15.657	-	313.029
Provisão para PCLD	-	-	-	145.460	-	-	145.460
Recuperação no Contas a Receber	-	-	-	(104.463)	-	-	(104.463)
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	-	-	-	79.958	79.958
Custas Judiciais	-	-	-	-	-	54.105	54.105
Outras	-	6.257	702	-	-	97.661	104.620
Total Geral Controladora	3.991.439	869.359	38.756	65.164	272.750	231.724	5.469.192
Total Geral Controladas	-	12.297	-	-	-	-	12.297
Consolidado	3.991.439	881.656	38.756	65.164	272.750	231.724	5.481.489

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33. Receitas e Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	34.119	315	34.119	315
Selic - Parcela A/CVA	71.737	106.103	71.737	106.103
Selic - RTE	22.686	85.236	22.686	85.236
Selic - Energia livre	25.776	50.006	25.776	50.006
Acréscimo moratório - consumidores	65.609	78.461	65.609	78.461
Multas	9.434	12.650	9.434	12.650
Renda dos Títulos e Valores Mobiliários Alienados - LFT	66.075	30.073	66.075	30.073
Dividendos Recebidos - Eletropaulo Telecom	-	5.006	-	5.006
Dividendos/TJLP a Receber - Eletropaulo Telecom	-	8.501	-	8.501
Outras	54.266	42.026	74.206	45.211
(-) Tributos e contribuições sobre receitas financeiras	-	(374)	-	(374)
Total	349.702	418.003	369.642	421.188
Despesas Financeiras				
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(165.509)	(157.634)	(165.509)	(157.634)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	(60.576)	(155.498)	(7.699)	(15.935)
(-) Transferido para o custo das imobilizações em curso	22.488	26.644	22.488	26.644
Operações de swap	(57.751)	(84.603)	(57.751)	(84.603)
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins	(72.497)	(92.698)	(72.497)	(92.698)
CPMF	(54.531)	(46.584)	(54.531)	(46.584)
Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	-	(6.841)	-	(6.841)
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	(5.885)	(68.450)	(5.885)	(68.450)
Outras	(36.949)	(19.030)	(36.949)	(19.030)
Total	(431.210)	(604.694)	(378.333)	(465.131)
Juros sobre Capital Próprio - TJLP				
Juros sobre Capital Próprio - TJLP	(67.790)	-	(67.790)	-
Variáveis Monetárias e Cambiais Líquidas				
Moeda Nacional	(96.951)	(249.509)	(96.951)	(249.509)
Moeda Estrangeira	137.847	92.949	137.847	92.949
(-) Transferido para o custo das imobilizações em curso	(4.199)	(25.907)	(4.199)	(25.907)
Perda sobre tradução das demonstrações de controlada	-	-	(136.853)	(115.866)
Total	36.697	(182.467)	(100.156)	(298.333)
Total Líquido	(112.601)	(369.158)	(176.637)	(342.276)

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

34. Resultado não Operacional

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
<u>Receita não operacional</u>		
Ganhos na alienação de bens e direitos	13.240	6.025
(-) Tributos e contribuições sobre receita não operacional	-	(1)
Outras	8	14
Total	13.248	6.038
<u>Despesa não operacional</u>		
Perdas na desativação de bens e direitos (*)	(93.371)	(49.670)
Perdas na alienação de bens e direitos	(549)	(3.051)
Perdas - Ativo Imobilizado em Curso - Obras em andamento	(7.986)	(3.182)
Outras	(1.821)	(863)
Total	(103.727)	(56.766)
Total Líquido	(90.479)	(50.728)

(*) Refere-se a desmobilização de ativos do sistema de automação de subestações.

35. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a Provisões Temporariamente Indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e Reserva de Reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (nota nº. 8). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora e consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2007	2006	2007	2006
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(255.648)	(244.676)	(67.310)	(61.462)
Diferidos	(54.613)	(12.457)	(44.622)	(32.134)
Subtotal	(310.261)	(257.133)	(111.932)	(93.596)
Itens extraordinários - nota nº. 39	-	121.563	-	43.763
Total - controladora	(310.261)	(135.570)	(111.932)	(49.833)

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora e consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2007	2006	2007	2006
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	1.067.033	1.045.027	1.067.033	1.045.027
Itens extraordinários - CVM nº. 371/00 - nota nº. 39	-	(486.253)	-	(486.253)
	1.067.033	558.774	1.067.033	558.774
Adições (exclusões):				
Equivalência patrimonial e perda sobre a conversão das demonstrações contábeis de controlada	64.121	(14.585)	64.121	(14.585)
Serviços Contratados - Coligadas Exterior	(3.939)	3.939	(3.939)	3.939
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	10.640	3.146	10.640	3.146
Crédito Fiscal IR/CS - PSAP 1998 a 2005	-	(261.214)	-	(261.214)
Baixa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	24.253	100.753	24.253	100.753
Baixa de Créditos Fiscais Indedutíveis	904	2.607	904	2.607
Doações	9.204	4.355	9.204	4.355
Tributação de lucros disponibilizados por controladas no exterior - Overseas II	72.732	130.451	72.732	130.451
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	714	2.961	714	2.961
Benefício fiscal P&D - Perquisa e Desenvolvimento - 2006	(8.633)	-	(8.633)	-
Dividendos Recebidos	(22.200)	(9.465)	(22.200)	(9.465)
Outros	23.246	3.924	23.246	3.924
Total das adições (exclusões)	171.042	(33.128)	171.042	(33.128)
Base de cálculo	1.238.075	525.646	1.238.075	525.646
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	309.519	131.412	111.427	47.308
Incentivos	(7.275)	(3.487)	-	-
Provisão de reserva matemática - CVM nº. 371/00	-	7.645	-	2.525
Provisão IR/CS Auto de Infração Overseas	1.715	-	505	-
Provisão IRPJ/ILL	6.317	-	-	-
Compensação da Base de Cálculo	(24)	-	-	-
Ajuste IRPJ	9	-	-	-
Total da despesa (receita) com tributos - controladora	310.261	135.570	111.932	49.833
Total da despesa (receita) com tributos - controladas	-	-	-	-
Total da despesa (receita) com tributos - consolidado	310.261	135.570	111.932	49.833

A Companhia, embasada em estudos e pareceres de seus consultores, efetuou a revisão do critério de alocação das despesas de fundo de pensão implicando em um ajuste no crédito tributário sobre as diferenças temporárias - "Provisão temporariamente indedutíveis", reduzindo a despesa de Imposto de renda e Contribuição Social relativa ao exercício de 2006 no montante de R\$ 79.059.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

36. Partes Relacionadas

As principais transações e saldos entre partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, estão demonstradas a seguir:

	2007				
	Ativo	Passivo	Resultado		
	Outros créditos	Fornecedores	Energia elétrica comprada para revenda	Despesa financeira líquida	Serviços de Terceiros
Metropolitana Overseas II Ltd. (a) - notas n.ºs 20	-	-	-	69.986	-
Companhia Brasileira de Energia - nota n.º 12	42.998	-	-	-	-
AES Tietê - notas n.ºs. 12, 18 e 29	96.415	162.426	1.470.051	-	-
AES Uruguaiana Empreendimentos Ltda. - nota n.º 29	-	6.477	56.592	-	-
AES Sul	131	-	-	-	-
AES Big Sky (b)	-	-	-	-	12.546
Controladora	139.544	168.903	1.526.643	69.986	12.546
Ajustes de consolidação	-	-	-	(69.986)	-
Consolidado	139.544	168.903	1.526.643	-	12.546

	2006				
	Ativo	Passivo		Resultado	
	Outros créditos	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Energia elétrica comprada para revenda	Despesa financeira líquida
Metropolitana Overseas II Ltd. (a) - notas n.ºs 20	-	1.240.040	-	-	(27.419)
Companhia Brasileira de Energia - nota n.º 12	42.998	-	-	-	-
AES Tietê - notas n.ºs. 12, 18 e 29	7.656	-	179.654	1.472.895	-
AES Uruguaiana Empreendimentos Ltda. - nota n.º 29	-	-	6.233	55.268	-
AES Sul	2.761	-	-	-	-
AES Infoenergy Ltda.	6	-	-	-	-
AES Big Sky (b)	-	-	36.622	-	-
Controladora	53.421	1.240.040	222.509	1.528.163	(27.419)
Ajustes de consolidação	-	(1.240.040)	-	-	27.419
Consolidado	53.421	-	222.509	1.528.163	-

- O saldo passivo na controladora refere-se a contrato de mútuo ajustado com base na variação do dólar norte-americano e juros de 11,5% a.a.
- Refere-se a valor relativo à contratação para prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

37. Seguros

Em 31 de dezembro de 2007, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Data de Vigencia		Importância Segurada
	de	até	
Riscos Operacionais	1-abr-2007	1-abr-2008	797.085
Vida em grupo	1-nov-2007	1-nov-2008	25 X salário
Responsabilidade Civil	1-jun-2007	1-jun-2008	7.500
Outros	15-fev-2007	15-fev-2008	26.570
Frota Caminhões - RCF	12-ago-2007	12-ago-2008	RCF Garantia Única 1.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

38. Instrumentos Financeiros

As operações da Companhia compreendem a compra e a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a Capital do Estado, atendendo a aproximadamente 5,7 milhões de clientes. Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Riscos financeiros

O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco de mercado - taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2007, o saldo total de empréstimos e financiamentos (consolidado) montava R\$ 1.977.265 (R\$ 2.414.824, em 31 de dezembro de 2006). O montante de R\$ 41.760, equivalente a US\$ 23.576, refere-se a captações denominadas em dólar norte-americano (R\$ 75.570 em 31 de dezembro de 2006, equivalente a US\$ 35.346).

Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia à volatilidade deste fator de risco, foram efetuadas operações de swap cambial trocando a variação do dólar mais juros pré-fixados pela variação do CDI. Estas operações foram contratadas para os mesmos vencimentos das dívidas, não ocasionando descasamentos de fluxo de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foi apurado um resultado líquido negativo de R\$ 57.751 e de R\$ 84.603, em 31 de dezembro de 2006, o qual está reconhecido nas demonstrações contábeis na rubrica Receitas/Despesas Financeiras. Os saldos acumulados nos montantes de R\$ 242.436 ao final deste exercício e de R\$ 211.303, em 31 de dezembro de 2006, estão registrados na rubrica Operações de Swap Cambial no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo.

O valor principal dessas operações de swap em 31 de dezembro de 2007 é de US\$ 16.243 mil . Desse montante está excluído o valor de US\$ 107.831 mil referentes a operações vencidas com o Banco Santos, o qual teve sua falência decretada em 20 de setembro de 2005.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano), mas o resultado da Companhia está protegido através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2007 os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Valor Contabil		Valor de Mercado	
	2007	2006	2007	2006
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos (inclui encargos)				
Moeda estrangeira	41.760	1.315.610	41.760	1.430.194
Moeda nacional	1.935.505	2.339.254	1.996.242	2.463.600
	<u>1.977.265</u>	<u>3.654.864</u>	<u>2.038.002</u>	<u>3.893.794</u>
Outras obrigações - Swap cambial	242.436	211.303	242.563	212.409
Total	<u>2.219.701</u>	<u>3.866.167</u>	<u>2.280.565</u>	<u>4.106.203</u>
	Consolidado			
	Valor Contabil		Valor de Mercado	
	2007	2006	2007	2006
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos (inclui encargos)				
Moeda estrangeira	41.760	75.570	41.760	75.732
Moeda nacional	1.935.505	2.339.254	1.996.242	2.463.600
	<u>1.977.265</u>	<u>2.414.824</u>	<u>2.038.002</u>	<u>2.539.332</u>
Outras obrigações - Swap cambial	242.436	211.303	242.563	212.409
Total	<u>2.219.701</u>	<u>2.626.127</u>	<u>2.280.565</u>	<u>2.751.741</u>

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos empréstimos foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos às taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada dívida na data das Informações Trimestrais. Para os instrumentos de hedge, foram utilizadas as curvas de mercado nesta mesma data.

Risco de preço

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou através da Resolução Homologatória nº. 500 de 3 de julho de 2007, o resultado provisório da segunda revisão tarifária periódica, fixando:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) O reposicionamento tarifário a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica médio de -11,85%, a partir de 4 de julho de 2007 e;
- b) O componente Xe do Fator X no valor de 2,42%.

Os principais itens considerados em caráter provisório nesta revisão tarifária são:

1. Perdas elétricas regulatórias;
2. Custos operacionais definidos através do modelo da Empresa de Referência;
3. Receitas Irrecuperáveis e;
4. Fator Xe.

Estes itens são objeto de discussão através da Audiência Pública 052/2007, aberta em dezembro de 2007.

Em conformidade ao contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 4 anos.

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajuste e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X.

Nos processos de revisão tarifária, a Parcela B deixa de ser apurada pela variação do IGP-M ajustado pelo Fator X e passa a ser calculada através de metodologias definidas pela ANEEL, apresentadas na Resolução Normativa ANEEL nº. 234 de 31 de outubro de 2006.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de mercado

O *portfolio* de contratos de energia de 2007 consiste em três principais componentes: Contratos Bilaterais com AES Tietê e AES Uruguaiana e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs decorrentes do Leilão Público de energia existente realizado em dezembro de 2004. De acordo com o Decreto MME nº. 5.163/04, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME, de três a quinze anos para energia proveniente de empreendimentos existentes e, de quinze a trinta anos, para energia proveniente de novos empreendimentos de usinas térmicas e hidrelétricas, respectivamente.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEARs de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº. 10.848/04, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

39. Item Extraordinário

De acordo com a Deliberação CVM nº. 371/00, a Companhia optou por reconhecer, no resultado do exercício, em um período de cinco anos a partir de janeiro de 2002, o passivo atuarial não registrado, apurado em 31 de dezembro de 2001, no montante de R\$ 2.431.267.

De acordo com as disposições transitórias da referida Deliberação e Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº. 01/2004, os referidos efeitos devem ser registrados como “Itens extraordinários”. Em 31 de dezembro de 2006, o efeito no resultado decorrente dessa sistemática está reconhecido nessa rubrica, em contrapartida ao Passivo Não Circulante - Obrigações com entidade de previdência privada.

A partir de 2007 os efeitos em resultado estão reconhecidos diretamente nas despesas com fundo de pensão, não tendo mais a característica de “extraordinários”.

	Controladora e consolidado	
	2007	2006
Fundo de Pensão CVM nº. 371/00	-	486.253
(-) Efeitos tributários - IR	-	(121.563)
(-) Efeitos tributários - CSLL	-	(43.763)
Líquido	-	320.927

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

40. Ativos e Passivos Regulatórios

A movimentação e os saldos das contas de Ativos e Passivos Regulatórios é como segue:

Descrição	Controladora e consolidado					Total Líquido
	RTE	Energia Livre		Desconto da TUSD	Parcela "A"	
		Ativo	Passivo	Ativo		
Saldos em 31 de dezembro de 2006	458.355	257.498	(289.080)	45.973	537.228	1.009.974
Adições	-	-	7.580	71.740	-	79.320
Atualização monetária	34.996	23.853	(33.687)	853	63.516	89.531
Realização / Pagamento	(493.351)	(281.351)	296.151	(56.311)	(68.119)	(602.981)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	-	-	(19.036)	62.255	532.625	575.844

Descrição	Controladora e consolidado					Total Líquido
	RTE	Energia Livre		Desconto da TUSD	Parcela "A"	
		Ativo	Passivo	Ativo		
Saldos a amortizar em 31.12.2006	458.355	257.498	(289.080)	45.973	537.228	1.009.974
Valores homologados até 31.12.2007	1.193.200	404.395	(389.126)	20.516	222.657	1.451.642
Adições até 31.12.2007	-	-	7.580	118.547	-	126.127
Atualização monetária até 31.12.2007	873.835	308.172	(322.326)	853	378.087	1.238.621
Realizações / Pagamentos até 31.12.2007	(2.525.390)	(970.065)	973.916	(123.634)	(605.347)	(3.250.520)
Saldos a amortizar em 31.12.2007	-	-	(19.036)	62.255	532.625	575.844

Descrição	Controladora e consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
RTE - nota nº.	-	243.815	-	214.540
Energia Livre - nota nº. 6	-	257.498	-	-
Desconto da TUSD - nota nº. 6	44.619	32.701	17.636	13.272
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA				
Ativo - nota nº. 14	40.016	214.410	12.855	9.468
Passivo - nota nº. 14	(136.927)	(157.450)	(51.214)	(32.661)
Compensação de variação dos itens da Parcela A				
Ativo - nota nº. 14	415.701	78.185	122.595	464.763
Passivo - nota nº. 14	(4.379)	(824)	(1.292)	(4.896)
Fornecedores				
Energia Livre - nota nº. 18	(19.036)	(289.080)	-	-

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) Abertura analítica dos saldos de Energia Livre a Pagar às geradoras

		Controladora e consolidado	
		Circulante	
		2007	2006
CESP	(*)	866	42.270
CHESF	(*)	1.209	61.537
CPFL	(*)	16	821
DUKE	(*)	224	10.828
ELETRONORTE	(*)	353	18.161
EMAE	(*)	92	4.674
FURNAS	(*)	926	40.940
TRACTEBEL	(*)	77	3.923
CELESC		94	4.825
CEMIG	(*)	1.137	57.889
RGE	(*)	22	1.129
AES TIETÊ		286	13.680
CDSA	(*)	97	5.048
CGTEE		17	712
COPEL		109	4.609
CEEE		13.490	17.150
CELTINS		17	713
EEB		-	19
EEVP		3	119
ENERGIPE		1	33
		19.036	289.080

(*) Geradoras que obtiveram empréstimos junto ao BNDES

Em atendimento as disposições contidas no Ofício Circular ANEEL nº. 2.409, de 14 de novembro de 2007 e Nota Técnica nº. 392, de 13 de novembro de 2007, a Companhia baixou o saldo do ativo regulatório de energia livre não recuperado no prazo estabelecido pela ANEEL em contrapartida na rubrica despesas com vendas. Concomitantemente, o saldo do passivo regulatório de energia livre não faturado no prazo estabelecido pela ANEEL, foi baixado e sua contrapartida registrada em resultado, na rubrica outras receitas e rendas. Foi baixado o montante de R\$ 200.658, para ambas rubricas.

40.1. Racionamento

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado um acordo entre os geradores, os distribuidores de energia e o Governo Federal, denominado “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que instituiu um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores rurais e residenciais (exceto aqueles considerados como de “baixa renda”) e de 7,9% para todos os demais consumidores, como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico com o Programa de Racionamento.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos ativos regulatórios registrados pela Companhia. O prazo estipulado para a realização dos ativos regulatórios relacionados à RTE e Energia Livre é de 70 meses na Companhia, contados a partir de 1º. de janeiro de 2002, conforme republicado em 1º. de junho de 2004 da Resolução Normativa nº. 1 - ANEEL, de 12 de janeiro de 2004. Após a recuperação destes ativos, também através do mecanismo de Recomposição Tarifária Extraordinária, dar-se-á a realização dos valores relacionados à Parcela “A”.

Por meio dos Ofícios Circulares ANEEL n.ºs. 2.212, de 20 de dezembro de 2005, e 074, de 23 de janeiro de 2006, a ANEEL disciplinou nova sistemática para remuneração do saldo da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE e “Parcela A”, estabelecendo que :

- Para o item Perda de Receita, a incidência da remuneração, conforme metodologia adotada nos contratos de financiamento pelo BNDES (Selic pela taxa simples capitalizada mensalmente + 1% a.a.), deverá ser calculada sobre o montante financiado a título de RTE, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL. Sobre o montante equivalente aos 10% não financiados pelo BNDES, deverá incidir apenas a remuneração pela taxa Selic mensal divulgada pelo BACEN.
- Relativamente aos valores de Energia Livre, tanto as Distribuidoras como as Geradoras deverão remunerar os saldos remanescentes, para o caso em que a Geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, pela metodologia dos contratos de financiamento, no qual incide a Selic pela taxa simples capitalizada mensalmente + 1% a.a., e para as Geradoras que não obtiveram o referido financiamento, somente pela taxa Selic mensal divulgada pelo BACEN.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Especificamente, no caso da Energia Livre, a Distribuidora deverá manter controle em separado para cada Geradora que obteve o financiamento junto ao BNDES, de forma que propicie condições para a aplicação correta da remuneração. Para as Geradoras que não obtiveram esse financiamento deverá incidir sobre a remuneração somente a taxa Selic divulgada pelo BACEN.
- Quanto à remuneração do saldo da “Parcela A”, muito embora tenha sido autorizado o financiamento destinado a suprir a insuficiência de recursos a serem recuperados por meio do mecanismo de compensação das variações de valores de itens da Parcela A, a regulamentação da ANEEL é bem clara quanto à utilização da Selic do BACEN para o cálculo da remuneração do saldo remanescente, não cabendo o repasse ao consumidor do cálculo utilizado no contrato de financiamento do BNDES.

40.2. Revisão Tarifária

a) Revisão Tarifária 2007

Em 3 de julho de 2007, a ANEEL autorizou um reposicionamento tarifário provisório de -8,43% à Companhia, aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2007.

Em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste anual de 2006, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de -11,83%. Nas diversas classes de atendimento o efeito médio percebido foi de:

<u>Classe de Consumo</u>	<u>Índice</u>
Baixa Tensão (abaixo de 2,3 KV)	-12,66%
Alta Tensão (igual ou maior a 2,3 KV)	-10,45%
A2 (88 a 138 KV)	-8,60%
A3a (34,5 KV)	-8,98%
A4 (2,3 a 25 KV)	-10,77%

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O reajuste autorizado pela ANEEL é composto pelos seguintes itens:

<u>Revisão Tarifária 2007</u>	<u>R\$ mil</u>
Receita Verificada	8.118.396
Parcela A	5.428.987
Parcela B	2.089.018
Remuneração	708.591
Quota Depreciação	478.480
Empresa de Referência	852.501
Inadimplência	49.446
Total Receita Requerida	7.518.005
(-) Outras Receitas	(42.618)
Receita Requerida Líquida	7.475.387
Componentes Financeiros	(38.435)
Reposicionamento Econômico	-7,92%
Componentes Financeiros	-0,51%
Reposicionamento Total	-8,43%

Parcela A

No cálculo da Parcela A destacam-se:

- (i) Encargos Setoriais R\$ 845,8 milhões - com destaque para a Conta de Consumo de Combustível (CCC) e Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que representam 74% do total desta rubrica;
- (ii) Compra de Energia R\$ 3.689,1 milhões - sendo considerada a cotação do dólar para valorar o repasse da compra de Itaipu de R\$ 1,94 (no reajuste de 2006 foi considerada a cotação de R\$ 2,30);
- (iii) Transmissão R\$ 894,1 milhões - conforme tarifas de transmissão publicadas recentemente pela ANEEL através da Resolução Homologatória n°. 497, de 26 de junho de 2007 foram considerada na revisão tarifária da Companhia.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Parcela B

No cálculo da Parcela B destacam-se:

- (i) Remuneração R\$ 708,6 milhões - apurados a partir da base de remuneração regulatória líquida de R\$ 4,7 bilhões e WACC antes de impostos de 15,08%;
- (ii) Depreciação R\$ 478,5 milhões - apurados a partir da base de remuneração regulatória bruta de R\$11,1 bilhões e taxa de depreciação regulatória de 4,31%;
- (iii) Empresa de Referência R\$ 852,5 milhões - o valor considerado é provisório tendo em vista futuras definições a respeito do modelo utilizado pela ANEEL;
- (iv) Inadimplência R\$ 49,4 milhões - apurados a partir da aplicação do percentual de 0,5% sobre a receita bruta de distribuição. O valor considerado é provisório e está atualmente sob análise da ANEEL.

Componentes Financeiros

No cálculo dos componentes financeiros destacam-se:

- (i) CVA corrente do ciclo 2006-2007 - valor negativo de R\$ 93,2 milhões, causado principalmente pela CVA de Conta de Consumo de Combustível (CCC);
- (ii) Repasse de sobrecontratação de energia: valor negativo de R\$ 24,5 milhões, apurado através da diferença entre o custo de compra de energia e a receita auferida com a venda de energia no mercado *spot*;
- (iii) Descontos concedidos na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD): R\$ 63,9 milhões, referente aos consumidores de fontes incentivadas e geração própria.

Fator X

Foi estabelecido preliminarmente o Fator Xe de -2,4158%, que será aplicado somente no reajuste tarifário de 2008.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

40.3. Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA

A Companhia possui os seguintes saldos da CVA em 31 de dezembro de 2007:

Valores Acumulados (valores originais acumulados de 26.10.2001 a 31.12.2007)

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2006	33.767
Adições	(136.025)
Atualização monetária	(3.602)
Valores compensados	(29.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(135.270)

Classificação contábil	Controladora e consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Compensação de variação dos itens da Parcela A - CVA				
Ativo (nota nº. 13)	40.016	214.410	12.855	9.468
Passivo (nota nº. 13)	(136.927)	(157.450)	(51.214)	(32.661)
	<u>(96.911)</u>	<u>56.960</u>	<u>(38.359)</u>	<u>(23.193)</u>

40.4. Programa Baixa Renda

A ANEEL homologou os valores relativos às diferenças mensais referentes à redução de receita no período de maio de 2002 a janeiro de 2005. Em 31 de dezembro de 2007 o saldo remanescente é de R\$ 6.983, conforme segue abaixo:

Descrição	Valor
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2006	10.814
(+) Redução de receita	28.725
(-) Recebimento de subvenção econômica	(32.556)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>6.983</u>

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

40.5. Ativo Regulatório decorrente da majoração de PIS e COFINS

O saldo de R\$ 2.588 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 62.892 em 31 de dezembro de 2006), refere-se à diferença entre o custo com os valores do PIS e da Cofins efetivamente apurados resultantes da aplicação da legislação atual e aqueles incorporados à tarifa. Essa diferença foi originada das majorações de alíquotas e alterações do funcionamento dessas contribuições (não cumulativa), conforme determinou a legislação vigente (Lei nº. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, Lei nº. 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e Lei nº. 10.865 de 30 de abril de 2004).

Descrição	Controladora e consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
PIS - período de dezembro de 2002 a setembro de 2005 (nota nº. 13)	746	11.248	-	3.403
COFINS - período de fevereiro de 2004 a setembro de 2005 (nota nº. 13)	1.842	39.233	-	9.008
	2.588	50.481	-	12.411

41. Deliberação CVM nº. 527

Em 1º. de novembro de 2007, a CVM emitiu a Deliberação nº. 527, referendando o Pronunciamento Técnico CPC nº. 01 sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativo, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Esse pronunciamento fornece diretrizes para assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, para tanto determina a obrigatoriedade de se efetuar análise anual para identificar eventuais mudanças no ambiente econômico e financeiro da Companhia que possa indicar a necessidade de se realizar testes para avaliar a necessidade de se registrar uma provisão para redução ao valor recuperável de ativos tangíveis. Os ativos intangíveis ou ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura deverão ser testados anualmente independentemente de não ter havido mudanças no ambiente econômico e financeiro da Companhia.

A Companhia avaliará o impacto desse novo pronunciamento técnico durante o primeiro trimestre de 2008, entretanto não espera ter nenhum impacto significativo decorrente da aplicação dessa nova norma contábil.

42. Alterações na Lei das Sociedades Anônimas

Em 28 de dezembro de 2007, foi sancionada a Lei nº. 11.638 que altera e revoga dispositivos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, alterando dessa forma dispositivo da Lei das Sociedades Anônimas bem como aplicando às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº. 6.404. A Lei nº. 11.638 entra em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2008 e a seguir apresentamos um resumo das principais alterações introduzidas nas Leis nº.s 6.404 e 6.385:

- a) No conjunto de demonstrações financeiras elaboradas em cada ano deverão ser apresentadas as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado. A apresentação da demonstração das origens e aplicações de recursos não é mais requerida.
- b) Permite a elaboração de demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais para atenderem aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.
- c) Determina que as normas da CVM sejam elaboradas em consonância com os padrões internacionais.
- d) Exclui a conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido e inclui a conta de “ajustes de avaliação patrimonial” que será utilizada para registrar as contrapartidas dos aumentos ou diminuições de valores atribuídos aos elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a preço de mercado.
- e) No patrimônio líquido não há mais a inclusão da rubrica “lucros acumulados”, “prêmio recebido na emissão de debêntures” e “doações e subvenções para investimentos”.
- f) No ativo imobilizado deverá também ser registrado direito decorrente de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle de bens.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- g) A avaliação das aplicações em instrumentos financeiros será efetuada pelo seu valor de mercado, quando se tratar de “aplicações destinadas à negociação” ou “disponíveis para venda”.As demais aplicações e os direitos e títulos de crédito serão registrados pelo custo acrescido de juros e atualização monetária, quando aplicáveis, e ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior.
- h) Os elementos do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.
- i) Determina a análise periódica sobre a recuperação dos itens classificados no ativo imobilizado, intangível e no diferido.
- j) Nas operações de transformação, incorporação, fusão e cisão, quando realizadas entre partes independentes e em que ocasionarem a transferência de controle acionário, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou incorporação serão contabilizados pelo seu valor de mercado.

Até a data da autorização para a conclusão dessas demonstrações financeiras não foi possível antecipar os impactos introduzidos pela Lei nº. 11.638 decorrente da alteração nos critérios de avaliação dos ativos e passivos e, em consequência, quais seriam os possíveis impactos sobre os resultados das operações e sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia a partir de janeiro de 2008.

A administração da Companhia avaliará o impacto das alterações nos critérios de avaliação de ativos e passivos promovidas pela Lei nº. 11.638 sobre as demonstrações financeiras no primeiro trimestre de 2008, à luz de novas informações relacionadas com a sua regulamentação, que deverão definir a metodologia a ser aplicada na nova forma de avaliação dos ativos e passivos, bem como a forma de registro desses valores.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

43. Demonstração do Resultado por Atividade

	Controladora			
	2007			
	Distribuição	Comercialização	Atividade Não Vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia elétrica	-	4.640.976	-	4.640.976
Suprimento de energia elétrica	-	42.150	-	42.150
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	6.294.314	-	-	6.294.314
Outras receitas operacionais	76.555	228.370	9.650	314.575
Receita operacional bruta	6.370.869	4.911.496	9.650	11.292.015
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
ICMS	(1.445.345)	(737.458)	-	(2.182.803)
PIS	(112.686)	(86.873)	(171)	(199.730)
COFINS	(509.225)	(392.577)	(771)	(902.573)
Quota para RGR	(59.330)	(293)	-	(59.623)
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	-	142	-	142
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial - EAEE	-	6	-	6
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	(43.238)	(33.334)	-	(76.572)
P&D - CVA	(1.818)	(1.401)	-	(3.219)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(317.022)	-	-	(317.022)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA	(30.240)	-	-	(30.240)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(399.659)	-	-	(399.659)
Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA	14.177	-	-	14.177
Recuperação de Energia Livre	2.907	2.243	-	5.150
Encargos do Consumidor - outros encargos	(8.318)	-	-	(8.318)
ISS	(902)	-	-	(902)
	(2.910.699)	(1.249.545)	(942)	(4.161.186)
Receita operacional líquida	3.460.170	3.661.951	8.708	7.130.829
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com Energia Elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	-	(3.330.487)	-	(3.330.487)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(695.535)	-	-	(695.535)
Custo de Operação				
Pessoal	(162.188)	(33.247)	(904)	(196.339)
Entidade de previdência privada	(111.256)	(578)	(102)	(111.936)
Material	(18.005)	(1.033)	(68)	(19.106)
Serviços de terceiros	(92.348)	(44.008)	(195)	(136.551)
Depreciação e amortização	(301.238)	(4.401)	(3.337)	(308.976)
Outras	(8.729)	(1.473)	1.495	(8.707)
	(1.389.299)	(3.415.227)	(3.111)	(4.807.637)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	1.142	(11.543)	(5.126)	(15.527)
CUSTO OPERACIONAL BRUTO	(1.388.157)	(3.426.770)	(8.237)	(4.823.164)
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	(15.344)	(211.140)	(1.194)	(227.678)
Despesas gerais e administrativas	(391.649)	-	-	(391.649)
Outras despesas operacionais	(354.093)	(10)	-	(354.103)
	(761.086)	(211.150)	(1.194)	(973.430)
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.149.243)	(3.637.920)	(9.431)	(5.796.594)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.310.927	24.031	(723)	1.334.235
Resultado de Participação Societária	-	-	(64.121)	(64.121)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA				
Receitas Financeiras	152.326	173.599	23.777	349.702
Despesas Financeiras	(416.649)	(14.561)	-	(431.210)
Juros sobre Capital Próprio - TJLP	(67.790)	-	-	(67.790)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	60.363	(23.666)	-	36.697
	(271.750)	135.372	23.777	(112.601)
RESULTADO OPERACIONAL	1.039.177	159.403	(41.067)	1.157.513
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(89.867)	-	(612)	(90.479)
Receita não Operacional	12.940	-	308	13.248
Despesa não Operacional	(102.807)	-	(920)	(103.727)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E ITENS EXTRAORDINÁRIOS	949.310	159.403	(41.679)	1.067.034
Contribuição Social	(59.885)	(10.055)	2.630	(67.310)
Provisão para Imposto de Renda	(227.442)	(38.192)	9.986	(255.648)
Contribuição Social - diferido	(39.698)	(6.666)	1.742	(44.622)
Imposto de Renda - diferido	(48.588)	(8.158)	2.133	(54.613)
	(375.613)	(63.071)	16.491	(422.193)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	573.697	96.332	(25.188)	644.841
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio - TJLP	67.790	-	-	67.790
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	641.487	96.332	(25.188)	712.631
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - EM R\$				17,03

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

44. Demonstração de Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	712.631	373.371	712.631	373.371
Depreciação e amortização	330.455	313.029	330.455	313.029
Varição monetária/cambial	16.521	100.913	16.521	148.258
Amortização (adição) do diferido	(618)	1.672	(618)	1.672
Baixa de investimentos - líquida - subsidiárias	-	-	-	35
Baixa de bens do ativo imobilizado	95.834	44.035	95.834	44.035
Resultado da equivalência patrimonial	64.121	(14.585)	-	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	145.156	(94.339)	145.156	(94.339)
Ajuste a valor presente	(9.387)	(8.012)	(9.387)	(8.012)
Fundo de pensão - Deliberação CVM 371	111.936	486.253	111.936	486.253
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa - não circulante	(222.555)	79.063	(222.555)	79.063
Varição de valores de itens da parcela A	350.177	(629.449)	350.177	(629.449)
Variáveis nas contas do ativo circulante e não circulante:				
Consumidores e revendedores	697.915	217.339	697.915	217.339
Tributos e contribuições sociais	(99.131)	28.533	(99.131)	28.533
Serviços prestados	3.581	(5.782)	3.581	(5.782)
Devedores diversos	(250)	19.155	(250)	19.155
Almoarifado	1.432	6.291	1.432	6.291
Contas a receber - Acordos	38.882	125.383	38.882	125.383
Outros créditos	24.496	(419.187)	136.421	(531.112)
Compensação da variação dos itens da parcela A	521.875	1.071.715	521.875	1.071.715
Despesas pagas antecipadamente	378	427	378	427
Cauções e depósitos vinculados	(75.396)	(1.722)	(75.396)	(1.722)
Variáveis nas contas do passivo circulante e não circulante:				
Fornecedores	(299.538)	(180.598)	(299.538)	(180.598)
Tributos e contribuições sociais	(159.472)	(135.530)	(159.472)	(135.530)
Encargos de dívidas	(230.726)	15.223	(230.726)	15.223
Provisões para litígios e contingências	494.933	156.763	494.933	156.763
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	(38.728)	48.813	(38.728)	48.813
Compensação da variação dos itens da parcela A	(340.397)	31.598	(340.397)	31.598
Obrigações estimadas, folha de pagto e outras obrigações	95.186	(114.027)	95.186	(114.027)
Ajustes de exercícios anteriores - Baixa de dividendos prescritos	-	3.758	-	3.758
Total das atividades operacionais	2.229.311	1.520.103	2.277.115	1.470.143
Atividades de investimentos:				
Aquisições do ativo imobilizado	(433.497)	(377.668)	(433.497)	(377.668)
Encargos financ. e efeitos inflac. vinculados às obras em curso	(18.290)	(737)	(18.290)	(737)
Venda de bens e direitos	9.260	8.000	9.260	8.000
Diferido	(810)	-	(810)	-
Consumidores participação financeira	16.906	58.410	16.906	58.410
Alienação de Investimentos	1.288.435	581	-	547
Tributos e contribuições sobre terrenos reavaliados	(197)	(1.082)	(197)	(1.082)
Total das atividades de investimentos	861.807	(312.496)	(426.628)	(312.530)
Atividades de financiamento:				
Ingresso de novos empréstimos	800.000	313.130	800.000	313.130
Dividendos pagos	(622.678)	(3.762)	(622.678)	(3.762)
Pagamento de empréstimos	(2.530.346)	(891.724)	(1.290.306)	(891.724)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(199.769)	(383.723)	(199.769)	(383.723)
Total das atividades de financiamento	(2.552.793)	(966.079)	(1.312.753)	(966.079)
Varição no caixa líquido da Companhia	538.325	241.528	537.734	191.534
Saldo no início do exercício	500.762	259.234	501.353	309.819
Saldo no final do exercício	1.039.087	500.762	1.039.087	501.353

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	10
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	11
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	12
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	15
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	17
09	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS	18
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	19
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	21
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	46
15	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	136

